



resenha

de política exterior do brasil

ano III. número IX

1. as viagens do presidente geisel a paris e a londres
2. brasil recebe o primeiro-ministro e chanceler do suriname e os chanceleres do paraguai. honduras, guatemala e colômbia
3. acordo de transporte dinamiza comércio com a a[^]élia
4. diplomacia, uma arte do possível
5. silveira fala dos problemas económicos mundiais
6. primeiro embaixador brasileiro em luanda apresenta credenciais
7. repartição de conhecimentos encurta os caminhos do desenvolvimento
8. sesquicentenário do congresso anfitrião é comemorado no itamaraty
9. missões brasileiras vão à guiné-bissau. cabo verde e angola

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

síntese

- » 1. O Presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing, em um de seus discursos pronunciados durante a visita oficial do Presidente Ernesto Geisel a Paris, afirma que o Brasil assume um papel cada vez mais importante no cenário internacional, por se tratar de um país "destinado a ser um dos principais protagonistas de uma nova ordem mundial". O Chefe de Estado francês considera o Brasil "sinônimo de audácia, energia e confiança" e ressalta que a amizade franco-brasileira é útil aos dois países, "mas igualmente útil ao equilíbrio de um mundo novo que está surgindo diante de nossos olhos e do qual as grandes linhas já começam a se esboçar". O Presidente Geisel assevera que o povo brasileiro tem arraigado sentimento de fidelidade aos valores inerentes à civilização ocidental. Em Londres, ao saudar o Primeiro-Mandatário brasileiro, a Rainha Elizabeth II declara que o Brasil conquistou uma posição de respeito e influência, graças a atitudes construtivas. "Seu país", diz a Rainha, "está em situação particularmente vantajosa para compreender os problemas tanto das nações mais ricas como das mais pobres, e eu estou certa de que, com povos seus amigos, os brasileiros gozam de maravilhosa oportunidade para criar uma boa relação entre o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento." O Presidente Geisel assegura que "é com humildade que o Brasil aceita, sobre seus ombros, a carga de responsabilidade que lhe cabe, mesmo porque tem plena consciência de que, por muito tempo ainda, a parte que compete aos países em desenvolvimento, no esforço global, é das mais difíceis e penosas". Páginas 5 a 37; 145; e 152.
2. Por ocasião da visita do Primeiro-Ministro e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros do Suriname, Henck Arron, o Chanceler Azeredo da Silveira salienta que, para ampliar as relações entre os países, é imprescindível a observância de dois princípios fundamentais de convivência: integridade territorial dos Estados e inviolabilidade de suas fronteiras. Arron assinala que Brasil e Suriname atingiram um marco importante, através da assinatura de acordos básicos que abrem oportunidades para vínculos mais estreitos em muitos campos. Na cerimônia de ratificação dos instrumentos diplomáticos Brasil-Paraguai (firmados durante a visita do Presidente Ernesto Geisel a Assunção em dezembro de 1975), Silveira acentua que os acordos entre países só são duradouros se justos e equânimes. Para o Chanceler paraguaio, Alberto Nogués, as relações diplomáticas Brasília-Assunção desenvolvem-se com respeito aos princípios morais e jurídicos que asseguram a sobrevivência da espécie humana. Ao homenagear o Chanceler de Honduras, Roberto Perdomo Paredes, Silveira revela que durante suas conversações com o visitante hondurenho foram identificados inúmeros campos em que se delineiam perspectivas para uma frutífera cooperação. Em resposta, o Chanceler hondurenho lembra que "no mundo atual não se pode viver isolado. A interdependência é uma questão de sobrevivência e de avanço em todo processo histórico". Ao Chanceler da Guatemala, Adolfo Molina Orantes, Silveira ressalta que, ligados por profundos laços de uma tradição comum, Brasil e Guatemala têm encontrado, nos diversos foros internacionais que integram, vasto terreno de entendimento e de cooperação. Adolfo Molina Orantes observa que, embora geograficamente distantes, Brasil e Guatemala se sentem próximos na comunidade de ideais americanos de solidariedade e de unidade. "A convivência não se coaduna com soluções isolacionistas ou preocupações autárquicas", destaca Silveira durante a visita do Chanceler da Colômbia, Indalecio Liévano Aguirre, que prega a necessidade de os países em desenvolvimento se organizarem para defender os preços de seus produtos de exportação. Páginas 39 a 76; 124 a 126; 128 a 136; 146; 147; e 153.
3. No ato de assinatura do Acordo de Transporte e Navegação Marítima Brasil-Argélia, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, declara que a mais auspiciosa decorrência desse documento será, inquestionavelmente, a expansão cada vez maior do comércio entre a Argélia e o Brasil. Sublinha que os dois países têm pontos de vista coincidentes em relação a muitos dos principais problemas que afetam a comunidade internacional. O Ministro dos Transportes da Argélia, Rabah Bitat, afirma que "o Acordo é exemplar por mais de uma razão: por ser um dos primeiros do gênero e também, sobretudo, porque obedece a princípios que nossos dois países defendem vigorosamente". Páginas 77 e 121.
4. Durante a solenidade comemorativa do Dia do Diplomata, a que compareceu o Presidente

Ernesto Geisel, o Chanceler Azeredo da Silveira define a tarefa diplomática como "necessariamente discreta e até mesmo, muitas vezes, tanto mais eficaz quanto obscura. Flexível e adaptável, desvia-se ela dos modelos pragmáticos que facilitam a contabilidade dos êxitos ou a definição dos sucessos. Imaginativa e versátil, pode parecer expediente quando está sendo tática, inconsciente quando pragmática, fria quando realista. E, por ser eminentemente política, é, sobretudo, uma arte do possível". O Ministro de Estado das Relações Exteriores pondera que o Brasil emerge de uma relativa indiferenciação internacional para uma posição de primeiro plano no concerto das nações, graças à orientação que o Presidente Geisel imprime à nossa diplomacia. Página 81.

5. Em entrevista concedida a um jornal carioca na qual fala dos problemas econômicos mundiais, o Chanceler Azeredo da Silveira comenta que "o novo tipo de relacionamento que o Brasil vem desenvolvendo com várias áreas do mundo não poderia deixar de ter, a par de seu aspecto político, uma expressão econômica". Para o Chanceler, a intensificação das relações com países e áreas até aqui pouco exploradas pelo comércio brasileiro, como a África, os países árabes, o Leste europeu e a China, é testemunho da importância atribuída pela nossa diplomacia aos aspectos econômicos e comerciais. Sobre o diálogo Norte-Sul, Azeredo da Silveira recorda que ele se processa atualmente em três foros internacionais, cujos esforços não devem ficar dispersos e, no entender do Brasil, devem culminar na adoção de procedimentos que permitam a negociação de um Acordo Geral sobre Comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Página 91.

6. O Presidente de Angola, Agostinho Neto, ao receber as credenciais do Primeiro Embaixador brasileiro em Luanda, Rodolpho Godoy de Souza Dantas, ressalta o "desejo de ver desenvolver os laços de uma cooperação multiforme entre os povos brasileiro e angolano, ligados desde há séculos por laços de sangue, de cultura e pela própria História". Acrescenta que a cooperação Brasil-Angola basear-se-á no respeito pela independência e pela soberania de cada um dos Estados, no princípio de não-ingerência nos assuntos internos e numa cooperação com vantagens recíprocas. O Primeiro Embaixador brasileiro em Angola declara que o Governo brasileiro não vacilou em reconhecer esse novo Estado africano no próprio dia da proclamação de sua indepen-

dência, o que demonstra sua determinação de estreitar ainda mais os laços de amizade e de cooperação entre os dois países. Página 97.

7. Ao fazer a entrega do Programa Nacional de Cooperação Técnica com o PNUD, o Chanceler Azeredo da Silveira mostra-se plenamente convencido de que é na prática solidária da repartição de conhecimentos científicos e tecnológicos que se encontra um dos atalhos para encurtar os caminhos do desenvolvimento. Lembra que o Brasil não se tem eximido de responsabilidades de cooperação técnica com outros países e que aos programas tradicionais mantidos com muitas nações latino-americanas somam-se, agora, novos programas com Estados africanos. O Programa, que Silveira passou às mãos do Diretor Regional para a América Latina do PNUD, é o maior já preparado pelo Brasil e provavelmente o maior submetido, até agora, à apreciação do PNUD. Página 99.

8. Os 150 anos do Congresso Anfictiônico são comemorados em sessão solene no auditório do Palácio Itamaraty de Brasília, que contou com a presença do Presidente da República. O Chanceler Azeredo da Silveira, na solenidade, menciona palavras do Presidente Ernesto Geisel, no sentido que o Brasil não poderia estar ausente das comemorações com que toda a América celebra o Sesquicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá, cujos "ideais de fraternidade e colaboração, então apresentados, desenvolveram-se de maneira extraordinária e constituem hoje o mais valioso patrimônio do continente". O orador oficial da cerimônia, o Embaixador e historiador Álvaro Teixeira Soares, faz uma exposição sobre vários aspectos do Congresso Anfictiônico do Panamá, acentuando que sua grandeza é "tão flagrantemente atual que temos a sensação de estarmos sendo concitados, pela presença anímica do Libertador entre nós, a pensarmos todos numa América coesa, orgânica, vigilante". Página 101.

9. Duas missões comerciais brasileiras estiveram em países africanos de língua portuguesa no segundo trimestre de 1976. Uma dessas missões efetuou contatos exploratórios com o Governo de Luanda, visando a intensificação das relações comerciais Brasil-Angola. A outra missão visitou Guiné-Bissau e Cabo Verde com o objetivo de fazer um levantamento de possibilidades e fixar prioridades para imediato início de programas de cooperação bilateral. Páginas 139 e 140.

as viagens do presidente geisel a paris e a londres

O estreitamento das relações do Brasil com a França e com o Reino Unido marcou as viagens que o Presidente Ernesto Geisel fez a Paris e a Londres no final de abril e no começo de maio de 1976. O Presidente da República manteve contatos com os principais dirigentes franceses e ingleses, bastante proveitosos para os interesses do Brasil, especialmente no tocante à ampliação do intercâmbio com a Europa Ocidental e à política de desenvolvimento nacional.

geisel aos franceses:

aproximação traz lucros ao brasil e à França

Entrevista do

Presidente Ernesto Geisel

transmitida pela televisão francesa,
em 25 de abril de 1976,

um dia antes de iniciar sua visita a Paris

Pergunta — Senhor Presidente, qual é, na opinião de Vossa Excelência, a importância de sua visita à França, no quadro das relações franco-brasileiras e no quadro, talvez mais amplo, das relações entre o Brasil e a Europa?

Resposta — Recebi, com muito prazer, o convite do Presidente Giscard d'Estaing para visitar a França. A visita que farei objetiva atender ao amável convite e retribuir a visita que, há mais de dez anos, nos fez o General De Gaulle. Ela se realiza no quadro das boas relações existentes entre os dois países, relações que, com o tempo, tendem a desenvolver-se cada vez mais.

A França ocupa, no mundo atual, posição extraordinária, pelo desenvolvimento econômico, social e cultural, pela expressão política, sobretudo na Europa, pelo que representa na História do mundo e, particularmente para o Brasil, pela origem comum, latina. **Acho que o Brasil, estreitando relações com a França, terá muito a lucrar, em todos os sentidos, no campo político, no campo econômico e, sobretudo, na área cultural. Acho que a França, por sua vez, tem interesse em vincular-se mais estreitamente ao Brasil. O Brasil é um país jovem, de grande potencialidade e que, de certa forma, espelha as tendências e aspirações de outros países também emergentes, que procuram**

sair do subdesenvolvimento e dar às suas populações melhores condições de vida. Também nos vinculamos à França por termos em comum a civilização ocidental e os seus valores básicos. E ambos os países, embora reconheçam a existência de superpotências, reservam-se, nos seus legítimos interesses, o direito de atuar no quadro das superpotências com a devida flexibilidade, de modo a não se alinharem, de maneira sistemática, à orientação que nos queiram traçar.

Colocamos, sempre, interesses gerais e interesses de nossos países acima desses desígnios. É claro que tudo isso, a vinculação política e cultural, alicerça-se principalmente no campo econômico. É necessário desenvolver as relações econômicas e comerciais entre os nossos países, sobretudo na crise econômica que o mundo atravessa. O Brasil, para desenvolver-se, precisa aumentar suas relações comerciais com a França e demais países desenvolvidos, notadamente os países da Comunidade Europeia. Acredito que, nessa minha visita à França, será possível abordar esse problema com um pouco de profundidade e obter apoio da França no sentido de que os países da Europa abram um pouco mais as suas fronteiras comerciais e compreendam o interesse recíproco que existe no desenvolvimento, conosco, de maior intercâmbio comercial.

Pergunta — Fala-se, com frequência, Senhor Presidente, do modelo brasileiro. O Brasil pode, em sua opinião, exercer um papel de destaque no diálogo Norte-Sul?

Resposta — Realmente, fala-se muito em **modelo brasileiro**. É que, quando um país quer fazer maior esforço para desenvolver-se, tem que estabelecer prioridades, linhas de ação, a que denominamos **modelo**. Creio que, em lugar da palavra **modelo**, se usamos **estilo** teremos expressão mais correta do fenómeno. **Este estilo ou modelo é, em grande parte, conseqüência do estágio cultural em que o País vive, das suas possibilidades, de suas tendências. Assim, não pode ser copiado. Mas é bem verdade que, apesar disso, ele pode servir, em alguns aspectos, de exemplo para outros países, do mesmo modo que nós, quando traçamos esse modelo, ou esse estilo, evidentemente aproveitamos a experiência acumulada por outros países do mundo.**

Nesse quadro, nesse **modelo**, nesse **estilo**, nós nos preocupamos extraordinariamente com o inter-relacionamento que há entre as nações em desenvolvimento e as nações desenvolvidas ou industrializadas, ou seja: nós nos preocupamos, de fato, com este aspecto económico do mundo de hoje, que é apresentado de maneira sumária, sob este ângulo de Norte contra Sul, como se realmente houvesse um conflito entre as duas áreas. É um problema atual, e não futuro, - é um problema em que o Brasil está permanentemente atuando nos diferentes foros internacionais. Nós atuamos nas conferências da UNCTAD, atuamos no GATT, atuamos na conferência económica que recentemente se instalou na França sob a inspiração do Presidente Giscard d'Estaing e, mesmo, apresentamos na VII Assembleia Extraordinária da ONU um programa de um acordo geral que permitisse visualizar os problemas comerciais e económicos que há entre o Norte e o Sul, isto é, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, de modo a se encontrar uma fórmula que possibilite ajustar adequadamente o problema.

Quer dizer, é evidente que devemos encontrar fórmulas que permitam aos países em desenvolvimento crescer e tornar-se desenvolvidos. E é preciso que os países desenvolvidos saibam encontrar maneiras de conciliar seus próprios interesses com

os de outros países. Isso tudo, evidentemente, em benefício da humanidade, de maneira geral. Nós não pretendemos ter, nesta questão, posição preeminente, mas continuaremos a lutar, e lutaremos com afinco, acreditando mesmo que países desenvolvidos, como a França, poderão cooperar muito conosco no sentido de tornar as relações económicas e comerciais do mundo mais justas e mais eqüitativas.

Pergunta — Senhor Presidente, em novembro próximo haverá eleições em seu país, cujas dificuldades internas a imprensa internacional tende, por vezes, a sublinhar, particularmente no que se refere à Oposição. Qual é, na opinião de Vossa Excelência, o futuro político do Brasil?

Resposta — As eleições, realmente, vão ser em novembro deste ano. São eleições que se realizam no quadro municipal. Mas essas eleições, da mesma maneira que as eleições que se realizaram em 1974, decorrerão em ambiente de plena liberdade, em que o povo escolherá livremente seus candidatos, sob a fiscalização e controle do Poder Judiciário. Nós não temos, realmente, em nosso país, dificuldades políticas. O Governo é majoritário, tem maioria no Congresso — Câmara dos Deputados e Senado —, conta com o apoio da Aliança Renovadora Nacional, que é o partido do Governo, tem maioria franca e apoio nos Governos estaduais e acredito que tenha bom respaldo na opinião pública.

A Oposição, em si, não constitui dificuldade para o Governo. Acho que a Oposição existe e é necessária. Ela é condição fundamental para que nós possamos viver num regime democrático. Em verdade, no Brasil há limitações à liberdade para os que querem subverter a ordem estabelecida. O Brasil não tolera terroristas, não tolera subversivos, não tolera sequestradores, e, nesse sentido, a ação do Governo é efetiva, atuante. De resto, o País vive em absoluta liberdade. Às vezes, acho que até livre demais, pelo fato de essa liberdade nem sempre ser correspondida com a necessária responsabilidade.

Quanto ao futuro do Brasil, estou confiante nele. Acredito que, com a preocupação que temos de realizar um desenvolvimento integrado, atuante

nos campos econômico, social e político, chegaremos progressivamente a uma evolução democrática, que corresponderá às reais aspirações do povo brasileiro. Nós não podemos imaginar fórmulas teóricas que, na prática, depois, não se realizem, que fiquem apenas no papel. Temos que ser realistas, objetivos, atuarmos em função das condições em que vive o País. E, nesse sentido, preocupa-nos extraordinariamente o desenvolvimento de nossa educação. Acredito que o desenvolvimento geral do País terá que se lastrear, em grande parte, na educação.

Nessa matéria, mesmo as pessoas mais bem intencionadas dificilmente se satisfazem com a ação do Governo. Há os que acham que estamos andando muito devagar, que é preciso caminhar mais ligeiro, há outros que, ao contrário, acham que estamos andando depressa demais e que estamos precipitando o desenrolar dos acontecimentos. É evidente que, dentro dessas duas correntes, o Governo atua com ponderação. Quer evoluir, quer progredir, mas quer progredir numa marcha que vá progressivamente para a frente. Tem todo o cuidado em não se precipitar, para não ser obrigado a voltar atrás.

giscard aos brasileiros: frança confia na influência do brasil no cenário mundial

Entrevista

Valéry Giscard d'Estaing,
concedeu à Agência Nacional
e que foi transmitido por uma

cadeia brasileira de rádio e televisão, em 25 de abril de 1976

Pergunta — Senhor Presidente, qual a importância política que Vossa Excelência atribui à visita do Presidente Ernesto Geisel à França e aos contatos que Vossa Excelência manterá com ele?

Resposta — Considero da mais alta importância a visita do Presidente Ernesto Geisel a Paris. É, com efeito, o primeiro Chefe de Estado da América Latina que terei a honra de receber, desde minha posse como Presidente da República. Confesso que, ao dirigir-lhe o convite, o fiz em razão da importância do papel de âmbito mundial que o Brasil desempenha. Há uma longa tradição de amizade e mesmo de aliança entre nossos dois países, cujas relações sempre decorreram sem problemas. Devemos marchar juntos, Brasil e França, face aos grandes problemas mundiais, quer os problemas políticos, quer os do desenvolvimento.

Pergunta — Quais são, em sua opinião, os resultados políticos desta visita, para a França e para o Brasil?

Resposta — Penso que obteremos uma melhor coordenação, uma maior aproximação de nossas atitudes face aos grandes problemas da política mundial contemporânea. Já possuímos um sistema de consultas que resolvemos organizar em comum. Para esse fim, foram altamente proveitosas as visitas que o Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, fez a Paris, em outubro do ano passado, e a que o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Sauvagnargues, fez a Brasília, em janeiro último. Desde então, estabelecemos um ritmo regular de consultas políticas, em que examinamos os grandes problemas de governo, especialmente os problemas relacionados com o diálogo Norte-Sul, tendo em vista o esta-

belecimento de uma nova ordem econômica internacional. Dentro deste quadro, as conversações que manterei com o Presidente Ernesto Geisel poderão ser de grande utilidade.

Pergunta — Como Vossa Excelência definiria o caminho percorrido pelo mundo e, em particular, pela França e pelo Brasil, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até hoje?

Resposta — Bem, depois da Segunda Guerra, o Brasil emergiu como potência mundial e a França refez sua posição de potência. A partir do fim da guerra, todo o mundo se deu conta das imensas possibilidades, das imensas perspectivas, dos imensos recursos do seu país. E foi graças ao desenvolvimento admirável dessas possibilidades e dos seus recursos que o Brasil apareceu aos olhos do mundo na condição de potência. A França, que fora atingida e torturada pela Segunda Guerra, logo se rejuvenesceu e se transformou, retomando o seu papel no concerto das grandes nações. Tal como o Brasil, que optou pelo desenvolvimento de sua economia, a França persegue também uma meta ambiciosa, que é a de se tornar o exemplo de uma sociedade liberal avançada, quer dizer, de uma sociedade livre, que seja ao mesmo tempo justa e fraternal.

Pergunta — Em que medida acha Vossa Excelência que a França participa do desenvolvimento do Brasil?

Resposta — Há uma longa tradição de presença econômica francesa no Brasil e, notadamente, de importantes investimentos em determinados setores. Mas eu diria que a tecnologia que a França desenvolveu no decorrer dos últimos anos, seja no campo da energia, notadamente a energia hidrelétrica e a energia nuclear, seja no campo dos transportes, quer o transporte a longa distância, quer o transporte urbano, ou no campo eletrônico e das telecomunicações, nossos programas se dirigem para setores onde é grande o desenvolvi-

mento brasileiro. Há uma notável coincidência entre o nosso desenvolvimento tecnológico e as necessidades essenciais do desenvolvimento brasileiro. Creio, portanto, que podemos prestar apreciável contribuição para a execução de grandes projetos em que o Brasil está empenhado, como é o caso do desenvolvimento da Bacia Amazônica. Creio que podemos, igualmente, desenvolver nossa cooperação científica com os organismos apropriados de pesquisas do Brasil. Enfim, podemos efetuar o que chamamos de transferência de tecnologia.

Pergunta — Quais são as novas perspectivas econômicas que se abrirão para os dois países, em consequência das conversações que o Presidente Ernesto Geisel terá com Vossa Excelência?

Resposta — Manteremos conversações que serão, ao mesmo tempo, políticas e econômicas. Nossas economias, como os Senhores sabem, são economias livres, nas quais as responsabilidades das empresas e das administrações são muito grandes e cujas decisões finais nem sempre são tomadas em nível de Chefes de Estado. Penso, de minha parte, como ex-Ministro de Economia e Finanças que estive no Brasil nessa qualidade, que podemos ir muito mais longe em nossa cooperação econômica e que, em particular, a França deve poder colocar a sua tecnologia à disposição dos grandes projetos de desenvolvimento do seu país. Penso que nosso papel, juntamente com o Presidente Geisel, é abrir o caminho para este esforço, é prever a sua organização, para que ele possa ser executado com êxito pelas nossas administrações.

Diria, para concluir, que me sinto feliz em aguardar o Presidente do Brasil e os Ministros que o acompanharão, e juro que eles sentirão que a França inteira está feliz com esta oportunidade que me permite renovar a expressão da amizade tradicional que ela tem pelo Brasil e, ao mesmo tempo, afirmar a confiança que ela coloca na capacidade de desenvolvimento e de influência do Brasil moderno.

Saudação do Presidente da França,
Valéry Giscard d'Estaing,
ao receber o Presidente
Ernesto Geisel em Paris,
no Aeroporto de Orly,
em 26 de abril de 1976; e palavras
de agradecimento do Chefe de Estado brasileiro

primeira visita oficial
de um chefe de estado
brasileiro à França

presidente francês

Senhor Presidente,

Pela primeira vez, o Presidente em exercício desta grande nação amiga — a República Federativa do Brasil — vem à França em viagem oficial. Por conseguinte, acolher Vossa Excelência em Paris é, para mim, uma grande honra. Cumprimento, igualmente, a vosso lado, a Exma. Sra. Lucy Geisel, que nos faz o obséquio de vos acompanhar, como também os membros eminentes do vosso Governo, dos quais vários já tiveram com seus colegas franceses conversações de grande utilidade.

Entre a França e o Brasil as relações são, em grande parte, assuntos que tocam ao coração. As mesmas fontes de cultura, dos conflitos mundiais onde fomos solidários, epopeias como as de Santos Dumont e Mermoz, selaram, entre nós, algo mais que uma simples amizade, direi mesmo uma afeição. Vossa visita, Senhor Presidente, não vem somente confirmar com brilho esta longa e feliz tradição. **Esta visita ocorre no momento da história de vosso País, cuja importância podemos apreciar. O Brasil está cumprindo o grande destino que lhe foi prometido pela imensidade de seu território, a riqueza de recursos, a impressionante vitalidade da sua juventude, e a sua fé em si mesmo, mesmo nas dificuldades da crise em que vivemos.**

Costumava-se dizer que o Brasil era o país do futuro; eis agora que esse futuro é o vosso presente. **A França julga-se feliz porque vê, nesta visita, ocasião de dar nova dimensão às relações dos nossos dois países e abrir mais amplas perspectivas a uma colaboração, tanto no plano bilateral como no plano internacional.**

Senhor Presidente,

Vossa visita nos inspira esperanças para o futuro das relações franco-brasileiras. Desejo, em nome da França, paz, progresso e prosperidade ao povo brasileiro.

presidente brasileiro

Senhor Presidente Giscard d'Estaing,

Com emoção, piso, pela primeira vez, o solo francês e é motivo de orgulho que o faça, também, como primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar oficialmente a França.

O convite de Vossa Excelência, que tive o prazer de aceitar, diz bem da importância que assumiram recentemente as relações franco-brasileiras. O nosso encontro reflete o coriamento de ambos os Governos de que o reforçamento dessas relações serve a causas que nos são comuns.

esforços tornaram possível o crescimento económico

»O Governo francês terá acompanhado os extraordinários esforços realizados pelo Brasil nos últimos doze anos, graças aos quais se tornou possível, a meu país, alcançar elevados índices de crescimento económico. **Tais esforços permitiram ao Brasil sustentar seu crescimento, a despeito mesmo da crise económica geral, e garantem, hoje, a continuidade de seu desenvolvimento.** Concomitantemente com esses esforços, vem meu Governo cuidando especialmente de que a melhoria da qualidade de vida, que o desenvolvimento económico enseja, se distribua de forma a beneficiar o maioria do povo.

Os êxitos alcançados pelo Brasil valem-lhe o reconhecimento de uma nova dimensão no cenário das nações e é com integral senso de responsabilidade que assumimos essa presença ampliada. Nossa política externa, guiada por fidelidade aos interesses nacionais, incluindo estes, em primeiro plano, a preservação da civilização ocidental, que é também nossa, tem-se caracterizado pelo

incessante intento de colaboração internacional para que se alcance, de forma harmónica, a reestruturação da ordem económica e a paz entre as nações.

compreensão e afeto unem franceses e brasileiros

No plano bilateral temos, os dois países, muito a ganhar de um esforço mais determinado de identificação e aproveitamento das possibilidades de cooperação recíproca. As dimensões presentes e futuras de nossas respectivas economias permitem que nos lancemos a grandes empreendimentos, que contarão, desde o início, com a vantagem de partirem de ampla base de compreensão e de afeto que tradicionalmente une franceses e brasileiros.

É, pois, com grande satisfação que me faço portador da mensagem de admiração e de amizade do povo brasileiro ao povo francês e do espírito de cooperação do Governo de meu país com o de Vossa Excelência.

Discurso do Presidente
Giscard d'Estaing
no banquete em homenagem
ao Presidente Ernesto Geisel,
no Palácio do Grand Trianon, em Paris, em 26 de abril de 1976

**giscard: brasil é sinónimo de
audácia, energia e confiança**

Senhor Presidente,

Ao acolhê-lo, esta noite, neste Palácio de Versalhes tão estreitamente ligado à nossa História, a França deseja não somente honrar em sua pessoa a antiga amizade que a une ao Brasil, como também manifestar sua consideração por esta grande Nação, cujo papel torna-se cada vez mais importante no Cenário internacional, e expressar sua confiança no advento de uma nova ordem mundial, na qual, sem dúvida alguma, o Brasil está destinado a ser um dos principais protagonistas.

Entre as diversas influências que, progressivamente, forjaram a alma e a fisionomia do Brasil, a da França nunca foi a única, nem a mais importante. No entanto, o que caracteriza esta influência é que ela se manifestou de maneira regular em cada uma das grandes etapas da História do Brasil, como se, nos momentos decisivos, uma espécie de instinto levasse nossos dois países a se aproximar.

Foi assim desde a origem; mesmo se hoje, dos sonhos sucessivos de uma França Antártica e de

uma França Equinocial só resta uma lembrança: o nome de uma pequena ilha na Baía da Guanabara.

Foi assim, mais tarde, quando o Brasil foi buscar na França alguns dos seus sonhos para construir a sua própria História, pois foi nas teorias dos filósofos do nosso século XVIII que os precursores da independência brasileira encontraram uma de suas fontes de inspiração e foi Augusto Comte quem deu aos fundadores da República brasileira sua doutrina e a divisa que ainda hoje é a do Brasil.

brasileiros sabem expressar a juventude de seus sonhos e o ardor de viver

Mas, jamais como no presente século, o fermento levado por uma plêiade de universitários franceses contribuiu para a ardente renovação intelectual do Brasil, de que São Paulo foi o berço, quando tantos nomes — de Manet a Claudel, passando por Darius Milhãud e Bernanos — ilustravam o que nossa arte e a nossa literatura devem à sua terra acolhedora, quando, por duas vezes, França e Brasil encontraram-se lado a lado na mesma luta pela liberdade, e quando, enfim, o mundo inteiro admira a espontaneidade, a vitalidade e a simplicidade do povo brasileiro, que sabe expressar tanto a juventude de seus sonhos como o seu ardor de viver.

Assim, fortaleceu-se, e toma-se mais íntima uma amizade que a França tem prazer em expressar-lhe, Senhor Presidente, em resposta à calorosa homenagem prestada pelo povo brasileiro ao General De Gaulle, durante sua visita ao Brasil, em 1964.

Não quero que pense. Senhor Presidente, ao deter-me nessas reminiscências, que a amizade franco-brasileira é coisa do passado e que seu viço está esgotado.

De fato, estamos conscientes da profunda transformação que o Brasil está atravessando. Conhecemos os incomparáveis recursos de que dispõe para enfrentar os problemas do mundo moderno: a imensidade do seu território, o aumento de sua população e sua harmoniosa diversidade, a riqueza

za do seu solo e subsolo, a qualidade de suas elites. Conhecemos, sobretudo, o esforço para progredir que anima todo o seu povo; mais do que nunca, o nome do Brasil é sinónimo de audácia, energia e confiança. A faixa litorânea dos primórdios da colonização brasileira se transformou em um verdadeiro continente ao redor da capital, atravessado pela miragem verde da Amazônia.

a França também atravessa uma fase de renovação

A tarefa é imensa; ninguém pode duvidar de que esteja ao alcance dos meios de que o Brasil dispõe, muito menos a França, que sempre foi atraída pelo dinamismo brasileiro e que atravessa, ela própria, uma fase de renovação. Por certo, a crise económica que acaba de abalar o mundo provocou difíceis problemas para todos os países. A retomada do crescimento, observada na maioria dos países industrializados, e em particular no nosso, vai liberar novos meios para a continuação do processo de desenvolvimento.

Esta renovação da França levou-a a organizar seu futuro sob a forma de uma sociedade liberal avançada, conforme suas convicções e tradições, conforme também a mensagem que ela jamais deixou de expressar ao mundo.

Foi esta convicção no desenvolvimento económico do Brasil, Senhor Presidente, que me conduziu a São Paulo há cinco anos, como Ministro, para inaugurar a Exposição Francesa. Um dos objetivos dessa manifestação foi o de demonstrar a complementaridade dos nossos esforços e de tornar bem patente as possibilidades que oferecia ao intercâmbio de produtos e tecnologia. Foi naquela ocasião que o **Concorde** foi, pela primeira vez, apresentado aos brasileiros e, em particular, ao seu Embaixador em Paris, meu colega naquela época. Hoje, é entre Paris e o Rio que funciona regularmente a primeira linha em vôo supersônico. Como não ver, neste feito, a prova de que o espírito de Santos Dumont e dos pioneiros da Aéropostale está sempre vivo na França e no Brasil? Como não ver nisto um exemplo de aproximação entre nossos dois países, à qual sua visita, Senhor Presidente, dará novo impulso?

aproximação será útil aos dois países e ao mundo

Esta aproximação será útil, certamente, ao Brasil e à França, mas, igualmente, será útil ao equilíbrio de um mundo novo que está surgindo diante de nossos olhos e do qual as grandes linhas já começam a se esboçar.

Este mundo moderno já não se limita à Europa. Já não mais se restringe ao Hemisfério Norte. Por toda parte, surgem novas nações, novos centros de decisões e novos pólos de crescimento. É impossível, aos que têm sede de saber, ignorar as novas dimensões mundiais dos problemas. Como toda evolução, esta também comporta um risco: o de mal-entendidos e de conflitos, - mas possibilita, igualmente, uma cooperação mais ativa e uma mais estreita solidariedade.

Nesta época de transição e de adaptações, cabe à França e ao Brasil desempenhar um papel: à França, porque levou vários Estados a participar da vida internacional, e ao Brasil, porque é uma síntese, talvez única, de povos, raças e de culturas vindas de todos os horizontes.

Eis porque nos alegramos de verificar o paralelismo de nossas opiniões quanto aos grandes problemas do mundo. Eis porque, também, nos alegramos da colaboração entre nossos dois países no âmbito da Conferência de Cooperação Econômica Internacional, convocada com vistas ao estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial mais racional e mais justa. Eis porque, enfim, no princípio deste ano, estabelecemos entre Paris e Brasília uma estrutura permanente de consulta para tratar de todos os aspectos das nossas relações políticas, econômicas e culturais.

Tenho a certeza de que o futuro confirmará os votos que faço para as relações amistosas e fraternais entre o povo brasileiro e o povo francês.

São estes os votos a que os convido a se associar, ao levantar minha taça em honra do Presidente da República Federativa do Brasil e de sua Excelentíssima Senhora Geisel, que temos o prazer de ter ao nosso lado, em honra dos eminentes membros do Governo que os acompanham e em honra do grande povo brasileiro, ao qual desejo, em nome da França, paz, progresso e prosperidade.

Discurso do Presidente
Ernesto Geisel no banquete
que o Presidente

Giscard d'Estaing lhe ofereceu 3.

no Palácio do Grand Trianon, em Paris, em 26 de abril de 1976

**fidelidade brasileira à
civilização ocidental**

Senhor Presidente,

Há quase doze anos, recebia o Brasil, na pessoa do General Charles de Gaulle, a primeira visita oficial de um Chefe de Estado francês. Foi aquela memorável ocasião motivo de dupla alegria no Brasil, pelo que representava de importância para as relações franco-brasileiras e pela oportunidade que deu aos brasileiros de homenagear quem foi não somente um herói da França, mas também um cidadão do mundo.

Cabe-me, agora, o privilégio de retribuir a visita do Presidente da França, atendendo a honroso convite de Vossa Excelência. É dever de reconhecimento que minha primeiras palavras sejam para reverenciar a memória daquele que iniciou, com o Presidente Castelo Branco, esses contatos entre os Chefes de Estado dos nossos países. Minha visita é, também, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro à França. As relações entre nossos povos estão a atingir uma intensidade que, certamente, propiciará, no futuro, um convívio mais estreito entre os Primeiros-Mandatários dos dois países.

um momento de escolha para ambos países

Acredito, Senhor Presidente, que, nas atuais circunstâncias, este encontro assinala um momento de escolha para ambos os países, cuja importância não fere a modéstia ressaltar, pois o projeto aí implícito não glorifica pessoas, mas visa exclusivamente a servir aos interesses maiores de nossos dois povos.

A França tem se distinguido na história pelo inabalável sentido de missão de seu povo, na defesa e propagação dos valores humanísticos que caracterizam o que hoje se chama de mundo ocidental. De forma extraordinária, o povo francês tem sabido rejuvenescer-se, beneficiando-se do inesgotável manancial de sua brilhante tradição, e isso sem perder aquele sentimento fundamental de missão.

interdependência tende a ser global

Houve época em que tais sentimentos nacionais se processavam no âmbito de uma história circunscrita a universos mais ou menos cerrados. Isso já não é mais possível no mundo de hoje, em que a interdependência tende a ser global. **E mérito inegável da França é haver sido, entre os países economicamente desenvolvidos, daqueles que, mais cedo e mais amplamente, apreenderam a complexidade dessas novas relações.** A França soube perceber logo que essa interdependência não é destituída de sinal e que ela pode ser positiva ou negativa para os valores que todos consideramos essencial preservar e propagar.

O Brasil parte de uma realidade histórica, social e cultural diversa da francesa, mas chega, na avaliação do seu destino nacional, a conclusões que tornam excepcionalmente propício o entendimento com a França.

Tem o povo brasileiro arraigado sentimento de fidelidade àqueles mesmos valores inerentes à civilização do Ocidente, para a qual a França contribuiu com o melhor de sua realidade conceitual e de sua produção cultural. Essa comunidade de sentimentos, só por si, tenderá a aproximar, cada vez mais, os nossos povos, no futuro, como foi capaz de mantê-los próximos, no passado.

Mas, a essa coincidência, quase estrutural, acrescentam-se convergências de ordem conjuntural que resultam do modo pelo qual nossos países encaram o fenômeno da interdependência.

visão realista e pragmática das relações internacionais

O Governo brasileiro tem, das relações internacionais contemporâneas, uma visão realista e pragmática, que não deixa seduzir-se por simplificações utópicas ou cataclísmicas. Aceitamos a complexidade do real, sua diversidade, suas ambigüidades, como também suas esperanças e suas promessas. **Sem perdermos de vista, em qualquer momento, os objetivos comuns que nos unem aos demais povos do mundo e, em especial, àqueles com os quais repartimos metas mais definidas ou imediatas, nunca deixamos de ter, por outro lado, a consciência nítida de que é através da própria realidade nacional que um povo se projeta na história.**

A nação francesa, que, de formas tão expressivas, tem demonstrado ao mundo seus sentimentos patrióticos, saberá compreender o alcance e a grandeza de iguais sentimentos no povo brasileiro, aos quais meu Governo busca dar corpo, traduzindo-os em ação.

Saber aceitar a diversidade dos povos e das aspirações nacionais é, a cada momento que passa, mais urgente e mais necessário. As categorizações excessivamente amplas e arbitrariamente rígidas, em virtude de simplificações que procuram atender mais às conveniências das burocracias econômicas, nacionais e multilaterais, do que às necessidades reais dos Estados, acirram as confrontações e podem agravar, com novas injustiças, as iniquidades que precisamente desejamos eliminar.

obstáculos artificiais são interpostos por critérios predeterminados

Não é só no plano econômico que vemos as nações presas em compartimentos que mal se acomodam às suas dimensões e, por conseguinte, às

suas aspirações e possibilidades. E não há retórica nesta imagem, quando assistimos, com alguma freqüência, à interposição de obstáculos de natureza artificial ao crescimento económico de outras nações, por parte de países desenvolvidos, em consequência de critérios pré-determinados. De minha parte, estou convencido de que tais obstáculos terminam, na maioria dos casos, por desservir aos próprios interesses mais amplos dos países desenvolvidos.

Também no plano político, existe a tendência para enrijecer categorias, como ocorre com a própria noção de mundo ocidental. **Vemos, com apreensão, entre os países mais desenvolvidos, sinais de certa inclinação exclusivista que poderia conduzir à alienação dos países em desenvolvimento, primeiro no plano conceitual e, em seguida, no plano operacional, em relação ao universo ocidental.** Essas inclinações corresponderão, sem dúvida, a motivações históricas ponderáveis, às quais não estarão estranhas preocupações com a preservação legítima de determinados valores, sendo, porém, indispensável distingui-las daquelas que trazem no seu bojo o desejo de conservar privilégios. Em muitos casos, porém, faltará a disposição ou a capacidade de entender o processo histórico, que ocorre, alhures, em condições distintas.

o caráter relativo das lições históricas

Sei bem quão relativas são as lições da história. E, por isso, não sei se se pode dizer que os países mais jovens, os que surgiram, para a vida independente, da luta contra o colonialismo, os que têm que fazer esforços dobrados e redobrados para não ficarem retardados na marcha do progresso, não sei se deles se pode dizer que têm o benefício das experiências vividas pelas nações mais antigas, tanto são diferentes as condições em que exercem sua vida nacional.

Mas certo é que as grandes nações desenvolvidas não conhecem, nem conheceram, em qualquer fase de sua história, o drama comum à maioria dos países em desenvolvimento: o de construir a nação, o de desenvolver a economia e o de promover o equilíbrio social em seus países, sob a pressão dos modelos tecnológicos e das influências dos países mais desenvolvidos, preservando,

ao mesmo tempo, sua identidade cultural e evitando sacrificar, irremediavelmente, os valores fundamentais da nação.

Senhor Presidente,

Nossos Governos oferecem exemplos de como é possível evitar o agravamento dos problemas que defrontam as nações, pois recusam a solução fácil através de generalizações apressadas, de imprecisões e do isolamento.

as nações, como os indivíduos, erram ou acertam

O Brasil, como a França, tem procurado mergulhar no real, à busca do entendimento para a criação harmónica do futuro. **Não nos preocupa justificar ou condenar o passado, pois as nações, como os indivíduos, erram ou acertam e, se não podem, a priori, ser absolvidas de futuros enganos, não devem ficar, tampouco, estigmatizadas por passados desacertos. Nosso empenho é o de, honesta, determinada e otimistamente, buscar a cooperação com todos os povos animados de sentimentos compatíveis com os nossos, para que, num mundo mais justo, nossas nações possam ser mais verdadeiras e o homem — cada homem — possa ser mais dono de sua existência e da capacidade de bem usufruí-la.**

Senhor Presidente,

Antecipo grande proveito, para ambos os países, dos esforços que vêm desempenhando nossos Governos para ampliar a cooperação bilateral em variados domínios. Desses esforços, estou certo, surgirão oportunidades crescentes de entendimento. Na verdade, tudo parece indicar que estamos no limiar de uma nova era nas relações entre os nossos dois povos.

Desta extraordinária Versalhes, que foi e continua a ser ponto de convergência das alenções de todos quantos na França vêm beber à fonte de sua cultura eterna, desejo saudar o povo francês e a amizade franco-brasileira. Aos presentes, peço que, comigo, ergam suas taças para brindar à perenidade dessa amizade e para beber à saúde do Presidente Giscard d'Estaing e de sua Excelentíssima Esposa.

Discurso do Presidente Giscard d'Estaing
durante o banquete
que o Presidente

brasil se afirma como um dos grandes estados modernos

Ernesto Geisel lhe ofereceu, no Quai d'Orsay, em 27 de abril de 1976 (este discurso foi precedido de um brinde do Presidente Geisel ao Chefe de Estado francês)

Senhor Presidente, Senhora Geisel,

Há menos de dois dias que Vossas Excelências puseram o solo francês e eis-nos já pensando nos resultados de sua visita. A França e o Brasil se conhecem há muito tempo e seria fora de propósito, em relação a todos os que aqui se encontram, homens de Governo, diplomatas, empresários, pensar que estavam à espera dessa ocasião para descobrir o Brasil ou a França.

Mas eu creio, Senhor Presidente, que o resultado essencial de sua visita é o de nos haver feito descobrir o nosso futuro. O seu, inicialmente, ou seja, o da imensidão não apenas de seus recursos, mas de suas capacidades, que levará o Brasil a se afirmar, cada vez mais, como já o faz, na qualidade de um dos grandes Estados modernos. De sua parte, acredito que Vossa Excelência pode perceber a vontade e a capacidade de renovação da França. Sem dúvida, por força das disposições do nosso cerimonial, está Vossa Excelência hospedado num local que é testemunha da antiguidade da História da França. Vossa Excelência terá percebido, não obstante, a atividade, o trabalho, o esforço do nosso povo, que lhe permitiram — a partir da última guerra — renovar suas perspectivas e, igualmente, afirmar-se como um dos grandes países do mundo moderno.

dois países que compartilham preocupações, inspirações e convicções

Desejaria dizer, em seguida — ao Senhor Presidente e, se me permitir, ao Senhor Ministro das

Relações Exteriores — referindo-me à política externa de Vossa Excelência, que a França não se sente consternada por ver que o Brasil desenvolve e consolida sua influência no mundo moderno. Disso não temos ciúme algum. Ao contrário, estamos felizes de acolher, na comunidade internacional, um país que sabemos compartilhar profundamente as mesmas preocupações, as mesmas aspirações e as mesmas convicções, que também são nossas. E penso que, nas grandes circunstâncias em que se expressará a diplomacia moderna, ficaremos felizes de poder ouvir a voz do Brasil e sabemos, de antemão, que suas posições estarão muito próximas daquelas da diplomacia francesa.

Desejaria, por fim. Senhor Presidente, manifestar-lhe todo o prazer que tive em manter nossas conversações pessoais, que se realizaram a sós — sem testemunhas ou quase —, graças ao perfeito conhecimento que tem Vossa Excelência de nosso idioma e que me desculpe por não ser recíproco.

Conversamos com muita simplicidade e com muita franqueza e pude constatar o quanto Vossa Excelência tem o propósito de estar a serviço do desenvolvimento e do progresso do seu país.

Esta é a razão pela qual estou feliz de, dentro de um instante, brindar à honra de Vossa Excelência, Chefe de Estado brasileiro. Formulo, ao mesmo tempo, votos para que as conversações que mantivemos inspirem os membros dos nossos Governos e os representantes de órgãos públicos franceses e brasileiros, na busca da cooperação entre os nossos dois países.

delinear linhas gerais de ação e implementar a cooperação

Com efeito, a missão de que fomos investidos é a de delinear linhas gerais de ação e formulo votos para que essa determinação de cooperação entre o Brasil e a França, por nós expressa e manifesta, seja, disso estou seguro, bem implementada pelos nossos Governos.

Senhor Presidente, a amizade entre o Brasil e a França se origina na cultura. E, naturalmente, a forma habitual de um discurso é, ou seria, a de dizer que vem ela da cultura e nos conduz a realizações económicas e técnicas. Gostaria, porém, de ir mais longe: **aspiro a que, vinda da cultura, nos conduza ela às realizações económicas, técnicas e tecnológicas que desejamos, mas faço**

votos para que ela regresse à cultura. Quero dizer, com isso, que o essencial do que aproxima os povos brasileiro e francês é a comunidade das convicções, das civilizações e das inspirações e que não desejo que a cultura seja apenas, para nós, a base de uma aproximação de natureza mercantilista. Aspiro a que, além de nossas realizações económicas, nossos povos sintam, experimentem e reencontrem a comunidade de suas civilizações e, portanto, de seus destinos.

É nesse espírito, Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Senhora Geisel, Senhorita Geisel, que ficamos muito felizes por recebê-los para uma estada infelizmente demasiado breve e que levanto minha taça ao êxito da ação pessoal de Vossa Excelência e à felicidade e prosperidade do grande povo brasileiro.

Discurso do Presidente Ernesto Geisel
no Hotel de Ville,
em 27 de abril

durante a recepção que lhe foi oferecida pelo presidente do
Conselho Municipal da Capital francesa, Bernard Lafay

contatos França-brasil são sempre momentos de júbilo

Senhor Presidente do Conselho de Paris,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Há, em todo aquele que acredita no primado do homem, uma dívida para com a França. Talvez por essa razão, há, em cada brasileiro, sentimento íntimo de fraternidade para com o povo francês.

Tanto bastaria para que os encontros entre franceses e brasileiros fossem sempre momentos de júbilo e sincera cordialidade.

Outros traços, porém, tornam ainda mais espontâneas as nossas convergências. **Como o povo francês, o do Brasil tem patriotismo extremado.**

Esse pendor traduz-se na defesa do sentir da nacionalidade e de seus valores, em confiança no futuro do País e em dedicação à obra de construção económica e social. Como o povo francês, tem o brasileiro, ainda, acentuado senso da sua individualidade própria, mas, não se dando a excessos de gregarismo, desconfia do isolamento, acredita na liderança, embora deteste o hegemonismo, persegue o ideal, mas não se desprende da consciência de que é, através do real, que se pode alcançar os objetivos.

Não me surpreende, pois, que cada momento passado nesta bela cidade de Paris me tenha sido de tanto agrado. É que, nas generosas atenções com que me têm cercado, reconheço idêntica in-

clinação à do brasileiro para a gentileza e para a hospitalidade.

A esses sentimentos comuns, ao crescente entendimento entre nossos povos, desejo, nesta hora,

saudar. Nenhum melhor intérprete para essa mensagem, que vem do povo brasileiro para o francês, poderia eu encontrar do que os representantes do Conselho de Paris, a quem rendo minhas homenagens e meus agradecimentos.

**Comunicado Conjunto
Brasil-França divulgado**

em 28 de abril de 1976 ao fim
da visita oficial do
Presidente Ernesto Geisel a Paris

**comunicado conjunto
franco-brasileiro**

Atendendo a convite do Sr. Valéry Giscard d'Estaing, Presidente da República Francesa, o Presidente da República Federativa do Brasil e a Senhora Geisel realizaram visita oficial à França, de 26 a 28 de abril de 1976. Faziam-se acompanhar de importante comitiva, que compreendia o Sr. Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores, Sr. Severo Fagundes Gomes, Ministro da Indústria e do Comércio, Sr. Shigeaki Ueki, Ministro das Minas e Energia, Sr. João Paulo dos Reis Velloso, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, General Hugo de Andrade Abreu, Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Sr. Daniel Krieger, Senador, e Sr. Joaquim Coutinho Corrêa de Oliveira, Deputado.

Além dos encontros entre os dois Presidentes, os membros da comitiva brasileira mantiveram conversações aprofundadas sobre assuntos das respectivas competências com o Sr. Jean Sauvagnargues, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Jean-Pierre Fourcade, Ministro da Economia e das Finanças, Sr. Michel d'Ornano, Ministro da Indústria e da Pesquisa, e Sr. Raymond Barre, Ministro do Comércio Exterior.

O Presidente da República Federativa do Brasil e a Senhora Geisel, assim como sua comitiva, foram igualmente recebidos pelo Sr. Bernard Lafay, Presidente do Conselho de Paris, em companhia dos membros do Conselho.

Os encontros entre os dois Chefes de Estado se desenvolveram numa atmosfera de confiança e

amizade, que é a característica das relações tradicionais entre os dois países.

Herdeiros de uma mesma cultura, apegados aos mesmos valores de civilização, o Brasil e a França perseguem, no mundo, objetivos de paz e de progresso. Conscientes da diferença de seus respectivos problemas, ciosos da preservação de sua independência e do respeito à sua personalidade, os dois países consideram que podem oferecer à comunidade internacional o fruto de uma experiência complementar e construtiva. Julgam que a concertação constitui o melhor meio para alcançar seus objetivos e que sua aproximação corresponde às aspirações profundas de seus povos.

Os dois Chefes de Estado se congratularam com o intercâmbio de pontos de vista entre os respectivos Governos desde a criação, por ocasião da visita do Ministro Azeredo da Silveira, em outubro último, de um mecanismo de consultas políticas periódicas. Desejam ver desenvolver-se e aprofundar-se esse intercâmbio, que deve permitir aos dois países uma apreciação ainda melhor das realidades internacionais e um reforço de seu papel na cena mundial.

Os dois Presidentes verificaram que seus esforços convergem na procura de uma redistribuição mais justa dos frutos do progresso. O diálogo mantido na Conferência sobre Cooperação Económica Internacional, assim como em outros foros, constitui elemento positivo no processo de instauração de

uma nova ordem econômica mundial, que eles desejam venha a concretizar-se o mais cedo possível.

Os Presidentes evocaram a situação geral na América Latina e salientaram o papel cada vez mais importante que a região é chamada a desempenhar na cena internacional. O Presidente da República Francesa acentuou o lugar eminente do Brasil no continente e a contribuição que traz para sua estabilidade e dinamismo. Os dois Presidentes assinalaram o desejo de ver desenvolverem-se as relações da França com a América Latina, cujo passado, nível de desenvolvimento e diversidade de recursos apontam para uma cooperação ativa com a Europa.

Ao exprimir sua satisfação com o ingresso dos novos Estados africanos de língua portuguesa na comunidade das nações, os dois Presidentes mostraram-se confiantes na capacidade da África em resolver seus problemas sem ingerências externas e em conduzir com êxito seu processo de desenvolvimento. Sublinharam os laços estreitos que unem o Brasil e a França aos países desse continente e assinalaram o desejo de reforçar com eles uma eficaz cooperação.

Os dois Presidentes registraram a convergência das respectivas posições sobre os princípios básicos para solução dos conflitos no Oriente Próximo. Convieram em continuar a concertar-se para ajudar, na medida de seus meios, no restabelecimento duradouro da paz na região.

O rápido desenvolvimento do Brasil e o alto nível industrial e tecnológico da França criam áreas novas de complementaridade e de cooperação que podem ser exploradas em benefício dos povos dos dois países.

No que se refere à cooperação industrial franco-brasileira, os dois Presidentes se congratularam com os resultados já alcançados e com as perspectivas de seu desenvolvimento: as empresas francesas, em cooperação com as empresas brasileiras, estão interessadas em numerosos projetos, especialmente equipamento elétrico (centrais e redes de distribuição), energia solar, pesquisa petrolífera e prospecção geográfica, petroquímica, transportes terrestres e aéreos, infra-estruturas portuárias e aéreas, telecomunicações, em parti-

cular espaciais, construção aeronáutica, indústria mecânica e indústria informática. As empresas francesas participam ainda da realização de grandes projetos siderúrgicos brasileiros.

Quanto à cooperação econômica bilateral, os dois Presidentes determinaram os seguintes setores para a negociação, em caráter prioritário, de projetos precisos: 1) a hidreletricidade: um financiamento privilegiado, abrangendo um empréstimo governamental, poderá ser concedido pelo Governo francês para a construção de uma central. Além disso, o Governo francês tomou nota, com interesse, das discussões em curso sobre a criação de um consórcio europeu, dentro do qual a participação francesa ensejaria créditos à exportação concedidos em condições normais e financiamentos bancários privados,- 2) a petroquímica e os fertilizantes e, mais particularmente, o Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul; 3) o terminal açucareiro do Porto de Santos; 4) o fornecimento, pela indústria francesa, de trens-unidades à Rede Ferroviária Federal; 5) a instalação de uma plataforma brasileira na área do porto autônomo do Havre, com o objetivo de facilitar as atividades de trânsito, armazenagem, transformação de produtos semi-acabados de origem brasileira e sua distribuição; 6) a cooperação franco-brasileira no campo petrolífero, principalmente no que diz respeito às tecnologias de exploração das jazidas submarinas,- 7) o aumento das compras de minério de ferro brasileiro pelas empresas francesas; 8) o desenvolvimento das operações conjuntas em terceiros países.

Os dois Presidentes expressaram o desejo de que todos os meios sejam empregados para a realização rápida desses diversos projetos.

Os dois Presidentes salientaram que a cooperação industrial deve ser ampliada à transferência de tecnologia no proveito recíproco das empresas interessadas.

O intercâmbio entre a França e o Brasil foi evocado, bem como os meios para desenvolvê-lo. Os dois Presidentes expressaram seu interesse pela participação francesa na exploração dos recursos do subsolo brasileiro, principalmente de minério de ferro, de bauxita e de minérios não-ferrosos.

Finalmente, no que se refere aos investimentos franceses no Brasil, os dois Presidentes se con-

gratularam com seu recente desenvolvimento e desejam que esse movimento prossiga em condições favoráveis.

Notaram, com satisfação, a próxima solução do último contencioso financeiro entre o Brasil e a França.

Os dois Presidentes registraram os progressos realizados no campo das relações científicas e examinaram as possibilidades de cooperação em matéria de novas fontes de energia e particularmente a energia solar.

Os dois Presidentes tomaram nota do desenvolvimento do intercâmbio cultural entre os dois países, e o Presidente da República Francesa expressou o desejo de que as medidas tomadas pelas autoridades federais brasileiras para favorecer o ensino de línguas estrangeiras produzam pleno efeito. O Presidente da República Federativa do Brasil congratulou-se pelos esforços realizados na França para um melhor conhecimento do Brasil, de seu idioma e de sua cultura.

As conversações permitiram verificar o importante aumento da cooperação técnica entre os dois países, adaptada às necessidades do segundo plano de desenvolvimento brasileiro. Os esforços desenvolvidos no curso dos últimos anos foram frutíferos e permitem alcançar realizações concretas.

Foi expresso o desejo comum de que se desenvolva, cada vez mais, o intercâmbio artístico, que expressa as intensas afinidades culturais entre os dois povos.

O Presidente da República Federativa do Brasil e a Senhora Geisel manifestaram sua profunda gratidão pela calorosa acolhida que o povo e o Governo francês lhes dispensaram.

O Presidente Geisel convidou o Presidente da República Francesa e a Senhora Giscard d'Estaing a realizarem uma visita oficial ao Brasil. O convite foi aceito com prazer e a data será fixada posteriormente.

Saudação ao povo brasileiro
dirigida pelo Primeiro-Ministro britânico,
James Callaghan, através de uma cadeia de rádio e televisão do Brasil, em 2 de maio de 1976

primeiro-ministro britânico faz saudação ao povo brasileiro a propósito da visita de geisel

É um grande prazer para mim, tão pouco tempo após minha nomeação como Primeiro-Ministro, receber na Grã-Bretanha o Chefe de uma Nação com a qual temos laços estreitos e duradouros. Recordamo-nos da calorosa acolhida do Brasil à Rainha em 1968. E nunca esqueceremos que, quando lutávamos por nossa sobrevivência na última guerra, o Brasil veio lutar conosco para salvaguardar nossas liberdades.

A visita do Presidente Geisel é um acontecimento oficial. Ele será hóspede da Rainha Elizabeth durante sua permanência na Grã-Bretanha. Mas esta visita é mais do que um testemunho formal de amizade. A Grã-Bretanha colaborou de certa forma para que o Brasil conseguisse sua independência no século XIX. Sobre os alicerces de nossa

amizade e laços históricos, desejamos agora construir uma nova estrutura de cooperação econômica e comercial à altura das nossas relações no século XX e do importante papel que o Brasil desempenha hoje no mundo ocidental.

Meus colegas de Gabinete e eu estamos na expectativa de poder discutir com o Presidente Geisel medidas práticas de cooperação industrial e econômica, especialmente nos setores de aço, estradas de ferro e energia. Espero que, desta forma, possamos, cada vez mais, encontrar soluções comuns para os problemas econômicos que ambos enfrentamos. Estou certo de que, como resultado disto, nossa amizade sairá fortalecida.

Apresento minhas cordiais boas-vindas ao Presidente.

Discurso
boas-vindas as boas-vindas ao presidente
Lord Mayor of Westminster,
Roger Dawe, ao Presidente
Ernesto Geisel, no Palácio de Saint
James, em Londres, em 4 de maio de 1976; e resposta do Presidente brasileiro
em sua chegada a Londres

discurso de roger dawe

Nós, o Prefeito de Londres, vereadores e conselheiros da cidade de Westminster, estamos contentes em apresentar ao Presidente do Brasil as melhores boas-vindas à nossa cidade, no coração de Londres, como hóspede de nossa Rainha.

Estamos especialmente contentes em confirmar a calorosa amizade que tradicionalmente existe entre os nossos países. Tem havido laços históricos entre nós, reforçados por respeito mútuo, por mais de 150 anos. Foi com particular prazer que soubemos que o bicentenário do Almirante Cochrane, que uma vez representou a velha cidade de Westminster no Parlamento, foi celebrado no Rio de Janeiro, em dezembro do ano passado. Nos tempos modernos, têm sido mantidos laços políticos, comerciais e culturais, que receberam um impulso no ano passado com a assinatura em Londres do Memorando de Entendimento entre os nossos dois Governos.

Aquela ocasião, honrada com a distinta presença do Ministro das Relações Exteriores, é considerada por todos nós como um acontecimento de maior significado para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Reino Unido.

Os dizeres da bandeira de seu país são "Ordem e Progresso". Estamos contentes em ter a oportunidade de expressar nossa admiração pelo sucesso do laborioso e evoluído povo brasileiro, que vive para corresponder a este ideal. Admiramos

profundamente o desenvolvimento económico alcançado pelo seu país — caracterizado pelo rápido crescimento e impressionante industrialização e modernização.

Estamos contentes que Vossa Excelência esteja acompanhado de sua graciosa esposa e encantadora filha, às quais também estendemos nossas calorosas boas-vindas.

Desejamos, sinceramente, que sua visita ao Reino Unido seja a mais agradável possível e que, ao retornar ao Brasil, Vossa Excelência esteja certo de que os laços de amizade entre os nossos dois países foram renovados e ainda mais fortalecidos.

resposta de geisel

Senhor Prefeito,

Esta é a primeira vez que um Chefe de Estado brasileiro visita oficialmente o Reino Unido. Faço-o com imenso prazer, podendo assim retribuir, a convite de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II, a visita por ela feita ao Brasil, em 1968.

Como Vossa Excelência salientou, a história das relações anglo-brasileiras, aó longo de um século e meio, registra ininterrupta amizade, cooperação e respeito mútuo entre nossos dois povos. Se assim foi no passado e até os dias de hoje, com

maior razão será no futuro, pois a crescente interdependência no plano mundial torna mais fácil e mais necessária ainda a cooperação entre países que, como os nossos, compartilham múltiplos objetivos e valores.

Vossa Excelência referiu-se ao esforço que o Brasil tem realizado para industrializar-se e modernizar sua economia. Felizmente, podemos orgulhar-nos do quanto temos podido fazer nesse sentido, graças ao trabalho e à dedicação do povo brasileiro. E, sobretudo, é motivo de satisfação de meu Governo poder dizer que, ao progresso alcançado no plano material, temos procurado, com determinação, associar o progresso social e espiritual da Nação brasileira.

O povo inglês, que, em tão elevado grau, tem sabido harmonizar a preservação de sua indivi-

dualidade, o estímulo ao progresso e a busca de formas eficientes para repartição social dos frutos da civilização, bem pode apreciar o que tais metas representam, de desafio, a um país em desenvolvimento.

Estes dias em Londres serão de grande significado para mim, pelo que esta visita representa para as relações entre nossos dois países e pelo prazer muito especial que, com minha mulher e minha filha, sentirei nessa convivência, como hóspedes de Sua Majestade.

Por intermédio de Vossa Excelência, Senhor Prefeito, faço chegar ao povo britânico, cujo valor sempre admiramos e cuja coragem testemunhamos em lutas de que, lado a lado, participamos no passado, a mensagem de cordial amizade do povo brasileiro.

rainha destaca importância do brasil

Discurso da Rainha Elizabeth II nas relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento
e resposta do Presidente Ernesto Geisel no banquete que as autoridades britânicas ofereceram ao Presidente brasileiro, no Palácio de Buckingham, em 4 de maio de 1976

discurso da rainha

Senhor Presidente,

É com o máximo prazer que desejo a Vossa Excelência, à Senhora Geisel e a sua filha boas-vindas à Grã-Bretanha. Vossa Excelência é duplamente bem-vindo, pois é o primeiro Presidente do Brasil que nos visita durante seu mandato.

No passado, nossos dois países saíram ao auxílio um do outro em decisivos momentos de nossa história. Há mais de 150 anos atrás, a Marinha Britânica e o Almirante Cochrane ajudaram o

Brasil a afirmar sua independência e a criar sua Marinha de Guerra. Fomos aliados em duas guerras mundiais. Na primeira, um esquadrão naval brasileiro ajudou a patrulhar as rotas do Atlântico, e, na segunda, as Forças Expedicionárias brasileiras combateram na Itália junto às nossas forças do Quinto Exército.

Continua bem viva a tradicional amizade entre nossas duas Marinhas de Guerra. A Missão Naval Brasileira na Europa tem sua sede aqui em Londres, e, no mês passado, foi lançada, em Southampton, a terceira de quatro fragatas que a Vospers está construindo para o Brasil.

unidade cultural brasileira é fonte de força e orgulho

Tenho que dizer que vi apenas uma parte do Brasil, mas, como qualquer pessoa que visita seu país, fiquei profundamente impressionada com a vivacidade de seu povo e a riqueza de seus recursos naturais. A origem de seus compatriotas remonta a muitas terras e raças. No entanto, conseguiram criar uma única identidade nacional, com uma visão distintamente brasileira, acolhedora, generosa e entusiástica. Para os brasileiros, essa unidade cultural não pode deixar de ser fonte de força e de orgulho. Para o resto do mundo, é uma encorajadora evidência de que povos de raças diversas e de diversos passados podem viver juntos em harmonia social.

Espero, Senhor Presidente, que durante sua estada conosco possa ver por si mesmo quantos aqui desejam manter e fortalecer esta amizade entre a Grã-Bretanha e o Brasil, para que, juntos, possamos enfrentar as colossais tarefas econômicas com que se confrontam nossos dois países.

Problemas internos são apenas metade da história — todas as nações participam da responsabilidade pelo mundo. Nesse campo, o Brasil conquistou uma posição de respeito e influência, graças à sua atitude construtiva. **Seu país está em situação particularmente vantajosa para compreender os problemas tanto das nações mais ricas como das mais pobres, e eu estou certa de que, com povos seus amigos, os brasileiros gozam de maravilhosa oportunidade para criar uma boa relação entre o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento.**

Senhor Presidente, a lembrança que temos de nossa visita ao Brasil, em 1968, é vívida e feliz. Jamais esqueceremos o carinho com que fomos recebidos, nem as belezas do Rio, nem a arquitetura incomparável de Brasília, cidade que simboliza a habilidade e o engenho com que os brasileiros estão trabalhando para desenvolver os recursos naturais de seu país e adaptá-los às necessidades humanas.

Espero que Vossa Excelência leve do nosso país lembranças tão felizes como as que trouxemos de seu país.

a interdependência mundial facilita a cooperação

Como Vossa Excelência mencionou, a história do relacionamento anglo-brasileiro tem sido, por mais de 150 anos, de ininterrupta amizade, cooperação e mútuo respeito entre os dois povos.

Se este foi o caso no passado e é assim no presente, então, com maior razão ainda, será assim no futuro, desde que a crescente interdependência mundial facilite, e faça ainda mais necessária, a cooperação entre dois países como os nossos, que possuem os mesmos objetivos e valores comuns.

Senhor Presidente, é Vossa Excelência o líder ilustre de um grande povo com que nós, nestas ilhas, estamos ligados pela história no passado, no presente pela cooperação, e pelos desafios do futuro. Peço-lhe que transmita nossos melhores votos a seus compatriotas.

Brindo a Vossa Excelência, à Senhora Geisel e a um feliz e próspero Brasil.

resposta do presidente

Majestade,

Há quase oito anos, Vossa Majestade visitou oficialmente meu país, sendo o primeiro soberano reinante britânico a fazê-lo. Ao retribuir-lhe a visita agora, sou, também, o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar oficialmente o Reino Unido. Significativo é que, após um século e meio de relações tão estreitas entre nossos países, tenham ocorrido, no espaço de alguns poucos anos, tais encontros do mais alto nível entre os Chefes de Estado de ambas as nações. Evidenciam tais gestos que essas relações são mais importantes do que nunca e auguram, mesmo, nova etapa na cooperação recíproca.

O Brasil, que herdou de Portugal especiais vínculos com o Reino Unido, recebeu, desde a primeira hora de sua formação nacional, o influxo da civilização britânica. O ideário político e eco-

nômico da jovem Nação brasileira impregnou-se de tais influências. No campo **das** letras, das ciências, não menor foi a contribuição britânica para a formação da cultura brasileira.

Viviam as nações, então, num contexto bem diverso do que oferece o mundo de hoje. O contraste entre países consolidados e os que apenas começavam vida independente no continente americano davam caráter natural a comportamentos privilegiados, que se tornaram superados na sociedade internacional, mais igualitária, do presente. Em nossas relações recíprocas, o Brasil e o Reino Unido não conheceram traumas nas acomodações que a história foi tornando necessárias.

o brasil aceita a responsabilidade que hoje lhe cabe

Vossa Majestade generosamente evocou, no Brasil, palavras do eminente estadista George Canning, que previam, para o Novo Mundo, importante papel a desempenhar na reestruturação do equilíbrio internacional. Talvez devêssemos atualizá-las, para incluir no conceito de Novo Mundo uma grande parte das nações, não apenas do continente americano, mas também da África e de outras partes da terra, que souberam enriquecer-se dos valores fundamentais da civilização europeia, incorporando-os à seiva haurida nas autênticas culturas nacionais de seus povos. Esse vasto panorama de países, de onde emergimos, vê, como desafio irrecusável, sua crescente participação no encaminhamento das questões internacionais. **E é com humildade que o Brasil aceita, sobre seus ombros, a carga de responsabilidade que lhe cabe, mesmo porque tem plena consciência de que, por muito tempo ainda, a parte que compete aos países em desenvolvimento, no esforço global, é das mais difíceis e penosas.**

O esforço de desenvolvimento, a consolidação da nacionalidade, o equilíbrio social são tarefas que perseguem todos os Governos, quer se trate de países já com elevados níveis de desenvolvimento, quer de outros que mal se desprenderam dos vínculos coloniais que lhes entravavam o progresso. Mas é desigual o que esse esforço representa para cada nação. Evidentemente, a magnitude de recursos necessários variará com as dimensões

do espaço e da população e, sobretudo, com o nível e a urgência das metas que forem adotadas. No mundo aberto em que pretendemos conviver, o problema da escolha de tais metas é particularmente delicado e difícil. É que a convivência diária, através dos meios de comunicação de massa, com os padrões mais adiantados das sociedades plenamente desenvolvidas, gera, mesmo em populações distantes, anseios de progresso material e cultural que já não se medem por comparação a estágios anteriores do mesmo grupo social, mas aos estágios presentes nas sociedades mais avançadas.

reestruturação da ordem econômica mundial é inevitável

Essa existência em dois níveis de progresso, o do real cotidiano e de expectativas não menos condicionantes, representa uma experiência de que só têm conhecimento os países em desenvolvimento nos dias de hoje. A generalidade dos sentimentos daí decorrentes é de tal ordem que criou fenômeno novo para a convivência internacional. Na verdade, já não se pode deixar de considerar como inevitável a reestruturação da ordem econômica mundial, para que se busque acomodação às expectativas muito presentes na grande massa dos mais desprovidos de recursos, em todo o mundo.

Disse que o Brasil se aproxima de seu novo papel internacional com o senso de suas responsabilidades, mas também com humildade. Temos clara a consciência do que aí nos cabe fazer, como projeção, aliás, do que internamente estamos procurando construir. Lutando contra as adversidades características do estágio de desenvolvimento em que nos encontramos — e das quais faz parte a incompreensão dos que querem a realidade à imagem de esquemas apriorísticos e simplificadores — temos procurado construir um país equilibrado, sadio, confiante, onde a justiça possa prevalecer naturalmente e onde seja possível ao homem ser responsabilmente livre. Contamos, para isso, com as espontâneas qualidades de generosidade, de tolerância e de otimismo do povo brasileiro, um povo que não conhece o ódio nem a xenofobia, que oferece um dos mais com-

pletos exemplos de igualdade racial, que faz das religiões um traço de união, nunca pretexto de separação entre as pessoas, um povo que acredita no amanhã e saberá construí-lo com perseverança e energia.

britânicos sabem conciliar tradição e renovação

É desse povo que trago, Majestade, mensagem de cordial afeto e admiração ao povo britânico. Mais do que qualquer outro, disseminou o povo britânico pelo mundo os valores da civilização ocidental. Contribuíu, dessa forma, para criar as condições de um universalismo de padrões es-

pirituais da maior relevância para o esforço ecumênico de entendimento a que estão voltadas as nações hoje em dia. Essa capacidade de liderança que, dentro de outro contexto histórico, a Inglaterra assumiu com destaque, tem, no mundo de nações independentes e interdependentes de hoje, relevante papel a desempenhar. **A nova sociedade internacional muito poderá beneficiar-se do esclarecido pragmatismo britânico, que, de forma tão especial, sabe conciliar tradição e renovação para as conquistas sociais.**

A todos os presentes peço que ergam comigo suas taças para beber à saúde de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II, de sua Alteza Real o Príncipe Phillip e à crescente prosperidade das relações anglo-brasileiras.

Linhas gerais da
saudação do Primeiro-Ministro britânico,
James Callaghan, e discurso do Presidente Ernesto Geisel
no almoço oferecido pelo
Governo da Grã-Bretanha
ao Presidente brasileiro na Downing Street, número 10, em 5 de maio de 1976

otimismo marca relações Brasília-Londres

callaghan

O Primeiro-Ministro Callaghan deu as boas-vindas ao Presidente da República e à Senhora Geisel na Downing Street, número 10, e confessou-se feliz em constatar o interesse e conhecimento demonstrados pelo Presidente pelas tradições e história dessa casa, onde importantes decisões foram tomadas nos últimos 250 anos, algumas delas afetando o Brasil.

Referiu-se rapidamente a Lord Cochrane.

Afirmou que tem a convicção de que um Presidente com o sentido de história — como o é o Presidente Geisel — só pode ser um bom Presidente.

Reportando-se aos discursos pronunciados no dia anterior no Palácio de Buckingham, destacou que

estes e outros pronunciamentos — e mencionou nesse contexto os discursos do Chanceler Azere-do da Silveira em Paris, em dezembro, e em Nova York, em setembro, por ocasião da Sessão Especial da Assembléia-Geral da ONU — demonstram o espírito positivo com que o Brasil aborda os problemas dos países em desenvolvimento.

geisel

Senhor Primeiro-Ministro,

É com grande prazer que me encontro com Vossa Excelência e que vejo desenrolarem-se conversações objetivas sobre as relações anglo-brasileiras.

Essas relações sempre foram boas, marcadas pelo respeito mútuo e pelo benefício recíproco. Recentemente, porém, decidimos, os dois Governos, que elas poderiam ser incrementadas, para melhor corresponder às dimensões e às potencialidades dos dois países. Vossa Excelência, junto com outros Ministros do Governo britânico, teve destacado papel nessa reavaliação e muito contribuiu para que se conclísse o Memorando de Entendimento que trouxe novo ímpeto às relações anglo-brasileiras.

Na verdade, Senhor Primeiro-Ministro, nada mais oportuno do que aquela decisão. Nossos países, em que pesem as dificuldades que enfrentaram

como resultado da crise económica geral, estão no limiar de novos períodos de expansão. É, pois, dentro de perspectivas ainda mais vastas de cooperação, que se irão processar nossas relações futuras. Nós, no Brasil, encaramos com otimismo o desenvolvimento dessas relações.

Estou certo de interpretar os sentimentos de todos os presentes ao expressar meu reconhecimento ao Primeiro-Ministro e à Senhora Callaghan por esta agradável ocasião.

Gostaria de pedir a todos que a mim se juntem num brinde à Rainha e às relações que desejamos ainda mais estreitas entre os dois países.

Saudação do Prefeito de Londres, **britânicos demonstram admiração pelo Brasil**
Sir Lindsay Ripley, em agradecimento do **Presidente Ernesto Geisel,**
na reunião do Conselho da Corte S U 9 .
dos Comuns, realizada um pouco antes do banquete oferecido pelo
Prefeito de Londres, em homenagem ao Presidente brasileiro, no Guildhall, em 5 de maio de 1976

prefeito de Londres

Excelência,

Durante muitos anos, de tempos em tempos, vários Chefes de Estado e líderes de nações têm sido recebidos aqui, nesta Câmara Municipal, tendo cada ocasião acrescentado, como acontece com a de hoje, sua característica própria às anteriores.

Hoje, nós, o Lord Mayor, os conselheiros municipais e os representantes da cidade de Londres, reunidos no Conselho dos Comuns, cordialmente apresentamos as boas-vindas a Vossa Excelência e à Senhora Geisel, por ocasião de sua visita oficial a este país.

Partilhamos, com os demais países do mundo, de grande admiração pelo povo brasileiro e pelo Brasil. Os olhos do viajante poderão apreciar e maravilhar-se com a surpreendente variedade do país de Vossa Excelência, da beleza de suas paisagens, frequentemente valorizadas por magnífi-

cos edifícios. Não poderão, porém, distrair intensamente o visitante da ideia de ter chegado a um vasto país de imensas riquezas naturais, que se encontra em vias de realizar impressionante programa de desenvolvimento e expansão industrial em várias áreas. Entre seus numerosos produtos de exportação, o mais conhecido traz alegria às mesas de café do mundo inteiro, e seus jogadores acrescentaram uma dimensão extra de qualidade artística ao futebol, onde quer que se apresentem.

Façamos votos para que as cordiais relações entre nossos países cresçam cada vez mais. Esperamos que a visita de Vossa Excelência e da Senhora Geisel seja de grande interesse e alegria para ambos. Temos a certeza de que ela servirá para estreitar os laços de amizade e de comércio que nos unem.

Desejamos, a Vossa Excelência e à Excelentíssima Senhora Geisel, saúde e felicidade, e que sob o comando de Vossa Excelência, o Brasil possa prosperar cada vez mais no mundo em paz.

presidente brasileiro

Senhor Prefeito,

Há cidades cujos nomes evocam imediatas associações de grandeza e sentimentos muito especiais. Londres avulta entre elas para quantos de nós tivemos a ventura de nascer sob o pálio da civilização ocidental.

Esta magnífica recepção, com que o povo da cidade de Londres homenageia, na minha pessoa, o povo brasileiro, é bem um símbolo daqueles sentimentos que o simples nome de Londres evoca. À beleza do cenário, à magnificência do cerimonial, embebido de tradição, aliam-se a generosa hospitalidade e o genuíno interesse humano que transparece nas atenções que nos dedicam.

Aliás, a cordialidade tem sido a nota dominante nos contatos havidos durante esta minha visita. Melhor atestado não haveria das memoráveis qualidades do povo inglês e testemunho, também, do excelente estado das relações entre nossos povos e nossos dois Governos.

Assim tem sido e assim será cada vez mais. Sempre destacadas foram as afinidades entre nossos povos, o que permitiu uma história, já longa, de benéfica cooperação entre os dois países. Tudo indica que as oportunidades de entendimento em proveito recíproco só tendem a aumentar. Podemos antecipar, dessa forma, que futuro brilhante está reservado às relações anglo-brasileiras.

Senhor Prefeito,

Agradeço a Vossa Excelência e aos representantes da cidade esta calorosa acolhida. Por seu intermédio, dirijo ao povo de Londres a mensagem de amizade do povo brasileiro.

Discurso do geisel explica em londres Prefeito de Londres, Sir Lindsay Ring,

e resposta do Presidente Ernesto Geisel, o Brasil de hoje
no banquete oferecido em homenagem
ao Presidente brasileiro, no Guildhall, em 5 de maio de 1976

prefeito de londres

Senhor Presidente,

Eu me pergunto se acontece com Vossa Excelência o que se passa comigo: somente quando me encontro face a face, não com um livro, um mapa, um gráfico ou mesmo um programa de televisão, mas com um ser humano estrangeiro é que posso avaliar a minha imensa ignorância a respeito de outros países. Agora é a hora de lamentar aquelas aulas perdidas na escola, quando História e Geografia nos pareciam matérias tão desnecessárias. Pior ainda, se lembrarmos o ditado que diz: "Toda ignorância é voluntária". O conhecido escritor alemão Erich Maria Remarque

é quem nos vem trazer uma palavra de conforto. Disse ele uma vez: "Meu pai era um homem bom, e ele costumava me dizer: "Erich, nunca perca sua ignorância. É uma coisa que você jamais poderá substituir...".

Desta maneira oblíqua chego ao nosso assunto, o Brasil; e eu desejo a Vossa Excelência as mais calorosas boas-vindas de todos os presentes. É um grande prazer — e que será lembrado por muito tempo — vê-lo aqui esta noite. O Brasil é um grande país, o quinto do mundo em extensão, creio, onde cem milhões de pessoas vivem e com justificado orgulho se chamam "Brasileiros". Já foi dito de sua língua: "O português, ao lado do italiano, é a mais melodiosa das línguas neolatinas".

Mas esses são apenas números: o que realmente traz um país à vida é conhecer os seres humanos que lá vivem e moram; e muitas vezes uma palavra casual dá uma imagem mais real do que uma conferência erudita. Uma dessas palavras simples, que eu relembro com carinho, foi dita por um compatriota de Vossa Excelência que me afirmou casualmente que Recife ficava a 4 horas de São Paulo,- descobri mais tarde que ele não se referia a trem ou automóvel. Era por via aérea — e eu creio ser esta uma maneira comum no Brasil de se referir à distância. Com isso, eu subitamente me dei conta da imensidão de seu país e dos problemas de ser brasileiro — em todos os sentidos. Recordo aqui outra ocasião em que um amigo meu falava sobre uma lei que tínhamos introduzido recentemente neste país. Um brasileiro presente sorriu e comentou: "Ah, sim! Nós tentamos essa lei mas tivemos que desistir. Não pegou". Eu creio que isto me ensinou mais sobre o caráter independente, a vivacidade, a firmeza básica e o realismo de seu povo — e o toque de seu inato bom humor — do que qualquer palestra de eminente sociólogo.

Mas não creia por isso, Senhor Presidente, que eu, ou qualquer dos presentes, realmente compreendamos o povo brasileiro ou o Brasil — e eu me refiro a uma percepção mais profunda, da mesma maneira que talvez não seja fácil ou mesmo possível a Vossa Excelência entender os ingleses. Os ingleses foram descritos, se não me engano por Philip Guedalla, como o povo que habita uma ilha no mar do Norte, dominada pelos escoceses e galeses.

O que posso afirmar, em nome de todos os presentes — e dizê-lo do fundo do coração — é que tudo o que aprendemos sobre seu povo e seu país nos agrada muito. E sabemos bem mais: que os brasileiros jogam um bom futebol — bom demais, diriam alguns. Sabemos que uma das ocupações da população é ouvir transistor,- que têm uma bebida tipo rum, chamada "pinga", que quando misturada ao suco de frutas faz a "batida" (incidentalmente, isto não é de conhecimento geral neste país — mas muito valorizado pelos que o conhecem...),- que os brasileiros inventaram o samba, dançam-no o tempo todo e muitíssimo bem, e que todos gostam de carnaval.

Eu sei do grande avanço brasileiro para a industrialização e desenvolvimento que se iniciou nos

anos 50 e da atual fase de crescimento que está alcançando tão notável sucesso.

Mas sabemos mais do que isso, conhecemos e simpatizamos com os problemas brasileiros, proporcionalmente tão vastos quanto o País. Sabemos que o aproveitamento das imensas e quase embaraçosas reservas naturais inexploradas não pode ser resolvido de maneira simples. A vida nunca é simples. Sabemos que a vastidão de um país pode tornar irônico qualquer desejo genuíno de que seu povo seja saudável, rico e sábio. Reconhecemos que os caprichos da natureza, que parecem tão atraentes aos turistas, podem ser imensos e difíceis de dominar.

Sabemos que o povo brasileiro é bravo e corajoso e aprendemos uma coisa mais: que é um povo criador. Seus arquitetos trouxeram distinção ao País. Cândido Portinari criou na pintura e Villa-Lobos criou na música. Há escritores teatrais, romancistas e poetas. Creio que é aos poetas que devemos instintivamente nos voltar. Talvez sejam melhor compreendidos na própria língua que os inspirou.

Foi o poeta brasileiro Gonçalves Dias que se referiu ao seu país dizendo:

"Minha terra tem palmeiras
onde canta o sabiá
as aves que aqui gorjeiam
não gorjeiam como lá".

Espero, Senhor Presidente, que um dia minha esposa e eu possamos ter o privilégio e o prazer de ouvir a canção do sabiá em seu grande país, o Brasil.

presidente brasileiro

Senhor Prefeito,

Altezas Reais,

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Agradeço as palavras de Vossa Excelência, nas quais encontrei vivo calor humano, a par de

evidente simpatia para com meu povo e meu país. Cada povo projeta, de si mesmo, uma imagem, na qual assume relevo especial este ou aquele traço, o que pouco altera, mesmo com o conhecimento mais aprofundado que o convívio possibilita. Assim, a ideia que nós, brasileiros, fazemos dos ingleses não deixará de estar sempre, também, influenciada pelos estereótipos que o caráter peculiar do povo britânico tornou universalmente associados à sua imagem.

Concordo com Vossa Excelência em que nenhum conhecimento indireto, por mais douto que seja, vale o contato pessoal para a boa compreensão de um povo e a correta avaliação de um país. Nesse sentido, presumo mesmo que algum conhecimento possa, em certos casos, ser mais prejudicial à correta apreciação de um fenômeno social, do que nenhum conhecimento prévio a seu respeito. E se faço esta reflexão, é para retomar uma observação de Vossa Excelência sobre o tempo perdido nos bancos escolares, quando, talvez não tivesse sido dada a requerida atenção às aulas de História e Geografia. **Pois, Senhor Prefeito, que lente profético poderia há trinta, vinte, dez anos, haver descrito o Brasil que hoje somos? O conhecimento adquirido certamente estaria superado pela dinâmica dos fatos subseqüentes.**

Não vou cometer a indiscrição de aventurar-me a presumir o momento em que Vossa Excelência teria freqüentado os bancos escolares. Presumirei, no entanto, que grande parte da população britânica haja feito seu primeiro grau escolar por volta de 1950, apenas para indicar as extraordinárias diferenças ocorridas entre o Brasil que lhes teria sido então ensinado e o que hoje realmente somos.

Para citar, apenas, o mais dramático desenvolvimento, a população brasileira teve um aumento, nesses vinte e cinco anos, superior ao total da população atual do Reino Unido, tendo passado de 52 para 110 milhões de habitantes. Enquanto assim dobrava a população, a produção agrícola triplicava, a produção industrial sextuplicava e o comércio internacional crescia quase dez vezes. Em consequência, o produto real brasileiro quadruplicou no mesmo período. Um expressivo índice revelador das necessidades acarretadas por esse dinâmico crescimento é o do aumento da capacidade de energia elétrica instalada no Brasil, o qual cresceu mais de doze vezes na-

quele espaço de tempo. Evidentemente, um tal crescimento provoca profundas alterações qualitativas na sociedade. Assim, enquanto, em 1950, 36% da população vivia em áreas urbanas, hoje essa percentagem subiu para quase 60%. Mas não vou cansar os Senhores com essas comparações que, em sua eloqüência, demonstraram o que me propus revelar, ou seja, quão diferente é o Brasil de hoje daquele que teria sido aprendido nos textos escolares, há apenas uma geração atrás.

o impacto da crise internacional

As dimensões do esforço realizado pelo Brasil assumem exatas proporções quando levamos em conta as dificuldades que, em anos recentes, vieram somar-se àquelas, de natureza estrutural, características dos países em desenvolvimento. Refiro-me, particularmente, à crise interna que viveu o país no período imediatamente anterior a 1964 e, dez anos depois, à crise internacional realçada pela dramática explosão dos preços do petróleo.

A revolução de março de 1964 pôs cabo ao processo de desmoronamento econômico e social do País e recolocou o Brasil na trilha do progresso. Nos primeiros anos de reajustamento, medidas rigorosas foram necessárias para reduzir uma taxa de inflação, que ultrapassara a casa dos 100%, para conter os crescentes déficits do balanço de pagamento e reestruturar a dívida externa, para restaurar a renda real, acelerar a criação de empregos e corrigir as distorções regionais e sociais da economia. Mas, depois, o País veio a alcançar tais níveis de progresso que se tomou moda falar de um "milagre brasileiro".

Desde 1968, o produto real brasileiro cresceu 104% e a renda real per capita, 63%. As exportações mantiveram o excepcional ritmo de crescimento anual de cerca de 23% e anos sucessivos de saldos no balanço de pagamentos permitiram ao País alcançar níveis recordes de reservas. Assim, tanto no plano interno quanto no externo, criaram-se condições extremamente favoráveis para o progresso continuado. Graças a essa situação, pôde o Brasil enfrentar, em condições excepcionais, a crise econômica que, em grande parte, foi desencadeada pela elevação dos

preços de combustíveis, a partir de 1973. Em 1975, o pior ano para a economia mundial no contexto da presente crise, o produto real brasileiro cresceu entre 4 e 5% e as exportações, não obstante a recessão dos mercados dos países desenvolvidos, aumentaram quase 9% em valor.

Tais resultados têm valido, a meu país, a confiança da comunidade financeira internacional e dos investidores de todo o mundo. Uma política de eqüitativo e justo tratamento ao capital estrangeiro, associada às garantias fornecidas pelo próprio desempenho da economia, favorece a participação estrangeira no desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, uma equilibrada administração da dívida externa, pautada por uma rigorosa compatibilização da mesma com a criação de recursos para sua amortização, permite ao País manter o fluxo de novos financiamentos e investimentos, sem risco para os supridores desses recursos.

Presente a esse esforço nacional, tem estado «instantaneamente a preocupação com a disseminação social dos frutos do progresso material. É verdade que, nos primeiros anos da recuperação econômica, ocorreu certa concentração de renda nas camadas mais favorecidas da população. Mas isso foi o resultado, sobretudo, da aceleração do crescimento demográfico das repercussões de deficiências existentes no sistema educacional anterior a 1964, com o resultante excesso de demanda para trabalhadores qualificados e de ofer-

ta para mão-de-obra não qualificada. Uma política educacional e a estrutura da economia conduzirá a uma redistribuição de renda melhor. Idêntico resultado, meu Governo está procurando atingir por outras fórmulas, que vão da reforma do Imposto sobre a Renda à extensão dos benefícios da previdência social e dos fundos institucionais de poupança e à modificação da política salarial. A esses esforços, devo ainda acrescentar os que vem realizando o Governo para redistribuir regionalmente a renda, através de incentivos criados para pólos de desenvolvimento em zonas economicamente menos aproveitadas do País.

Senhor Prefeito,

Espero não ter cansado esta seleta audiência com tantas cifras e observações sobre a economia do meu país. Mas achei, nas palavras de Vossa Excelência, um provocante convite para uma exposição que desse, em breve sumário, alguns traços marcantes da atualidade do Brasil, ao qual nos permite, como bem notou Vossa Excelência, nos sentirmos orgulhosos de ser brasileiros.

Mais uma vez agradeço a Vossa Excelência as palavras de cordialidade que teve para com meu país. Agradeço, também, a generosa hospitalidade da cidade de Londres, tão expressivamente representada neste banquete. Que a calorosa simpatia que a todos une nesta sala seja o símbolo perene das relações entre nossos povos.

Comunicado

Brasil-Reino Unido,
divulgado em Londres,
em 7 de maio de 1976, ao

fim da visita do Presidente Ernesto Geisel; e Comunicado de Imprensa
sobre o encontro do Primeiro-Ministro britânico, James Callaghan, com
o Presidente Geisel, distribuído pelo Governo britânico, em 5 de maio de 1976

setor econômico dominou a pauta das conversações em Londres

comunicado conjunto

Concomitantemente à visita do Presidente da República Federativa do Brasil e Senhora Geisel à

Grã-Bretanha, foram realizadas discussões oficiais entre os Ministros do Governo do Presidente Ernesto Geisel e os Ministros, de Sua Majestade. Estas discussões se efetuaram dentro do espírito do Memorando de Entendimento entre os Gover-

nos brasileiro e britânico, no âmbito do qual se realizam consultas periódicas sobre questões do interesse comum, inclusive assuntos políticos e económicos; fortalecimento das relações comerciais e todo o espectro das relações internacionais.

Nesta ocasião, os principais participantes do lado britânico foram o Primeiro-Ministro, Senhor James Cailaghan,- o Secretário de Estado para o Meio Ambiente, Senhor Peter Shore,- o Secretário de Estado para Energia, Senhor Anthony Wedgwood Benn,- o Secretário de Estado para a Indústria, Senhor Eric Varley,- o Ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação, Senhor Fred Peart; o Secretário de Estado para o Comércio, Senhor Edmund Dali; o Chanceler do Ducado de Lancaster, Senhor Harold Lever,- o Ministro de Estado para as Relações Exteriores e Commonwealth, Senhor Ted Rowlands; e o Subsecretário Parlamentar junto ao Departamento do Comércio, Senhor Michael Meacher.

Os Ministros brasileiros que acompanharam o Presidente Geisel em suas conversações com o Primeiro-Ministro e que mantiveram conversações em separado com os seus correspondentes colegas britânicos foram o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira,- o Ministro da Fazenda Professor Mário Henrique Simonsen; o Ministro da Agricultura, Professor Alysson Paulinelli e o Chefe do Gabinete Militar, General Hugo de Andrade Abreu. Outros participantes foram os Senhores Paulo Vieira Belotti, Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio; Paulo Pereira Lira, Presidente do Banco Central do Brasil; Angelo Calmon de Sá, Presidente do Banco do Brasil; e Marcos Pereira Vianna, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Económico.

O Presidente também esteve acompanhado pelo Senador Petrônio Portella e pelo Deputado José Bonifácio, líderes do Partido majoritário no Senado e na Câmara dos Deputados respectivamente. Ambos mantiveram proveitosos contatos com membros do Parlamento britânico.

O Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Grã-Bretanha fornece um quadro para consultas estreitas, entre os dois Governos, sobre uma ampla gama de assuntos. As discussões desta semana entre o Presidente Geisel e seus Ministros e os Ministros de Sua Majestade cobriram, no espírito

daquele Memorando, ampla faixa de tópicos políticos de interesse mútuo. Sobre questões internacionais, as trocas de ponto de vista incluíram o papel que tanto o Reino Unido quanto o Brasil representam, dentro do mundo ocidental, na busca do progresso e da paz. Com relação à África, as duas partes viam com prazer a finalização do processo de descolonização dos antigos territórios portugueses e concordaram com a necessidade urgente de uma transição ordenada, na Rodésia, para um sistema de governo pela maioria. Foi reconhecida a importância crescente dos países da América Latina e seu papel no comércio mundial. Foi dada atenção à situação no Oriente Médio e à necessidade da paz naquela área. As relações Leste-Oeste e a Comunidade Económica Europeia foram também discutidas. As duas partes expressaram satisfação pelos progressos alcançados até agora na Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e esperam breve solução para os problemas destacados.

No tocante a assuntos económicos, as conversações permitiram aos membros dos dois Governos trocar opiniões sobre questões de interesse de ambos os países. Inclusive sobre recentes acontecimentos internacionais. Fez-se referência ao progresso na Conferência Internacional sobre Cooperação Económica e a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (NSCD), ora em curso em Nairobi. Áreas de cooperação económica bilateral foram discutidas, levando-se em consideração tanto que cada país já é um substancial provedor para os mercados do outro, como as necessidades específicas ao processo de desenvolvimento brasileiro.

As duas partes ao expressarem satisfação com a presente tendência do comércio entre os dois países, manifestaram a opinião de que a continuada expansão desse comércio seria benéfica para ambos. As necessidades brasileiras de acesso para seus produtos ao mercado britânico foram reconhecidas, bem como o valor do Brasil como provedor de bens e mercadorias à Grã-Bretanha.

No curso de discussões sobre a tarifa compensatória imposta pelo Reino Unido à importação de sapatos de couro masculinos, de alta moda, provenientes do Brasil, foi dada ênfase ao fato de que tal ação era provisória e as somas pagas serão reembolsadas, se o caso não for provado.

O Governo de Sua Majestade aceitou com prazer a proposta brasileira de que representantes das duas partes deveriam reunir-se, com vistas a encontrar uma pronta conclusão para o problema.

cooperação econômica

O Presidente Geisel reuniu-se com um grupo de líderes dos setores público e privado da indústria, que lhes foram apresentados pelo Secretário de Estado para a Indústria. Vários industriais declararam seu desejo de aumentar seus investimentos no Brasil, particularmente nos campos do aço, equipamentos de engenharia, produtos petroquímicos, fertilizantes, bauxita e alumínio. O Presidente manteve igualmente conversações com um grupo de destacados banqueiros britânicos que lhe foram apresentados pelo Governador do Banco da Inglaterra. Em encontros separados, o Ministro da Fazenda do Brasil e o Presidente do Banco Central do Brasil apresentaram uma visão da política monetária financeira do Brasil.

Conversações foram levadas a efeito esta manhã entre o Presidente do Brasil e Sir Monty Finiston, presidente do British Steel Corporation e o Senhor John Backley, presidente do Davy Ashmore International Ltd., sobre o fornecimento de minério de ferro brasileiro para a Grã-Bretanha e a participação britânica nos planos de desenvolvimento siderúrgico do Brasil, inclusive transferência de tecnologia e suprimento de equipamentos. Essas conversações foram seguidas de discussões entre o Ministro da Fazenda do Brasil e representantes da British Steel Corporation. O Ministro da Fazenda visitou, em seguida, a direção da British Rail para conversações com o Senhor John Lawrence, vice-presidente da British Rail e produtores de equipamentos ferroviários britânicos.

As conversações foram concluídas com êxito e dois memorandos de entendimento firmados esta manhã com a aprovação do ECGD, acordando os termos de participação britânica nos planos brasileiros do aço e de desenvolvimento ferroviário.

A Davy Ashmore International Limited e Morgan Grenfell Ltd. liderarão a participação europeia na construção de uma nova siderúrgica, conhecida como Açominas, no Estado de Minas Gerais, com um custo aproximado de 900 milhões de libras

esterlinas. O valor do financiamento e o suprimento de equipamentos importados totalizarão cerca de 500 milhões de libras esterlinas. Encargos de mercadorias e serviços britânicos serão efetuados até o valor de 100 milhões de libras pelo menos.

Um acordo foi firmado pelo Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, em nome da Siderbrás, o Conselho Federal Brasileiro do Aço e a Baring Brothers And Co. Ltd., com vistas a uma linha de crédito de milhões de libras esterlinas para financiar a compra de equipamentos britânicos para a indústria brasileira do aço.

Um acordo sobre transferência de tecnologia relativa à construção de plataformas marítimas entre a British Steel Corporation e a Companhia Brasileira do Aço foi ratificado durante a visita.

A Rede Ferroviária Federal S/A, General Electric Limited e N.M. Rothschild chegaram a um acordo sobre um conjunto de medidas destinadas a fornecer e financiar equipamentos e serviços para a Ferrovia do Aço entre Belo Horizonte e Volta Redonda, juntamente com as ligações ferroviárias complementares. O valor total do pacote será da ordem de 100 milhões de libras esterlinas em equipamentos, e montante correspondente em créditos financeiros. A General Electric Company terá a responsabilidade do suprimento global, mas várias outras empresas britânicas participarão como subcontratantes.

A Lloyds Bank International e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico do Brasil acordaram uma linha de crédito de 20 milhões de libras esterlinas para a compra na Grã-Bretanha de bens de capital e equipamentos para projetos industriais de médio porte no Brasil, respaldados pelo BNDE.

Os contratos no contexto desta linha de crédito deverão ser efetuados por volta de maio de 1978.

energia

O Presidente Geisel entrevistou-se com o Secretário de Estado para Energia, tendo mantido amplas e proveitosas discussões sobre assuntos energéticos. As discussões incluíram o desenvolvimento de recursos petrolíferos brasileiros, a experiência

brasileira no Mar do Norte e a cooperação energética internacional, particularmente a necessidade de esforços crescentes para a conservação da energia.

Ambos esperam crescentes contribuições de empresas britânicas no desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira, através de contratos de risco e, particularmente, através da aplicação da experiência obtida no Mar do Norte, a exploração do petróleo na plataforma continental brasileira. Concordaram em que se deveriam encorajar o estreitamento das relações entre a Petrobrás e a British National Oil Corporation.

O Presidente Geisel afirmou que o Brasil teria satisfação em enviar uma missão para tratar da cooperação com a BNOOC.

agricultura

O Presidente Geisel manteve proveitosas conversações sobre a cooperação agrícola com o Ministro da Agricultura, Senhor Peart. Em reunião subsequente, entre os dois Ministros da Agricultura projetos específicos foram discutidos com maior minúcia. Ambas as partes esperam maior cooperação neste campo, em especial uma crescente contribuição britânica à expansão da agricultura brasileira. Mr. Peart deverá visitar o Brasil em agosto e assistir à Feira Internacional de Agricultura de Porto Alegre.

contratos futuros

Os Ministros manifestaram a esperança de que o desenvolvimento ulterior das relações anglo-brasileiras venha a abranger uma ampla gama de interesses, inclusive sociais, culturais e artísticos. Igualmente manifestaram a esperança de que novas oportunidades se configurem para o desenvolvimento de contatos no futuro próximo, observando-se que a Canning House, em associação com a British Overseas Trade Board, realizaria um seminário sobre comércio entre a Grã-Bretanha e o Brasil, em 21 de junho, quando o principal orador será o Ministro do Planejamento do Brasil, Senhor João Paulo dos Reis Velloso.

O Presidente Geisel convidou o Príncipe de Gales a visitar o Brasil e Sua Alteza Real terá grande prazer em aceitar esse convite em data futura a ser acordada.

O Presidente reiterou seus agradecimentos à Sua Majestade, a Rainha, pela oportunidade que teve de avistar-se com membros do Governo britânico.

comunicado de imprensa

O Primeiro-Ministro James Callaghan ofereceu um almoço ao Presidente Ernesto Geisel na Downing Street n.º 10, seguido de conversações de duas horas com o Presidente do Brasil e os Ministros que o acompanharam. Houve uma ampla discussão sobre as relações bilaterais e a conjuntura internacional. No plano bilateral, o tema central das conversações foi a cooperação econômica anglo-brasileira. O Primeiro-Ministro expressou satisfação pelos progressos obtidos, particularmente no que diz respeito a possíveis acordos para a cooperação do desenvolvimento da indústria siderúrgica e para a expansão das ferrovias brasileiras, e manifestou sua esperança de que sejam alcançados, muito em breve, acordos neste campo.

As conversações trataram também de uma futura cooperação entre os dois países. Assinalou-se que o Reino Unido tem muito a oferecer em termos de tecnologia na exploração petrolífera em alto mar e espera poder contribuir para a expansão brasileira neste terreno. O Presidente Geisel declarou que o Brasil gostaria de enviar uma missão para examinar as possibilidades de cooperação com a British National Oil Corporation. O Presidente Geisel disse esperar que os investimentos britânicos no Brasil aumentem. Manifestou-se interessado em discutir o assunto com os industriais britânicos que, em companhia do Secretário de Estado para a Indústria, o visitarão amanhã, dia 6 de maio.

No campo internacional, houve uma troca de pontos de vista sobre as relações Leste-Oeste, a África (particularmente o Sul do continente), o Oriente Médio e a Comunidade Económica Europeia (CEE). Durante as conversações entre as relações Leste-

Oeste, o Primeiro-Ministro fez um relato da recente visita ao Reino Unido do Chanceler Gromyko. As relações com a China foram também abordadas à luz da presente visita do Chanceler Crosland. As conversações sobre o Sul do continente africano centralizaram-se na situação na Rodésia e nos recentes acontecimentos em Angola. Sobre a Comunidade Económica Europeia, o Primeiro-Ministro assinalou que o Reino Unido está desenvolvendo esforços no sentido de obter um relacionamento mais aberto entre a CEE e o resto do mundo, inclusive a América Latina. O Presidente Geisel fez uma apreciação sobre a situação económica e política na América Latina.

Houve ainda uma troca de pontos de vista sobre a conjuntura económica internacional e as perspec-

tivas do comércio mundial. Ao final do encontro, o Primeiro-Ministro se referiu às negociações salariais concluídas, de forma satisfatória, com a Central Sindical Britânica (Trade Union Congress). As seguintes autoridades estiveram presentes às conversações: pelo Reino Unido — Primeiro-Ministro James Callaghan,- Secretário de Estado para Energia, Anthony Wedgwood Benn,- Secretário de Estado da Indústria, Eric Varley; Secretário de Estado do Meio Ambiente, Peter Shore,- Chancellor of the Duchy of Lancaster, Harold Lever,- e Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ted Rowlands; pelo Brasil — Presidente Ernesto Geisel; Chanceler António F. Azeredo da Silveira,- Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen,- Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli.

brasil recebe o primeiro-ministro e chanceler do Suriname

A visita, ao Brasil, do Primeiro-Ministro e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros do Suriname, Henck Alfonsus Eugene Arron, realizada entre os dias 21 e 25 de junho de 1976, marcou o estreitamento das relações entre os Governos dos dois países. Essa foi a primeira visita oficial do Chefe de Governo surinamense ao exterior, desde que o Suriname alcançou sua independência total dos Países Baixos em 25 de novembro de 1975.

Em Brasília, Henck Arron foi recebido em audiência especial pelo Presidente Ernesto Geisel. Manteve, também, conversações com os Ministros de Estado das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, e da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, e com o Presidente da Câmara dos Deputados, Célio Borja, e do Senado Federal, José de Magalhães Pinto.

Durante sua visita, Henck Arron tratou, com o Chanceler Azeredo da Silveira, de questões relacionadas com a colaboração bilateral, particularmente nos campos comercial, cultural, dos transportes, das telecomunicações, do desenvolvimento regional e da cooperação econômica, científica e técnica. Henck Arron e Azeredo da Silveira firmaram três documentos que formalizam o propósito de cooperação entre os dois países: o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, e o Convênio de Intercâmbio Cultural.

Dos contatos de Henck Arron em Brasília resultou, ainda, a constituição da Comissão Mista Brasil—Suriname, que se dedicará* à análise aprofundada dos meios necessários a aumentar o intercâmbio bilateral e a cooperação econômica, técnica e científica entre os dois países.

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira
e do Primeiro-Ministro e Ministro
para Assuntos Gerais e Estrangeiros do Suriname,
assim como do Secretário de Estado da
Cooperação e Comércio, do Acordo

integridade territorial e o inviolabilidade de fronteiras

Básico de Cooperação Científica e Técnica, e do Convênio de Intercâmbio Cultural
entre o Brasil e o Suriname, realizada no Palácio Itamaraty de Brasília, em 22 de junho de 1976

azeredo da silveira

Senhor Primeiro-Ministro,

Recordo que, há dois anos, por ocasião da posse do Senhor Presidente Ernesto Geisel, encontrei-me com Vossa Excelência em Brasília, na qualidade de Chefe da Missão Especial do Reino dos Países Baixos. Hoje, Vossa Excelência retorna ao Brasil como Chefe do Governo e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros da mais jovem nação soberana de nosso continente americano. É, pois, com renovado prazer que o revejo em Brasília.

O gesto amigo de Vossa Excelência, que esta visita representa, é mais um exemplo do sentimento fraterno que une o Brasil e o Suriname. Não nos pode deixar de sensibilizar o fato de que seja a visita ao Brasil a primeira que Vossa Excelência realiza ao exterior, em caráter oficial, desde a independência de seu país. Para nós, esta prioridade vem comprovar, de forma definitiva, a importância que atribuímos às nossas relações, o que, aliás, já se podia depreender das significativas demonstrações de amizade que a precederam. De nossa parte, como bem sabe Vossa Excelência, o Brasil, num gesto que lhe pareceu justo e expressivo, apressou-se em criar sua Embaixada em Paramaribo imediatamente após a Declaração de Independência do Suriname.

Essa predisposição à mútua compreensão e amizade é fácil de entender.

O Brasil enfrentou muito cedo, em sua História, o problema do colonialismo político e mantém incessante preocupação por sua independência econômica. Por isso mesmo, jamais deixou de prestar apoio às aspirações de liberdade de todos os povos, no domínio político e no econômico.

Nossa opinião é, porém, a de que todos os esforços devem ser feitos para que essas aspirações se transformem em realidade através da negociação e do entendimento. Acreditamos que, na medida em que se generalize a disposição, por parte da comunidade de nações soberanas, de apoiar a aceleração do processo de descolonização em qualquer de suas formas, maiores serão as possibilidades de que ele se realize de forma pacífica e em condições que permitam a cooperação construtiva entre os povos. O Suriname é um exemplo vivo do quanto a negociação e o entendimento podem alcançar como fórmula de harmonização de interesses.

cooperação é mais eficiente que antagonismo

O convencimento de que a colaboração é mais eficiente do que o antagonismo, para a consecução do progresso material e social das nações, tem norteado nossa política externa e, em especial, nossas relações continentais. Somos um dos países no mundo que têm o maior número de vizinhos bem como uma das mais vastas fronteiras terrestres. Nossa política continental é, pois,

naturalmente induzida a procurar conhecer, de maneira precisa, as necessidades e os interesses legítimos dos países com que nos limitamos para buscar a harmonização possível com os nossos Interesses e necessidades. Nessa linha pragmática, acrescentamos aos fatores geográfico-políticos, que tradicionalmente determinaram as prioridades de nossa política externa, as crescentes responsabilidades e os não menores interesses decorrentes do processo de desenvolvimento econômico por que atravessam as nações do continente.

Acreditamos que as responsabilidades assumidas e os interesses defendidos devem necessariamente orientar-se para o ideal mais amplo de harmonia entre todos e da prosperidade geral do continente. É com essa preocupação sincera e permanente que procuramos ampliar e intensificar nosso relacionamento internacional. E, para que a ampliação e intensificação desse relacionamento se processem dentro do desejável clima de segurança e consenso entre interesses soberanos, torna-se imprescindível a observância de dois princípios fundamentais de convivência, quais sejam o da integridade territorial dos Estados e o da inviolabilidade de suas fronteiras, legalmente reconhecidas através de tratados internacionais.

Senhor Primeiro-Ministro,

Parte que somos da comunidade de países americanos e, mais diretamente, da comunidade de países sul-americanos, é para nós motivo de especial contentamento verificar o desejo do Suriname de estimular o processo de suas relações com o Brasil. De nosso lado, esperamos poder corresponder a esse desejo com a mesma consideração e interesse que caracterizam nosso relacionamento com os demais países dessa comunidade.

tratado é um marco histórico

Nesse contexto, assume particular significado a celebração do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio que formaliza a decisão do Brasil e do Suriname de ampliar e intensificar programas de cooperação em todos os campos e reflete a firme vontade política de ambos os Governos de assentar bases dinâmicas e operativas para a constituição de um vínculo especial, que representará, sem dúvida, um marco histórico nas relações entre nossos países. Pela riqueza e variedade de seu articulado.

o Tratado não esgota seu âmbito no presente, mas se volta também para o futuro, procurando compreender os anseios de fortalecimento constante dos laços de amizade que unem as duas nacionalidades. Assim, quando as circunstâncias o aconselham, ambos os países realizarão ajustes ou protocolos de interesse comum, sob o amparo desse ordenamento jurídico que ora concluímos.

É, pois, nesse quadro de auspicioso entendimento que assinamos, igualmente, o Convênio de Intercâmbio Cultural e o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

O Convênio de Intercâmbio Cultural reflete a preocupação constante dos dois Governos de enriquecer o embasamento cultural e educacional de seus povos. Visando a essa magna tarefa, o Acordo estimula a promoção de iniciativas tendentes a difundir a língua, a literatura, as ciências, as letras e as artes de um país no outro.

O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica atende à reconhecida necessidade de estimular as atividades nesse setor, de modo a assegurar aos dois países um progresso técnico-científico compatível com suas reais potencialidades.

Senhor Primeiro-Ministro,

Ao celebrarmos estes atos, estou certo de que estaremos não somente promovendo realizações substantivas compatíveis com o desejo da mais sólida e fraterna amizade entre nossos povos, mas também contribuindo para o fortalecimento da causa da união e da prosperidade sul-americanas.

henck arron

Excelência,

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer-lhe e ao seu Governo pelo amável convite feito ao meu Governo para visitar seu país.

Este convite permite a mim e a meu Governo, nesse primeiro estágio da nossa independência, conhecer melhor o Brasil e o povo brasileiro.

As relações entre Suriname e Brasil datam de muito tempo. A convite do Governo surinamense, o então Ministro de Estado das Relações Exterio-

res, Sua Excelência Mário Gibson Barboza, fez uma visita oficial a meu país em 1971.

Sua Excelência Mário Gibson Barboza manteve extensas conversações com o Governo surinamense sobre assuntos de interesse mútuo, especialmente sobre as possibilidades de estreitar as relações entre Brasil e Suriname nos campos do comércio, transporte e cooperação cultural e técnica. O Embaixador André Teixeira de Mesquita descreveu assim este fato: "Esta visita representa uma aproximação entre os dois Governos. Será o primeiro passo na intensificação de nossas relações e será uma visita para se ter maior contato, para se ter a oportunidade de trocar pontos de vista. A delegação brasileira está vindo mais para ouvir do que para falar."

ouvir, falar e agir

Minha visita, Excelência, ao seu país maravilhoso, fascinante e dinâmico, tem como objetivos ouvir, falar e agir. Isto tem sido demonstrado pelos Tratados entre Brasil e Suriname, que nós assinamos há pouco.

Aproveito esta oportunidade, também, para agradecer muito cordialmente a Sua Excelência o Presidente Ernesto Geisel, ao Governo e ao povo brasileiros pelo interesse sincero demonstrado em 25 de novembro de 1975, dia em que nosso país conquistou a independência. O Brasil foi representado por Sua Excelência o Ministro da Marinha, Geraldo Azevedo Henning.

Devo informar-lhe, por pedido explícito do Presidente da República do Suriname, Dr. Johan Frier, que o presente oferecido pelo Governo brasileiro é sempre muito útil.

Eu, pessoalmente, visitei seu país por ocasião da posse de Sua Excelência Ernesto Geisel, como Presidente da República Federativa do Brasil, em 1974. Foi uma honra estar presente nessa solenidade como chefe da delegação do Reino dos Países Baixos.

A amizade e o profundo entendimento que nós expressamos aqui durante esta visita impressionou-nos e eu estou plenamente convencido de que nós construímos as bases para a realização de um ideal comum, que é estabelecer novos laços entre os dois países, lembrando da necessidade

de estimular o intercâmbio de pessoas, de maneira consentânea com a intenção de desenvolver as relações entre Brasil e Suriname.

A realidade do mundo atual nos ensina que somente uma cooperação efetiva entre nações, seja no campo bilateral, regional ou multilateral, pode trazer liberdade política, justiça social, prosperidade e paz à humanidade. Portanto, brasileiros e surinamenses, bem como todos os povos, teremos que cooperar com base na liberdade, igualdade, fraternidade e solidariedade humana, de modo que um futuro de paz, justiça e prosperidade para todas as nações possa ser construído sobre a cooperação e o entendimento mútuos.

Pensando nas palavras de José Bonifácio de Andrada e Silva, Patrono da Independência do Brasil — "O Brasil quer viver em termos pacíficos e de amizade com todas as nações" —, nós compartilhamos com o dever coletivo de contribuir incessantemente para a continuidade das aspirações do universo em busca da paz entre as nações.

Nossos países, Excelência, pertencem ao grupo das chamadas nações em desenvolvimento e estes países só serão capazes de crescer e melhorar suas oportunidades se desejarem cooperar.

Hoje, nós atingimos um marco importante, através da assinatura de Acordos básicos que, mais que nunca, abrem oportunidades para relações e cooperação mais íntimas em muitos campos entre nossos dois países.

a importância do acordo cultural

Permita-me, Excelência, dizer algo sobre o Acordo Cultural. Esse Acordo nos propiciará, mais do que antes, as oportunidades e os meios de aprender, saber e divulgar as conquistas culturais, os princípios e valores que regem as nossas sociedades, para que um entendimento mais significativo entre nossos povos possa ser alcançado, o que é uma condição importante para uma cooperação efetiva no presente e no futuro.

Por esta razão, Excelência, gostaria de concluir com um provérbio tipicamente surinamense: "Farawe mati e go na fergiti boelcoe", que significa em inglês: "A near friend is better than a distant cousin", e, em português: "Um bom vizinho é melhor do que um amigo distante".

Comunicado Conjunto Brasil-Suriname,
divulgado em Brasília,
em 22 de junho de 1976,
sobre a visita oficial do
Primeiro-Ministro e Ministro
para Assuntos Públicos e Estrangeiros
Henck Alfonsus

comunicado conjunto destaca importância da solidariedade internacional

A convite do Governo brasileiro, o Primeiro-Ministro e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros da República do Suriname, Senhor Henck Alfonsus Eugene Arron, realizou visita oficial ao Brasil, nos dias 21 a 25 do corrente mês.

2. Durante sua permanência em Brasília, o Primeiro-Ministro do Suriname foi recebido, em audiência especial, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel, a quem transmitiu as cordiais saudações do Presidente do Suriname, Senhor Johan Henri Eliza Ferrier, pelo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Célio de Oliveira Borja; pelo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José de Magalhães Pinto; pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira e pelo Ministro de Estado da Fazenda, Professor Mário Henrique Simonsen.

3. Foram também recebidos, em audiência especial, os seguintes integrantes da comitiva do Chefe de Governo surinamense: o Senhor Ministro da Justiça, Doutor Eddy Hoost, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Doutor Armando Falcão, o Senhor Ministro de Desenvolvimento Nacional, Doutor Michel Christiaan Cambridge, pelo Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, Doutor Shigeaki Ueki, pelo Senhor Ministro de Estado do Interior, Doutor Maurício Rangel Reis e pelo Senhor Ministro-Chefe, interino, da Secretaria de Planejamento da República, Doutor Élcio Costa Couto.

4. O Primeiro-Ministro do Suriname e o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil mantiveram, na ocasião, amplas conversações, em que foram trocados pontos de vista sobre temas de âmbito mundial e continental, e examinaram detidamente as relações bilaterais entre seus países, havendo registrado, com especial satisfação, o quadro altamente favorável que as caracteriza.

5. Reiteraram, na oportunidade, a adesão de seus Governos aos princípios fundamentais que norteiam a convivência internacional, especialmente os que dizem respeito à igualdade jurídica dos Estados, à inviolabilidade de suas fronteiras, à autodeterminação dos povos e à não-intervenção em assuntos internos de outros Estados.

6. O Primeiro-Ministro do Suriname e o Chanceler brasileiro expressaram sua convicção de que, no momento histórico atual, de crescente interdependência entre os Estados, são fatores indispensáveis ao fortalecimento de todos e de cada um a coesão, a harmonia e a solidariedade.

7. Fiéis aos altos ideais de igualdade que norteiam a evolução social de um e outro país, reiteraram sua maior oposição a todas as formas de discriminação racial.

8. Renovaram o empenho de mútua colaboração no plano bilateral, especialmente em matéria de incremento e diversificação do intercâmbio comercial; cooperação econômica; desenvolvimento

regional; transportes; telecomunicações,- cooperação científica e técnica e intercâmbio cultural. Neste plano, de tantas e tão promissoras perspectivas, salientaram particularmente e com satisfação:

- a) a assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, que formaliza o propósito de mútua colaboração entre os dois Governos e fornece o quadro global em que se pautarão as iniciativas conjuntas a serem empreendidas no futuro, com vistas a propiciar maior desenvolvimento econômico e social em benefício de ambas as nações;
 - b) a instituição da Comissão Mista Brasil-Suriname, que se reunirá alternadamente em cada um dos dois países e se dedicará à análise aprofundada dos meios necessários a aumentar o intercâmbio comercial bilateral e a cooperação econômica, técnica e científica, podendo requisitar, para o devido cumprimento de suas tarefas, o assessoramento técnico de que necessitar;
 - c) a celebração do Convênio de Intercâmbio Cultural, que visa a promover ampla cooperação bilateral nas diferentes manifestações da atividade cultural, comprometendo-se cada Parte a prestar seu firme apoio ao funcionamento, em seu respectivo território, de instituições consagradas ao ensino da língua, literatura e civilização da outra Parte, bem como ao estudo, pesquisa e difusão das ciências, letras e artes. De acordo com o aludido Convênio, será criada a Comissão Mista Cultural Brasil-Suriname, à qual incumbirá acompanhar e analisar os assuntos referentes ao campo da cooperação cultural;
 - d) a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, que vem ao encontro do interesse comum do Brasil e do Suriname em promover e estimular o progresso técnico-científico como fórmula de acelerar o desenvolvimento econômico e social de seus povos,-
 - e) a participação de firmas brasileiras nos processos de licitação internacionais promovidos pelo Suriname e que não estejam sujeitos a regulamentos restritivos, para a realização de projetos de infra-estrutura e outras obras consideradas de importância para seu desenvolvimento, o que constitui prova inequívoca do interesse e da solidariedade do Brasil para com o vizinho país;
 - f) O crescimento, nos últimos anos, do volume global do intercâmbio comercial, indicativo claro das amplas potencialidades dos dois mercados.
9. Reafirmaram a adesão de seus Governos ao princípio da soberania permanente e inalienável dos Estados sobre seus recursos naturais, para promover seu desenvolvimento econômico e social e o bem-estar de seus povos, sem nenhum obstáculo externo.
 10. Coincidiram na necessidade de persistir no seu propósito de estreitar a amizade que une brasileiros e surinamenses e de contribuir para o mais eficaz encaminhamento de suas relações em todos os terrenos.
 11. Manifestaram partilhar da mesma confiança no progresso e na realização das aspirações dos seus povos e da comunidade americana, através de fórmulas de paz, boa convivência e solidariedade como as que presidem às relações entre o Brasil e o Suriname.
 12. O Chanceler brasileiro ressaltou a viva satisfação de haver sido o Brasil o primeiro país a receber a visita oficial do Chefe de Governo do Suriname.
 13. O Primeiro-Ministro e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros da República do Suriname agradeceu a cordial acolhida e a hospitalidade que lhe foram dispensadas durante sua estada no Brasil.

brasil recebe os chanceleres do paraguai, honduras, guatemala e colômbia

A assinatura de dois Acordos Básicos de Cooperação Científica e Técnica, a assinatura de dois Convênios e duas trocas de Instrumentos de Ratificação de Tratados e Acordos, figuram entre os resultados da visita — ao Brasil — dos Chanceleres do Paraguai, Honduras, Guatemala e Colômbia, no período de 26 de maio a 18 de junho de 1976.

O primeiro a vir a Brasília nesse período foi o Chanceler do Paraguai, Alberto Nogués, que chegou em 26 de maio. Nesse dia, ele assinou, com o Chanceler Azeredo da Silveira, a troca dos Instrumentos de Ratificação do Tratado de Amizade e Cooperação e do Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, ambos celebrados em Assunção, em 4 de dezembro de 1975, durante a visita do Presidente Ernesto Geisel à Capital paraguaia. Ainda no dia 26, o Chanceler paraguaio foi homenageado com um almoço no Palácio Itamaraty de Brasília.

Os três outros Chanceleres latino-americanos estiveram em Brasília em junho. O Ministro das Relações Exteriores de Honduras, Roberto Perdomo Paredes, chegou no dia 10, quando foi homenageado com um jantar no Palácio Itamaraty de Brasília e recebeu as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. O Chanceler

hondurenho foi recebido em audiência especial pelo Presidente Ernesto Geisel, a quem transmitiu as saudações do Presidente de seu país. General Juan Alberto Melgar Castro. Manteve, também, contatos com o Presidente da Câmara dos Deputados, Célio Borja, com o Presidente do Senado Federal, José de Magalhães Pinto, e com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Djaci Falcão. No dia 11, os Chanceleres hondurenho e brasileiro assinaram o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica Brasil-Honduras. Ao final da visita, os dois países divulgaram um Comunicado Conjunto.

O Chanceler da Guatemala, Adolfo Molina Orantes, esteve em Brasília nos dias 16 e 17 de junho de 1976, quando foi recebido em audiência especial pelo Presidente Geisel. No dia de sua chegada foi homenageado com um almoço no Palácio Itamaraty. No mesmo dia, os dois Chanceleres trocaram condecorações: Azeredo da Silveira recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Quetzal, da Guatemala, Adolfo Molina Orantes, a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Rio-Branco, do Brasil. Os dois Chanceleres assinaram ainda o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre Brasil e Guatemala. Os principais pontos da visita, de Adolfo Molina Orantes são destacados num Comunicado Conjunto divulgado no dia 16.

Em 17 e 18 de junho, o Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Indalecio Liévano Aguirre, visitou Brasília, onde manteve contatos com o Presidente Ernesto Geisel, com o Chanceler Azeredo da Silveira, e com outras autoridades brasileiras, entre as quais os Presidentes do Senado Federal, Magalhães Pinto; da Câmara dos Deputados, Célio Borja, e do Supremo Tribunal Federal, Djaci Falcão. Durante seus contatos em Brasília, o Chanceler colombiano assinou, com o Ministro brasileiro das Relações Exteriores, a troca de Notas mediante a qual se estabeleceu um Convênio para a prospecção de jazidas de carvão siderúrgico na Colômbia, que será implementado pela Siderbrás (da parte do Brasil) e pela Ingeominas (da parte da Colômbia). Os dois Chanceleres firmaram ainda,

através de troca de Notas, um Convênio de Regulação dos Serviços de Radioamadorismo e ratificaram o Acordo para Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos e o Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica.

Indalecio Liévano Aguirre, no dia 17, fez a entrega da Grã-Cruz da Ordem do Boyacá, da Colômbia, ao Ministro brasileiro das Relações Exteriores que o condecorou com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, do Brasil. Azeredo da Silveira homenageou o Chanceler colombiano com um almoço no Palácio Itamaraty de Brasília, em 18 de junho, dia em que foi, também, assinado e distribuído um Comunicado Conjunto sobre a visita.

Discurso
do Chanceler
Azeredo da Silveira
durante o almoço
que ofereceu ao Ministro
das Relações Exteriores
tio Paraguai,
Alberto Nogués,
no Palácio Itamaraty de Brasília, em 26 de maio de 1976

entendimento sereno e cooperação lúcida entre brasil e paraguai

É com a mais grata satisfação que lhe dou as boas-vindas a Brasília. Meu prazer em acolhê-lo se justifica tanto por ser esta a primeira vez em que me é dada a honra de recebê-lo oficialmente na Capital brasileira, em sua qualidade de Chanceler, quanto por identificar em Vossa Excelência, um verdadeiro amigo do Brasil. Posso lhe afirmar. Senhor Ministro, que esse sentimento é autenticamente recíproco, pois soube Vossa Excelência, por suas altas qualidades morais e intelectuais, granjear a simpatia e a amizade das mais altas autoridades governamentais e do povo brasileiro.

A importância de sua atuação nas negociações que culminaram com o Tratado de Itaipu e o destacado papel que vem desempenhando, e que — para nosso contentamento — continuará a desempenhar, no Conselho de Administração da entidade binacional, despertaram, naturalmente, o apreço muito especial, que nós, brasileiros, dedicamos a Vossa Excelência. É, portanto, com o sentimento da maior cordialidade, que lhe transmito as manifestações de estima e consideração do Governo e do povo brasileiros, ao mesmo tempo em que lhe reitero votos do maior êxito em sua gestão à frente da diplomacia paraguaia.

Prezado amigo e colega Ministro Alberto Nogués, Sabemos que o invulgar entendimento alcançado entre o Brasil e o Paraguai encontra fundamento na confiança recíproca que inspira os nossos dois Governos. Essa confiança prevalece porque estamos cômicos de que esses entendimentos são mutuamente vantajosos. Costumo dizer. Senhor Ministro, que os entendimentos só são duradouros se justos e equânimes. Com esse espírito, temos negociado; com ele, elaboramos os instrumentos suscetíveis de levar-nos a nossos objetivos e por ele pautaremos os caminhos da nossa ação futura.

eqüidade, justiça e respeito mútuo

Juntamente com o Tratado de Itaipu — que, por si só, é exemplo eloqüente do quanto a vontade política entre dois países pode consubstanciar-se em cooperação reciprocamente profícua —, o Tratado de Amizade e Cooperação e o Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, a que acabamos de dar vigência, ao procedermos à troca de seus instrumentos de ratificação, configuram um quadro exemplar de

cooperação bilateral. **Isentos; de veleidades de primazias, nunca deixando de consagrar a estrita observância aos princípios de equidade, justiça e respeito mútuo, que informam tradicionalmente a política externa dos nossos dois Governos, podemos, brasileiros e paraguaios, orgulharmo-nos de termos sabido dar contexto jurídico adequado aos altos ideais de fraternidade e de cooperação que são espontâneos entre nós.**

objetivos do tratado de amizade e cooperação

A visita de Vossa Excelência e a cerimônia a que há pouco presidimos se revestem, Senhor Ministro, de profundo significado na história das relações entre o Brasil e o Paraguai. Sobre o Tratado de Amizade e Cooperação, permito-me recordar as palavras do Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel, quando de sua memorável visita a Assunção, ao dizer que a "amplidão desse acordo-quadro, que encontra raros precedentes na história das relações internacionais, dá bem a medida de concordância de pontos de vista entre os signatários quanto à convivência pacífica, ao respeito à soberania e à máxima explicitação das coincidências essenciais de nossas posições".

A constituição de uma Comissão Geral de Cooperação e Coordenação, como órgão institucional máximo de consultada negociação, a curto prazo, de um protocolo de expansão comercial; o estabelecimento de um programa para pesquisa, captação e distribuição de água subterrânea na região ocidental do Paraguai, Chaco paraguaio; assim como a interconexão das redes viárias e a interligação dos sistemas elétricos e dos de telecomunicações dos dois países são, dentre muitos outros, objetivos estabelecidos no instrumento jurídico. Nele, encontram-se reafirmadas a coincidência de critérios em relação ao aproveitamento dos recursos naturais e a tradicional identidade de posições quanto à livre navegação dos rios internacionais da Bacia do Prata e ao seu aproveitamento, de acordo com a Declaração de Assunção, de 3 de junho de 1971. Reiteram-se os objetivos e propósitos do Tratado de Itaipu e dos atos dele decorrentes. Asseguram-

se, enfim, ao país irmão, condições de acesso ao mar e desde o mar, através de território brasileiro, bem como a possibilidade de participação na exploração dos recursos vivos da pesca na zona marítima sob jurisdição e soberania brasileiras.

Como se verifica, **o Tratado proporciona condições para que as relações bilaterais se desenvolvam de forma orgânica, dentro de um quadro de cooperação e de boa vizinhança.**

Pelo Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927 e pela disposição nele manifestada de empreender, no mais breve prazo possível, através da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, os trabalhos relativos à adjudicação das demais ilhas do trecho fronteiro contíguo do rio Paraguai, nossos dois países reafirmam não só o pleno respeito às estipulações consagradas em atos internacionais de que são parte, mas também o desejo sincero de alcançar sereno entendimento sobre todos os aspectos de suas relações.

lúcida cooperação com benefícios para os dois países

Portanto, ao darmos vigência a esses dois atos, após a aprovação dos mesmos pelo Poder Legislativo das duas Repúblicas e sua ratificação pelos eminentes Chefes de Estado do Brasil e do Paraguai, **estamos cômicos de que os esforços despendidos na efetivação dessa lúcida cooperação redundarão em benefícios para nossos respectivos povos.**

Senhor Ministro e meu particular amigo
Alberto Nogués,

Com especial afeto, ergo minha taça pela felicidade pessoal de Vossa Excelência, por Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Don Alfredo Stroessner, Presidente da nobre nação paraguaia, e pela união cada vez mais fraterna entre o Brasil e o Paraguai.

Discurso do Chanceler
Azeredo da Silveira,
no Palácio Itamaraty
de Brasília, em 26 de maio de 1976,
durante a cerimônia de troca
— com o Paraguai — dos instrumentos
de ratificação do Tratado de Amizade
e Cooperação e do Protocolo Adicional (ao
Tratado de Limites de 21 de maio de 1927), assinados em Assunção, em 4 de dezembro de 1975

silveira e nugués ratificam tratado de amizade e protocolo adicional

Excelentíssimo Senhor
Embaixador Alberto Nogués,
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai,

A cerimônia que acabamos de presidir possui transcendente importância para nossos países. **Os dois atos, cujos respectivos instrumentos de ratificação trocamos nesse momento, além de se inserirem no contexto amplo das excelentes relações de boa vizinhança que nossos dois Governos timbram em manter entre si, representam exemplo tangível de cooperação solidária e eficaz.** Através deles, não só alcançamos entendimento equilibrado sobre aspectos específicos de nosso relacionamento recíproco — como bem demonstra o fraternal espírito que presidiu a elaboração do Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927 —, mas, sobretudo, damos forma concreta a esse nosso intento cooperativo e mutuamente profícuo, através do estabelecimento de um amplo e operativo instrumento, como o é o Tratado de Amizade e Cooperação.

Realmente, Senhor Ministro, estou persuadido de que o **Tratado, aplicadas suas estipulações segundo o espírito altamente positivo que nos norteia, constituir-se-á em elemento dinamizador da mais elevada importância para um ainda maior estreitamento dos sólidos e tradicionais laços de amizade entre o Brasil e o Paraguai. Esse ato jurídico, por sua característica abrangente e flexível, contempla extensa gama de interesses co-**

muns aos dois países, estabelecendo diretrizes básicas de cooperação e prevendo a institucionalização, através de instrumentos complementares, de mecanismos adequados à implementação dos objetivos nele fixados ou reafirmados.

Ressalto, com particular ênfase, como um dos exemplos significativos do espírito do documento que ora entra em vigor, a instituição de uma Comissão Geral de Cooperação e Coordenação, presidida pelos Ministros das Relações Exteriores de ambos os países, à qual incumbirá, dar forma sistemática e harmônica ao cada vez mais expressivo fluxo de cooperação bilateral.

um momento histórico nas relações brasil-assunção

Não tenho, assim, dúvidas de que protagonizemos, nesta oportunidade, um momento histórico na evolução das relações brasileiro-paraguaias e no incremento da fraterna colaboração que a orienta.

E, portanto, com esses sentimentos, aos quais se aliam a amizade pessoal e a admiração que há tantos anos dedico a Vossa Excelência, que me congratulo com o Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai pelo novo e importante passo que acabamos de dar nos largos caminhos que o destino abre às nossas pátrias.

Discurso do Ministro
das Relações Exteriores
do Paraguai, Alberto Nogués,
durante o almoço que
lhe foi oferecido
pelo Chanceler
Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 26 de maio de 1976

um exemplo de impecável vizinhança geográfica e política

Nada mais grato à minha condição de Ministro das Relações Exteriores do Paraguai do que retornar, mais uma vez, e agora pela primeira vez em visita oficial, a Brasília, a sonhada Capital desta grande e pujante Nação, que tece, com paixão de ourives, a trama de um futuro venturoso. Nação fraterna, o Brasil, por tantos conceitos, digna de nossa admiração e de nossa esperança.

De nossa admiração, porque a enorme dimensão de sua extensão geográfica multiplica nossa ansiedade ante os problemas que o tempo e a técnica, suprimindo distâncias, tornarão comuns aos povos que compartilham as mesmas aspirações e afrontam os mesmos desafios.

Esperança nessa Nação, poderosa — mais que pelo inventário de suas ingentes riquezas — pela categoria de sua política externa, herdeira de formas e fórmulas que aqui, no Itamaraty, têm seu lugar natural.

cortesia brasileira preside à tônica das relações humanas

Mil agradecimentos, meu eminente amigo e ilustre colega, por esta recepção tão cordial para as breves horas em que me é dado o privilégio de gozar da fina hospitalidade brasileira. Hospitalidade que se pode avaliar tanto no trato cordial do colóquio privado, quanto na severa linha das

negociações diplomáticas, porque sempre, em todos os momentos, essa antiga e tradicional cortesia brasileira preside à tônica das relações humanas.

Mil agradecimentos pela afetuosa referência à intervenção dos negociadores paraguaios no Tratado de Itaipu. Posso assegurar-lhe, Senhor Ministro, que, para mim, foi uma experiência inestimável e inesquecível protagonizar, ao lado de ilustres diplomatas brasileiros, o itinerário daquele instrumento internacional, **protótipo de um claro sentido de solidariedade entre Estados e exemplo de impecável vizinhança geográfica e política.** Tive a honra de proceder, com Vossa Excelência, há alguns instantes, à troca dos Instrumentos de Ratificação do Tratado de Amizade e Cooperação, que, com notável precisão, resume as intenções gerais de nossos Governos em matérias tão essenciais a seus interesses recíprocos.

imaginação criadora a serviço de dois grandes povos

A generosa amplitude do seu conteúdo, a que Vossa Excelência fez referência singular em suas brilhantes palavras, abre para o Paraguai e para o Brasil o honesto e limpo caminho de um profícuo, ininterrupto e leal entendimento em diversos campos, nos quais teremos de exercitar uma imaginação criadora, posta a serviço de dois grandes povos. O Protocolo Adicional ao Tratado

de Limites de 21 de maio de 1927, por sua vez, vem afiançar o âmbito de nossas soberanias, trazendo um valioso complemento à perspectiva justa e definitiva de nossas fronteiras. Assiste-me a convicção. Excelentíssimo Senhor Ministro, de que o desenvolvimento normal das nossas relações quanto a demarcações territoriais será sempre alcançado entre nós com o alto espírito de justiça e de equidade, espírito que presidiu à elaboração do Acordo que agora celebramos.

O Paraguai e o Brasil têm noção exata da época em que têm de viver. O contexto de suas relações diplomáticas desenvolve-se no sereno respeito a princípios morais e jurídicos, que asseguram a sobrevivência da espécie humana. Não cremos, a esta altura da civilização — apesar de todos os seus desvarios, ainda assim, civilização — não cremos, digo, na eficácia de métodos desacreditados. Invade-nos, isso sim, a esperança de edificar a prosperidade sobre o firme empenho de preservar zelosamente o repertório das nossas tradições, que deram categoria histórica e fisionomia própria ao Brasil e ao Paraguai.

Cheguei a Brasília não somente para cumprir um ato protocolar, mas para expressar, em no-

me do Presidente da República do Paraguai, o Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Don Alfredo Stroessner, sua mensagem de amizade ao povo e ao Governo brasileiros. Seja-me permitido, pois, neste clima de afável convivência, oferecer um brinde a Vossa Excelência, meu querido amigo Chanceler Azeredo da Silveira, em quem, desde há muito, admiro a extraordinária sagacidade de um intelecto privilegiado e a não menos incrível capacidade de ação, que seria temível se, por trás destas excepcionais qualidades, não se manifestasse a força de um notável calor humano.

Seja-me permitido, também, brindar a Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República Federativa do Brasil, cuja vigorosa personalidade de eminente estadista deu um impulso definitivo ao fortalecimento das felizes relações que caracterizam a amizade paraguaio-brasileira, por ocasião de sua histórica visita a Assunção, em dezembro passado.

Brindo por nossas duas nações, que, tão altivamente, dão ao mundo o exemplo de uma indeclinável vontade de seguir pelos caminhos da paz, da justiça, da ordem e do progresso.

Discursos do Chanceler Azeredo da Silveira
e do Ministro das Relações Exteriores de Honduras,
Roberto Perdomo Paredes,
no Palácio Itamaraty de Brasília,
em 10 de junho de 1976,
durante o jantar oferecido ao Chanceler hondurenho

honduras e brasil, uma cooperação frutífera

chanceler brasileiro

Senhor Ministro,

É para o Governo brasileiro e para mim, pessoalmente, motivo de especial satisfação receber a visita oficial de Vossa Excelência.

Nossos Governos encontraram sempre terreno fácil para a cooperação e o entendimento no plano multilateral. Fazemos parte de diversos organismos, internacionais, de caráter universal, regional ou setorial, onde, com freqüência, defendemos posições idênticas ou convergentes. Ainda há poucos dias, tive a grata oportunidade de conviver com Vossa Excelência em Santiago, durante os trabalhos iniciais do VI Período de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

Não é de estranhar que sejam fluentes as nossas relações oficiais, quando tantos são os pontos em comum entre Honduras e o Brasil.

Tanto um quanto outro povo encontra o fundamental de sua maneira de ser nos valores da civilização ocidental, conforme revividos no continente pelas influências não menos ricas e positivas das culturas autóctones e importadas de outras terras. Isso faz de ambos os povos gente versátil e generosa, arraigadamente na-

cional no amor à terra e universal na compreensão e na vontade de cooperação e harmonia.

aprofundar o conhecimento recíproco e as possibilidades de cooperação

No plano das relações bilaterais, não foram, infelizmente, numerosas, no passado, as oportunidades de um aprofundamento do nosso conhecimento recíproco e das possibilidades de cooperação mutuamente proveitosas. Isso estamos tratando de corrigir e a visita de Vossa Excelência a Brasília é um passo importante nesse sentido.

Em nossas conversações, pudemos identificar inúmeros campos em que delineiam perspectivas para uma frutífera cooperação. Sinto-me feliz com isso, pois é desejo sincero do Brasil o de criar, com o maior número possível de países, sobretudo com os do continente, laços estreitos de entendimento e intercâmbio intenso de proveito mútuo.

Nesse contexto, a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre nossos Governos assume especial relevo, pelos benefícios diretos que trará para ambos os povos e pela força germinativa que certamente terá para a identificação de novas áreas de cooperação.

Não são de agora os esforços dos nossos dois países nesse sentido. Mantemos, há muitos anos, programas de cooperação, graças aos quais tem sido possível um freqüente contacto de estudantes e de profissionais dos dois países. O que buscamos com o Acordo é sistematizar e ampliar essa cooperação, que se tem mostrado tão profícua.

identificar melhor as oportunidades de complementação

No campo do comércio buscaremos, também, melhor identificar as oportunidades de complementação que permitam ao intercâmbio ampliar-se e diversificar-se. Estamos certos de que a determinação recíproca, com o mesmo propósito, evidenciará campos ainda inexplorados para as nossas relações.

O Brasil, como Honduras, acredita na importância do esforço solidário para o desenvolvimento. Disso temos dado reiteradas provas. Nossa folha de atuação é, a esse respeito, inteiramente acorde com as nossas declarações de intento de cooperação internacional. **Não buscamos nem a autarquia nem a hegemonia em nossas relações com outros povos. Ao contrário, sempre defendemos os conceitos de interdependência horizontal e da solidariedade internacional. A esses princípios, damos particular ênfase em nossas relações continentais.** Graça à sinceridade de nossos propósitos e à honestidade de nossa atuação, temos conseguido expandir, de forma realmente extraordinária, nossas relações comerciais e económicas com os nossos vizinhos e com os demais países latino-americanos.

um exemplo latino-americano para o resto do mundo

Esse esforço conjunto da América Latina para harmonizar os processos de desenvolvimento económico de cada país podemos oferecer como exemplo ao resto do mundo em desenvolvimento. Ele é um esforço que atravessa o subcontinente la-

tino-americano de alto a baixo e que não conhece diferenças irreconciliáveis. **Uma das mais belas contribuições do modo de ser latino-americano para a humanidade é, precisamente, o autêntico sentimento de fraternidade entre os seus povos, que supera mesmo as diferenças de língua e outras variações, mais ou menos acentuadas, de formação cultural e de desenvolvimento económico.**

É, portanto, sob os melhores auspícios para o incremento das fraternas relações entre nossos países, que saúdo muito cordialmente a Vossa Excelência, meu nobre e estimado colega e amigo.

Peço aos que me acompanham nesta homenagem que se unam a mim para brindar pela saúde de Sua Excelência o Senhor General Melgar Castro, Presidente da República de Honduras, pela felicidade pessoal de Vossa Excelência, e pela aproximação cada vez maior entre o Brasil e Honduras.

chanceler hondurenho

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Excelentíssimos Senhores Senadores,

Excelentíssimos Embaixadores, e Chefes de Missão,

Senhores Oficiais-Generais,

Senhoras e Senhores,

Recebam, nesta tão especial ocasião, o abraço fraternal do povo hondurenho e a saudação cordial do Chefe de Estado de minha pátria, General-de-Brigada Juan Alberto Melgar Castro, e igualmente a mensagem de amizade das Forças Armadas de Honduras. Minha vinda ao Brasil, por gentil convite de Vossa Excelência, é como pisar um solo que oferece as maravilhas da natureza e os prodígios do progresso alcançado pelo homem brasileiro, com seu esforço criativo e avançada tecnologia.

No mundo atual não se pode viver isolado. A interdependência é uma questão de sobrevivência e de avanço em todo processo histórico e, por ele, Honduras, pondo de lado suspicácias e medindo seus interesses, se propôs estabelecer relações, com todos os países que ofereçam — sem preocupação de tutela e sem compromissos que restrinjam sua soberania — a possibilidade de traçar perspectivas favoráveis com vistas ao fortalecimento dos vínculos económicos, comerciais e culturais, elementos de grande valor, que poderiam funcionar como a medula de uma grande sociedade mundial que responda ao desafio dos problemas que afligem toda a humanidade.

O Governo hondurenho está empenhado em dissipar, ainda que parcialmente, os negativismos que sofremos em consequência de nossa condição de país em vias de desenvolvimento. Trata-se hoje de romper velhos moldes existentes desde o liberalismo manchesteriano e começar a implantação de estruturas arrojadas do ponto de vista social, económico e financeiro que, embora sejam qualificadas e censuradas erroneamente, agem em benefício das grandes coletividades para oferecer-lhes um viver digno, humano e proporcional às exigências das necessidades individuais.

povos da américa devem conhecer-se uns aos outros

Tem sido meu anseio, ao longo de minha experiência de funcionário público, que os povos da América devam conhecer-se uns aos outros, porque neste continente, em certo sentido, temos vivido distanciados pelos acidentes geográficos, pelas barreiras formadas por nossas fertilíssimas montanhas e nossos rios cristalinos, ainda que nos últimos anos tenha havido sopros de uma genuína espiritualidade, que nos diz que a união de nossas parcelas nacionais nos dará a suficiente força para influir no destino da humanidade, com uma participação mais relevante.

Minha permanência neste excepcional país é causa de um franco regozijo íntimo, porquanto o Brasil é já um dos baluartes mais firmes no destino da América, que, sem pretensão de lideranças infecundas, emerge no concerto internacional com o peso de sua extensão territorial e a grandeza de seu povo.

Seu convite, Excelência, tipifica para mim dois motivos especiais: o primeiro é o de estreitar mais nossos vínculos de amizade e o outro o de dinamizar nossos contatos de cooperação comercial, social e económica como meio de estabelecer uma ponte entre duas nacionalidades que buscam, com afínco e esperança, a superação de seus povos sob um viver decente e digno, ajustado a uma política económica e social que equilibre os extratos de toda a comunidade.

Não se pode ignorar, Senhor Chanceler, que a natureza proporcionou a seus compatriotas um solo rico e exuberante, mas não basta isto, pois quando se deseja criar, uma nação potente e respeitada, é requisito peremptório dispor de uma alma vigorosa em suas aspirações e de um instrumento vital como é o do trabalho que, ao mesmo tempo que dignifica, lança as bases do edifício da prosperidade e, para tanto, contouse com um fluxo migratório de distintas raças, que sonharam com o Brasil para iniciar uma nova etapa de reivindicações.

harmonia do capital com o trabalho

"As raças — disse Stefan Zweig — bastante diferenciadas apenas pela cor vivem na mais completa harmonia e, apesar de sua origem individual, só competem na ambição de despojar-se das peculiaridades de origem, para converter-se o quanto antes em brasileiros, em uma nova e uniforme Nação." O que afirmou tão ilustre escritor é uma verdade e, assim, **vemos o Brasil elevar-se cada dia mais, sustentando-se na harmonia do capital com o trabalho, na ilibada condução dotação governamental e no uso de todos os recursos materiais e humanos em uma tarefa que coloca este país na vanguarda da indústria, da agricultura, da tecnologia, da mineração e de todos aqueles fatores de desenvolvimento que, bem distribuídos e identificados, constituem a medula de um futuro promissor.**

Não posso esconder minha satisfação por me encontrar em Brasília, uma cidade que se adiantou à nossa vida contemporânea. Esta é a cidade do ano 2000, a cidade futurista e visionária, a bela conjunção da arquitetura e a engenharia aglutinadas simetricamente, no ferro e no ci-

mento, com a alma de um povo criativo que pensa mais no futuro do que no passado. Senti aqui a realidade brasileira e, por isso, compreendo o novo, porém específico lugar, que como potência emergente está assumindo no mundo.

Senhor Ministro, plenamente convencido da sinceridade de suas palavras e da honestidade de nossos propósitos, levo a meu povo uma mensagem de franca amizade. Com esse espírito foi assinado um convênio que facilitará a cooperação científica e técnica para novas gerações, para jovens estudantes de ambos países que pode-

rão intercambiar seus conhecimentos e experiências e, ao mesmo tempo, estreitar os laços de amizade.

Profundamente agradecido pela generosa atenção que nos dedicaram, com o pensamento e o coração postos a serviço da mútua cooperação entre Honduras e o Brasil, solicito que me acompanhem no brinde pela ventura pessoal do Excelentíssimo Senhor Presidente General Ernesto Geisel, pela crescente prosperidade desta grande Nação do continente e pela felicidade e bem-estar de Vossa Excelência.

Discurso do
Ministro
Estado
Relações Exteriores,
Azerêdo da Silveira,
ao assinar com o Chanceler
américa latina, ponto prioritário
da política externa brasileira
hondurenho, Roberto Perdomo Paredes, o Acordo Básico de Cooperação
Científica e Técnica Brasil-Honduras, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 11 de junho de 1976

Senhor Ministro Roberto Perdomo Paredes,

É para o Governo brasileiro e para mim, pessoalmente, motivo de especial satisfação a assinatura, que acabamos de proceder, do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Visa o Acordo a estabelecer bases concretas para uma significativa cooperação entre os dois Governos, fundada no respeito mútuo e nos interesses comuns que inspiram a fraternal cordialidade das relações entre Honduras e o Brasil.

Não são raras as oportunidades em que tenho salientado a importância com que o Brasil encara a cooperação com os países da América Latina, ponto prioritário da nossa política externa. O Governo brasileiro tem procurado valorizar, juntamente com os Governos dos demais países da região, todas as numerosas áreas de convergência, em um desenvolvimento lógico de trabalho dirigido à solidariedade continental.

Honduras e o Brasil são países que se encontram em processo de desenvolvimento, à procura de soluções adequadas para problemas semelhantes. Devem ser, portanto, estimulados os esforços para que os avanços científicos e técnicos disponíveis em um país sejam aproveitados no outro. Somente através do mútuo conhecimento e da conjugação de ações, cujos suportes sejam fornecidos pela autêntica cooperação em todos os setores, poderemos aprimorar as opções de harmonia e de solidariedade que imperam na região.

O presente Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, elaborado dentro desse alto espírito de americanidade, fortalecerá as relações de cooperações entre os dois Governos, estreitando ainda mais os tradicionais laços de amizade que unem os nossos países.

Comunicado

Brasil-Honduras

assinado em Brasília, em 11 de
junho de 1976, pelos

Chanceleres Azeredo da Silveira e Roberto Perdomo Paredes

estreitar os laços de amizade com os hondurenhos

A convite do Governo brasileiro, o Ministro das Relações Exteriores de Honduras, Doutor Roberto Perdomo Paredes, visitou oficialmente Brasília nos dias 10 e 11 de junho de 1976.

Na ocasião, foi recebido, em audiência especial, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel, a quem transmitiu as cordiais saudações do Presidente de Honduras> General Juan Alberto Melgar Castro.

O Ministro das Relações Exteriores de Honduras, efetuou visitas protocolares a Suas Excelências os Senhores Deputados Célio de Oliveira Borja, Presidente da Câmara dos Deputados, Senador José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, e Ministro Djaci Alves Falcão, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Na oportunidade da visita, os Chanceleres do Brasil e de Honduras, em cerimônia realizada no Palácio Itamaraty, celebraram um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, o qual permitirá uma melhor coordenação da ação que já vinha sendo desenvolvida nesse campo. Durante a cerimônia de assinatura, os dois Ministros expressaram sua confiança de que o novo instrumento propiciará uma intensificação, em bases mais amplas, da cooperação científica e técnica bilateral, em atendimento às necessidades e interesse de ambos os países.

Os dois Ministros se felicitaram de haver encontrado, no curso das conversações que mantiveram, grande margem de convergência nas posi-

ções dos dois Governos sobre as principais questões de interesse internacional.

Assinalaram seu pensamento comum de que os valores da civilização ocidental fornecem a um e outro povo o fundamental de sua maneira de ser o substrato da ação de seus Governos.

Partindo dessa base comum, reiteraram sua adesão aos princípios básicos do Direito Internacional, particularmente os referentes à igualdade jurídica dos Estados, à autodeterminação dos povos e à não-intervenção em assuntos internos de outros Estados.

Os dois Ministros reafirmaram sua adesão ao princípio da soberania permanente e inalienável dos Estados sobre seus recursos naturais, para promover seu desenvolvimento econômico e social e o bem-estar de seus povos, sem nenhum obstáculo externo.

Os dois Ministros estimaram que a crescente interdependência econômica entre as nações deve traduzir-se numa cooperação horizontal, em que a personalidade jurídica e política de cada Estado seja plenamente resguardada e em que não haja lugar para qualquer preocupação de preponderância.

Ao ressaltarem a convergência dos interesses dos seus países no que concerne às relações entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, reafirmaram sua disposição de, nos vários foros internacionais, através de uma ação coordenada, propugnar por um tratamento equi-

tativo para suas exportações, sejam de matérias-primas e produtos de base, sejam de produtos semimanufaturados e manufaturados.

Convieram os dois Ministros em que seus Governos empenharão os máximos esforços para lograr a progressiva ampliação e diversificação do intercâmbio comercial, mediante a utilização adequada das oportunidades que se apresentarem, inclusive a concessão de créditos recíprocos.

Finalmente, os dois Ministros concordaram em que, no campo das relações bilaterais, há ainda ampla gama de opções para seu aperfeiçoamento e intensificação, no que concerne à cooperação económica, à intensificação do comércio e às relações culturais, e expressaram sua firme confiança de que os dois povos tendem cada vez mais a estreitar os laços da fraterna amizade que os unem.

Discursos do Chanceler
Azeredo da Silveira e do
Ministro das Relações
Exteriores da Guatemala,
Adolfo Molina Orantes,
no Palácio Itamaraty
de Brasília, em 16 de junho de 1976, durante o almoço oferecido ao Chanceler guatemalteco

um novo capítulo na história das relações brasil-guatemala

chanceler brasileiro

Senhor Ministro,

A visita oficial que ora faz Vossa Excelência ao Brasil é motivo de especial satisfação para o Governo brasileiro e para mim pessoalmente.

Os altos méritos de grande cultor do Direito que todos lhe reconhecemos, a habilidade e o espírito realista que têm caracterizado sua ação diplomática, a preocupação de aproximar cada vez mais seu país às Repúblicas irmãs do Continente, tudo isso cerca a presença de Vossa Excelência, entre nós, de conotações muito especiais.

entre os dois países, um vasto terreno de entendimento e cooperação

Sua visita dá-nos, com efeito, a oportunidade gratificante de conversarmos, em profundidade, sobre temas que nos são de interesse, quer de âmbito geral, quer bilateral.

Ligados por laços profundos de uma tradição comum que se insere na civilização ocidental, no sentido dinâmico que muito significativamente a caracteriza em terras americanas, nossos países têm encontrado, nos diversos foros interna-

cionais que integram, vasto terreno de entendimento e de cooperação.

Agora mesmo, em Santiago, durante os trabalhos do VI Período de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, tivemos a oportunidade de trocar ideias sobre muitos temas de interesse comum, quando, mais uma vez, essas coincidências se revelaram.

No plano bilateral, é patente a decisão de nossos Governos — e a visita de Vossa Excelência a Brasília bem o demonstra — de intensificar, diversificando-as e dando-lhes caráter realmente operativo, as relações entre nossos dois países.

O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, que hoje celebramos, é uma auspiciosa demonstração do espírito que os dois Governos decidiram infundir às suas relações. Como todo acordo-quadro, além de sua importância intrínseca, esse ato internacional suscitará, por sua própria dinâmica, uma série de projetos específicos de colaboração do maior interesse mútuo.

aproveitar todas as oportunidades no campo comercial

No campo comercial, é também desejo de ambas as partes aproveitar ao máximo todas as oportunidades, muitas delas inexploradas, que se oferecem, para ampliar e diversificar o intercâmbio.

O Brasil, no seu esforço infatigável de desenvolvimento, tem sempre presente as características solidárias dessa grande empresa. Não nos atraem as veleidades artáricas ou as preocupações de preponderância. Inspira-nos, tão somente — e disso temos dado contínuas demonstrações — o conceito, que reputo básico, de interdependência horizontal e da solidariedade internacional.

Inspirado por esses sentimentos, desejamos incrementar, com ânimo fraterno, nossas relações com todos os países, especialmente com aqueles que conosco integram o continente.

Senhor Ministro e prezado amigo e colega,

Não poderia ser mais auspiciosa a visita que ora nos faz e que tanta satisfação nos dá. Estou certo de que, com ela, se inicia um novo capítulo na história das relações entre nossos países.

Peço, pois, aos que nos acompanham nessa homenagem, que brindem comigo pela ventura pessoal de sua Excelência o Senhor General Kjell Eugênio Laugerud Garcia, Presidente da República da Guatemala, pela felicidade e pelos continuados êxitos de Vossa Excelência e pelas fraternas relações entre o Brasil e a Guatemala.

chanceler guatemalteco

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, meu querido amigo Antônio Azeredo da Silveira,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimos Senhores Embaixadores,

Excelentíssimos Senhores Oficiais-Generais,

Senhora Embaixadora da Guatemala,

Senhores,

Agradeço profundamente a homenagem tão magnífica que nos rendeu o Governo do Brasil, a meus companheiros que integram a Delegação do Governo da Guatemala e a mim, neste grato ensejo de visitar esta grande Nação. Agradeço igualmente as generosas palavras do meu querido co-

lega, o Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e ressalto que nos causa uma grande satisfação, uma grande honra, encontrarmos-nos nesta Nação, cujo portentoso desenvolvimento e grandeza admiramos na Guatemala.

Apesar de geograficamente distantes, sentimos próximos da comunidade de ideais americanos de solidariedade e de unidade e sabemos que o Brasil, desde os primeiros passos da Organização dos Estados Americanos, tem manifestado tal espírito de solidariedade. Esse espírito fraternal, nós o sentimos muito de perto, recentemente, quando meu país sofreu uma tremenda tragédia, provocada pelas forças da natureza, que destruíram parte da população e muitas cidades. Mas, naquele momento, o nobre povo brasileiro e seu Governo se fizeram presentes e uma vez mais nos deram manifestações, através da ajuda efetiva e oportuna, dessa solidariedade, desse espírito de irmão maior, com grande sentido humanitário.

O objetivo principal da viagem que agora fazemos a esta grande Nação é cumprir a missão, que trago do Presidente da Guatemala, de expressar pessoalmente nosso profundo reconhecimento ao povo e ao Governo do Brasil, por essa ajuda prestada em momento de grande angústia e dor para nosso país. Temos, também, contado com a solidariedade do Governo do Brasil quando pleiteamos nos foros internacionais soluções para os problemas que mais nos preocupam na Guatemala. Temos encontrado solidariedade e compreensão.

soluções através de meios pacíficos

Na última Assembleia das Nações Unidas, quando se debateu a reivindicação da Guatemala sobre o território de Belize, a Representação do Brasil e seu Governo compreenderam perfeitamente qual era nossa posição. Explicamos que nosso maior desejo é encontrar uma solução através dos meios pacíficos previstos pelo Direito Internacional, que leva em consideração não somente os direitos reclamados pelo Governo da Guatemala, como também os interesses de uma população que cresceu em Belize e que merece todo nosso respeito. Queremos promover a integração económica e cultural, já que, por posição geográfica, pertencemos todos a uma mesma área.

A compreensão do Brasil ante esse problema da Guatemala tem sido ampla, com grande espírito conciliador, do qual agradecemos profundamente. Nunca esqueceremos tais demonstrações de fraternidade da grande Nação brasileira. Nessas reiteradas manifestações de solidariedade do Brasil à Guatemala, Vossa Excelência, Senhor Ministro das Relações Exteriores, querido amigo, teve a máxima importância e transcendência, em sua condição de condutor da política internacional do Brasil. Conhecemos suas grandes qualidades de eminente jurista, de hábil e fino diplomata, que mantém a honrosa tradição das figuras marcantes da diplomacia brasileira, desde Alexandre de Gusmão, do Barão do Rio-Branco, de Joaquim Nabuco e de outros expoentes que esta fecunda terra produziu.

cooperação ao invés de preponderância

Conhecemos também sua larga trajetória na vida diplomática brasileira, à qual Vossa Excelência tem dado tantos triunfos, em conferências internacionais e em reuniões onde se debatem os temas políticos e econômicos que afligem o mundo. Nós o temos visto, Senhor Ministro, participar de reuniões em que sentimos sua brilhante inteligência, sua larga percepção dos problemas mundiais e, sobretudo, sua grande vocação pan-americanista, de muita compreensão para nossos problemas, esse conceito generoso e altruísta que nossos países precisam intensificar tendo em vista uma cooperação horizontal e nunca no sentido de preponderância. Essa é uma política que honra plenamente o Brasil e seus ilustres dirigen-

tes e, acima de tudo, é uma derivação do princípio que Vossa Excelência mesmo assinalou. Senhor Ministro, de que vivemos num mundo interdependente, onde os grandes e os pequenos somos irmãos em todos os momentos.

O Governo da Guatemala, presidido pelo General Kjell Eugênio Laugerud Garcia, quis reconhecer precisamente tais méritos de Vossa Excelência e incumbiu-me da honra de lhe impor hoje a mais alta condecoração guatemalteca, que é a Ordem do Quetzal, símbolo da Liberdade. **Todos nós que julgamos tão elevado esse valor fundamental, em nossas instituições democráticas, consideramos a Liberdade o valor máximo que devemos defender a todo custo, principalmente contra a pretensa imposição de modelos exóticos ou de doutrinas estranhas que não se coadunam com nossa maneira de viver e com nossas históricas tradições de democracia na América.**

Ao agradecer a Vossa Excelência esta magnífica homenagem que hoje nos presta, quero, por minha vez, brindar pela saúde pessoal de Sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel, pela sua saúde, distinto amigo, Excelentíssimo Senhor Ministro, e pelo bem-estar e felicidade do nobre povo brasileiro, em relação ao qual nosso maior desejo é que a amizade e a cooperação, que felizmente existem, se fortaleçam ainda mais e sejam ainda mais operativas, através destes esforços que estamos realizando e dos quais uma concretização muito positiva é este Convênio de Cooperação Técnica que estamos assinando no dia de hoje, no qual, novamente, se manifesta o espírito fraternal do Governo e do povo brasileiros.

Discurso do Ministro de Estado

da Relações
Exteriores,

Azereb da Silveira, ao Chanceler

guatemalteco, Adolfo Molina Orantes,
na cerimônia de assinatura do Acordo

Básico de Cooperação Científica e Técnica com a Guatemala,
no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de junho de 1976

Senhor Ministro,

É com a maior satisfação que assino hoje, com Vossa Excelência, o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a Guatemala.

convênio de cooperação fortalece amizade com guatemala

O presente Acordo resulta de importante experiência acumulada com o Acordo de Cooperação Técnica, de 9 de fevereiro de 1972. Mostrou o antigo Acordo que um vasto terreno para o intercâmbio de conhecimentos existe entre os nossos países.

Verificamos, por outro lado, que esse intercâmbio podia e devia ser estimulado e, mais ainda, sistematizado, para atender plenamente aos reclamos do desenvolvimento econômico e social de nossos países e para fornecer a base, principalmente humana, dessa colaboração crescente entre os dois Governos.

Daí o presente Acordo, a cuja celebração o Brasil empresta a maior relevância.

Estou certo, Senhor Ministro e prezado amigo, que, animados da vontade política de aproximação e colaboração, lograremos não somente dar efetividade ao instrumento que acabamos de celebrar, estimulando, de maneira sistemática, as bases de nosso entendimento no âmbito da cooperação científica e técnica, como também estreitar nossas relações em todos os campos, inspirados na tradicional e fraterna amizade que

une os nossos países.

Comunicado

dois países que reivindicam

Brasil-Guatemala assinado no
Palácio Itamaraty
em 16 de junho de 1976, pelos
de 1976, pelos

**tratamento equitativo
para suas exportações**

Antônio F. Azeredo da Silveira, e da Guatemala, Adolfo Molina Orantes

A convite do Governo brasileiro, o Ministro das Relações Exteriores da República da Guatemala, Doutor Adolfo Molina Orantes, visitou, oficialmente, Brasília, nos dias 16 e 17 de junho de 1976.

Na ocasião, foi recebido, em audiência especial, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel, a quem transmitiu as saudações do Presidente da Guatemala, General Kjell Eugênio Laugerud Garcia, assim como as expressões de reconhecimento do povo e do Governo da Guatemala pela generosa e eficaz cooperação e ajuda do povo e do Governo do Brasil por ocasião do terremoto que afligiu a Guatemala no dia 4 de fevereiro de 1976.

Nunca esquecerão os guatemaltecos a fraterna solidariedade recebida da nobre nação brasileira em momento de tragédia nacional e de imenso dor para seu país. Essa solidariedade lhe deu novo ânimo na imensa tarefa de reconstrução que empreendeu.

Na oportunidade da visita, os Chanceleres do Brasil e da Guatemala celebraram, em cerimônia realizada no Palácio Itamaraty, um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, com vistas à coordenação mais eficaz da ação que já vinha sendo desenvolvida nesse campo. Durante a cerimônia de assinatura do referido instrumento, os dois Ministros manifestaram sua certeza de que o Acordo intensificará a cooperação científica e técnica, segundo as necessidades e interesses de ambos os países.

Durante as conversações que mantiveram, em clima de mais fraterna cordialidade, os dois Ministros assinalaram a convergência de posições de um e de outro Governo em relação aos principais temas de interesse internacional.

Integrados ambos os países na civilização ocidental, encarada em seu sentido mais amplo e dinâmico, reiteraram os Chanceleres do Brasil e da Guatemala a adesão de seus Governos aos

princípios fundamentais que norteiam a convivência internacional, consagrados na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos.

Os dois Ministros reafirmaram sua adesão ao princípio da soberania permanente e inalienável dos Estados sobre seus recursos naturais, para promover seu desenvolvimento econômico e social e o bem-estar de seus povos, sem nenhum obstáculo externo.

Reconhecendo que a interdependência entre as nações é uma das características do mundo atual, ambos os Ministros concordaram em que dessa interdependência deve ocorrer uma cooperação horizontal, imune de quaisquer veleidades de preponderância.

O Chanceler da Guatemala informou o Chanceler do Brasil a respeito do estágio em que se encontra o diferendo territorial que o Governo da Guatemala sustenta contra o Reino Unido sobre Belize e que esta controvérsia está atualmente submetida ao processo de negociações entre ambos os Governos com o propósito de acertar uma fórmula de solução que ponha fim à disputa, tomando em consideração todos os interesses vitais que se encontram em jogo. O Chanceler do

Brasil expressou seus votos de que as mencionadas negociações tenham resultados satisfatórios.

Tendo presente a identidade de interesses do Brasil e da Guatemala no que diz respeito às relações entre países de diferentes graus de desenvolvimento, assinalaram seu propósito de procurar, nos diferentes foros internacionais, através de uma ação coordenada, lograr tratamento equitativo para suas exportações, tanto de matérias-primas e produtos de base quanto de produtos semimanufaturados e manufaturados.

Convierem os dois Ministros em que seus Governos empenharão os máximos esforços para lograr a progressiva ampliação e diversificação do intercâmbio comercial, mediante a utilização adequada das oportunidades que se apresentarem, inclusive a concessão de créditos recíprocos.

Finalmente, os dois Ministros concordaram em que, no campo das relações bilaterais, há ainda ampla gama de opções para seu aperfeiçoamento e intensificação, no que concerne à cooperação econômica, ao incremento do comércio e das relações culturais, e expressaram sua firme confiança de que os dois povos tendem, cada vez mais, a estreitar os laços da fraterna amizade que os une.

Discurso do
Ministro de
Estado das
Relações Exteriores, António
F. Azeredo da Silveira,
durante o almoço oferecido
ao Chanceler colombiano, Indalecio Liévano Aguirre,
no Palácio Itamaraty de Brasília, em 18 de junho de 1976

Identidade de interesses norteia ação do Brasil e da Colômbia

Senhor Ministro das Relações Exteriores da Colômbia,

Doutor Indalecio Liévano Aguirre,

É com profunda satisfação que lhe renovo, nesta oportunidade, a expressão de nossas boas-vindas e do contentamento de recebê-lo em terra brasileira. Suas reconhecidas qualidades de homem público, seu saber, o descortínio de seus julgamentos e amizade que, ao longo de nossos encontros, se estabeleceu entre nós, constituem valiosa garantia para a eficácia de nossos entendimentos e para a autenticidade dos propósitos de colaboração e diálogo que caracterizam o quadro atual das relações entre o Brasil e a Colômbia.

A presença de Vossa Excelência em Brasília é, com efeito. Senhor Ministro, testemunho eloquente de que, aos tradicionais postulados de amizade fraterna existente entre nossos dois países, acrescenta-se a firme disposição de correspondermos às perspectivas promissoras de uma cooperação voltada para os objetivos de desenvolvimento e, em esfera mais ampla, de coordenação de esforços em favor da projeção mundial de uma vontade continental.

respeito aos princípios que presidem à convivência entre as nações

Desde os primórdios da nacionalidade, nossos dois países vêm pautando sua linha de conduta pelo respeito aos princípios jurídicos que presidem à perfeita convivência política entre as nações. **Uma justa paz universal, em termos de igualdade jurídica dos Estados, e a segurança econômica coletiva para o desenvolvimento são elementos básicos que têm caracterizado nossa posição no cenário internacional. Não queremos, porém, que essa identidade de ideias e comunhão de objetivos permaneçam fundamentadas sobre uma retórica improdutiva; ao contrário, desejamos que os propósitos que nos unem se traduzam no campo da cooperação efetiva, contínua e leal.** Gozamos, para isso, de condições amplamente favoráveis, países vizinhos e fronteiriços que somos, compartilhando de experiências geográficas semelhantes e animados por vigoroso esforço de desenvolvimento.

Sensível às importantes modificações verificadas no cenário mundial, no curso dos últimos anos, **o Brasil pratica uma política externa compatível com as inevitáveis repercussões que essas mudan-**

ças suscitaram no relacionamento dos países do continente, entre si e com o resto do mundo. Nesse sentido, temos defendido a necessidade de que as relações interamericanas sejam apreciadas dentro do contexto global de um mundo em transição, cuja dinâmica o torna, cada vez mais, interdependente. Estamos convencidos de que a convivência internacional não se coaduna com soluções isolacionistas ou preocupações autárquicas. A colaboração e a solidariedade na apreciação dos problemas comuns, assim como a articulação estreita entre as economias, são as únicas atitudes consentâneas com a conduta de nações desejosas de contribuir para o estabelecimento de uma comunidade internacional justa, pacífica, livre e próspera. Assim, dentro das normas de respeito mútuo, procuramos explorar todas as possibilidades de uma interdependência horizontal, arrimada na cooperação e em oportunidades econômicas equitativas, capazes de impulsionar o processo de crescimento e modernização de nossas economias e propiciar ricos benefícios em favor da união de nossos povos e da harmonia da sociedade internacional.

política cafeeiro ilustra identidade de interesses

Dentro desse espírito, é auspicioso verificar a identidade de interesses que tem marcado a ação internacional do Brasil e da Colômbia. Sob esse aspecto, é ilustrativa a política cafeeiro que viemos sustentando em foros internacionais. Como principais produtores mundiais, o Brasil e a Colômbia se têm sempre coordenado neste particular, como ocorreu quando da proposta conjunta, apresentada em março de 1975, visando ao fortalecimento da posição negociadora dos países exportadores diante dos países consumidores e que impediu a fragmentação de nossas teses. Idêntica atitude tem-se registrado em matéria de comercialização externa, mediante consultas úteis, especialmente em momentos de crise internacional.

Por outro lado, o exame recente de nossas relações tem revelado novas áreas em que é possível e mutuamente positiva a cooperação no campo bilateral. Refiro-me aqui a programas e projetos de envergadura que envolvem a cooperação regional em zonas de fronteira, o incremento ao

comércio, a complementação industrial e a dinamização do intercâmbio cultural e da assistência técnica. Refletindo essas possibilidades, e com vistas a favorecer o processo de integração regional, nossos dois países assinaram, em 1975, vários convênios sobre telecomunicações, envolvendo a cooperação nos setores de serviços telefônicos, telegráficos, de telex e de televisão. Significativa para esse processo foi a efetivação, em passado recente, do enlace telefônico entre as cidades fronteiriças de Leticia e Tabatinga, possibilitando comunicações diretas entre nossos territórios.

acordo do carvão abre novo capítulo nas relações continentais

No âmbito dessa nova perspectiva em nossas relações, ganha importância especial o Acordo que hoje firmamos para a prospecção e futura exploração conjunta de jazidas carboníferas colombianas. Exemplo do que pode conseguir a confiança recíproca que preside ao relacionamento entre nossos povos e Governos, a associação da técnica e recursos dos nossos países, em projeto de tal magnitude e repercussão, abre novo e significativo capítulo nas relações econômicas em nosso continente e constitui testemunho do alto senso de responsabilidade com que buscamos a mais estreita, concreta e frutífera cooperação brasileiro-colombiana.

Outro campo em que se localizam possibilidades latentes é o da cooperação para o desenvolvimento da Bacia Amazônica. Região em que ambos, o Brasil e a Colômbia, possuem vastos territórios, torna-se imperativa a conjugação de esforços a fim de empreendemos trabalho coordenado no exame dos problemas da área. Acreditamos que uma larga faixa de interesses comuns poderá, assim, ser identificada, com vistas ao equacionamento de questões relativas à ocupação física do território amazônico, à exploração racional de suas riquezas e à garantia de adequadas condições de progresso sócio-econômico para sua população.

Nesse contexto, afigura-se da maior importância a reativação da Comissão Mista Brasileiro-Colom-

biana de Cooperação Económica e Técnica, a fim de permitir que se estimulem todos os múltiplos e proveitosos campos a serem técnica e economicamente explorados pela ação conjunta de nossos dois países.

Vossa Excelência nos traz a mensagem e o testemunho da grandeza de uma nação latino-americana irmã, madura e ativa. No curso de nossas conversações, tive oportunidade de salientar o quanto o Brasil valoriza suas relações com a Colômbia e com as nações latino-americanas, com as quais estamos interessados em intensificar e ampliar vínculos de autêntica colaboração. Imbuído destes sentimentos, estou seguro de que a visita de Vossa Excelência ao Brasil constitui

um marco decisivo no caminho da aceleração do processo de nossas relações.

Permita-me, Senhor Ministro, agradecer-lhe pela oportunidade que nos deu de emprendermos, em conjunto, o exame de temas de tanta repercussão para o fortalecimento da amizade e da cooperação entre nossos países.

Em nome dessa amizade, dos laços que unem o Brasil e a Colômbia, do seu mútuo empenho pela causa do progresso e da comunhão latino-americana, elevo minha taça pela felicidade pessoal de Sua Excelência, o Senhor Presidente Alfonso López Michelsen e de Vossa Excelência, e pela crescente prosperidade do povo colombiano.

defender preços dos produtos de exportação para corrigir econômico atraso

Discurso do Ministro
das Relações Exteriores

da Colômbia, Indalecio Liévano Aguirre,

no almoço que lhe foi oferecido pelo
Chanceler Azeredo da Silveira no

Palácio Itamaraty de Brasília, em 18 de junho de 1976

Excelentíssimo Senhor António Francisco Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Minha presença no Brasil, atendendo ao gratíssimo e irrecusável convite de Vossa Excelência, não constitui para mim um ato puramente protocolar, daqueles em que se perpetuam a rotina e os convencionalismos das diplomacias do passado.

Nossos países não tiveram tropeços nas suas relações ao longo de sua vida independente, e a amizade e a cordialidade espontâneas de seus povos e Governos facilitaram sua colaboração, para preservar interesses semelhantes, apesar dos fatores de isolamento criados pelas distâncias da geografia americana.

convivência amigável entre brasileiros e colombianos

Nossa extensa fronteira terrestre e fluvial foi delimitada em um clima de cooperação e harmonia, e seus marcos não indicam separação ou conflito, mas simplesmente fixam limites em torno aos quais têm convivido amigavelmente brasileiros e colombianos, prestando-se reciprocamente os auxílios que demandam territórios remotos, de natureza exuberante, que constituem desafio constante para os aglomerados humanos.

Pode-se dizer o mesmo do acordo mantido na defesa dos preços e do mercado do café, decisivo nos foros internacionais e que tem evitado, em não raras ocasiões, desenvolvimentos adversos

que, se não fossem travados, teriam comprometido gravemente nossas economias, reduzido seu ritmo de crescimento e acentuado sua dependência do exterior.

Talvez esta fácil fluidez de nossas relações tenha conduzido a que prescindíssemos de explorar com constância uma grande variedade de temas de interesse comum no campo das relações bilaterais ou nas respectivas posições que nossos países poderiam assumir, ou lhes conviria tomar, frente aos problemas do continente americano e às mudanças aceleradas que estão acontecendo na política mundial.

Por isso, recebi com especial prazer o convite que Vossa Excelência me fez para visitar o Brasil, por estar certo de que as nossas conversações poderiam contribuir para indagar as possibilidades inexploradas de cooperação de cujos caminhos já foram removidos todos os obstáculos pela ação, quase imperceptível mas efetiva, de uma antiga amizade entre brasileiros e colombianos.

a outra conotação das crises

A época é oportuna para um intercâmbio de ideias, porque a América Latina, como o resto do mundo, está entrando em uma etapa histórica cheia de novidades, cujos horizontes são difusos e oferecem sérias incógnitas para o porvir.

A incerteza que estas circunstâncias criam conduziu a que a palavra **crise** se tenha tornado o vocábulo habitual para denominar os acontecimentos de nosso tempo e que se dê ao conceito de crise uma conotação catastrófica, que induz à generalização de um nítido pessimismo a respeito do futuro. **Pela mesma razão, impressionou-me a interpretação que Vossa Excelência deu à noção de crise, recentemente, na Aula de Mestre da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, na qual dizia: "Na linguagem comum, a palavra crise assumiu conotações negativas, como se a crise sempre fosse, necessariamente, o resultado de erros e, por conseguinte, tendesse a um desenlace desfavorável. Para dizer a verdade, etimologicamente, a palavra é, antes de tudo, positiva. Inclui os conceitos de distinção, decisão e solução. A este respeito, a**

crise pode ser fecunda, dando oportunidade a soluções criativas e reduzindo o custo social geral da solução de problemas que, de outro modo, exigiriam uma extensão excessiva em termos de tempo."

Não é esta uma concepção pessimista, e permite ela enfrentar os problemas internacionais sem o peso morto de preconceitos sobre a intangibilidade de instituições e de sistemas, a cuja reforma ou desaparecimento atribuem conseqüências fatais aqueles que pretendem preservar a ordem estabelecida. Esses apresentam uma visão do mundo sujeita ao lastro invencível do rápido esgotamento dos recursos, do excesso de população e dos inevitáveis conflitos entre as nações, se se tentar modificar uma divisão internacional do trabalho que já está anacrônica.

Mas não devemos equivocar-nos. Os desajustes e perturbações que o mundo está sofrendo não provêm do iniludível esgotamento das possibilidades de bem-estar da humanidade. Provêm das dificuldades naturais com que se tem tropeçado e se tropeça para dar legitimidade — e com ela condição estável — a uma nova ordem internacional, substituta da que já perdeu sua legitimidade na medida em que desapareceram, como têm desaparecido, as bases que lhe serviram de fundamento desde suas origens, não muito remotas.

desenvolvimento excessivamente desigual

Até épocas relativamente recentes, essa ordem internacional em crise não era discutida, e se caracterizava por um tipo de relações de poder que, devido a variados acidentes históricos, conduziu a um desenvolvimento económico excessivamente desigual dos povos localizados principalmente ao Norte e ao Sul do planeta. Tal desigualdade originou-se quando as primeiras nações que se industrializaram adquiriram, por sua condição de precursoras, a vantagem evidente de ser produtoras e exportadoras exclusivas de manufaturas, no tempo em que os povos alheios a esse processo restringiam suas atividades económicas à condição de fornecedores de produtos primários para o mercado mundial, nas situações desvantajosas que se encarregaram de perpetuar as relações do poder predominantes na época e o declínio

da capacidade de decisão que essas desigualdades geravam. Este tipo peculiar de distribuição internacional do trabalho pôde perdurar por séculos, não pelos fundamentos teóricos com os quais se lhes quis atribuir quase o caráter de lei natural, mas pela legitimidade que adquire uma ordem estabelecida de fato, quando essa ordem perdura sem a oposição efetiva dos que padecem resignadamente de suas conseqüências.

Mas a passividade já desapareceu e as desigualdades próprias dessa ordem internacional já não contam com o mínimo de consenso que constitui o fundamento eficaz de toda legitimidade. Disso resultou que a relativa harmonia que esse consenso conferia à comunidade internacional tem sido gradualmente substituída por confrontos sucessivos e generalizados entre agrupamentos de povos e de regiões e que ele tem sucedido e sucede em momentos em que os conflitos armados deixaram de ter conseqüências adversas exclusivamente para os vencidos e adquiriram outras, capazes de comprometer a sobrevivência da espécie.

A ninguém pode surpreender, portanto, que, nos últimos anos, estadistas ilustres e esclarecidos das potências sobre as quais recaem as principais responsabilidades na manutenção da paz iniciaram uma evolução, ainda que tímida, da política externa de seus países. A finalidade dessa política implicava na renúncia gradual ao emprego da força para manter as desigualdades internacionais, — permitindo elas, dessa forma, o desperdício dos recursos pelos próprios nacionais, — e se orientava à busca imaginativa de compromissos destinados a criar uma nova ordem internacional, que derivasse sua legitimidade da criação de um consenso em torno a soluções que propiciassem a distribuição mais eqüitativa do bem-estar e da riqueza no mundo.

Infelizmente, estas iniciativas, inteligentes e fundadas em ideias claras sobre a natureza dos problemas contemporâneos, só encontraram eco esporádico nos países de maior opulência, e quase nada se logrou avançar no caminho da aceitação de compromissos ou no caminho da outorga de concessões às extensas áreas do planeta cuja subjugação, durante séculos, em muito contribuiu e contribui para a geração de excedentes que permitem sustentar aquela opulência.

esforços dos não desenvolvidos em defesa de seus interesses

Torna-se incompreensível, pelas mesmas razões, que as grandes potências, cujas ações e omissões têm retardado o processo de afiançar uma nova ordem internacional, demonstrem arrogante surpresa ante os esforços legítimos que realizam os povos não privilegiados para unificar-se em uma heterogênea variedade de agrupamentos políticos, regionais ou geográficos, a fim de defender os interesses que inutilmente trataram de preservar pela cooperação internacional, em vão buscada nas últimas décadas.

Não ignoramos que nessas potências está se impondo a ideia de que se torna injustificável manter o fluxo de fundos da assistência externa prestada por elas, nas décadas passadas, aos povos em processo de desenvolvimento. Tampouco ignoramos que nelas se pensa que tais fundos seriam melhor usados na transformação dos subúrbios de suas cidades; na educação de sua juventude ou veteranos de guerra; nos serviços médicos e hospitalares para seus nacionais; no incremento das subvenções outorgadas a seus desocupados; na melhora dos corpos de polícia; no tratamento dos delinqüentes ou dos viciados em drogas; na proteção de seus parques e no adequado equipamento de suas bibliotecas e museus.

Não nos cabe, desde logo, negar às sociedades opulentas o direito de dedicar seus excedentes de capital ao refinamento da qualidade de vida de seus cidadãos, em vez de colaborar para o atenuamento das desigualdades económicas que existem em escala mundial. Mas esperamos, da mesma maneira, que, sem mostrar surpresa, nos seja reconhecido direito idêntico a nos organizarmos para defender o nível de preços de nossos produtos de exportação, a fim de que a renda deles proveniente permita-nos corrigir as conseqüências do atraso; melhorar a vida subumana de nossos subúrbios; diminuir os níveis de analfabetismo de nossas populações; emancipar da miséria os camponeses; criar serviços médicos e hospitalares para eliminar as enfermidades originadas na desnutrição e as endemias; proporcionar emprego aos desocupados/ e proterger-nos contra as máfias que, do território das grandes potências, financiam o tráfico de estupefacientes, exportando com eles todos os seus processos ine-

rentes de corrupção. E também confiamos em que, no âmbito do comércio internacional, não se aleguem as chamadas vantagens comparativas quando se procura assegurar mercados aos produtos altamente eficientes das grandes potências e simultaneamente nelas se volte ao protecionismo mais cru, quando se trata de preservar interesses de suas empresas econômicas que, por serem ineficientes ou tecnologicamente defasadas, não podem competir com as exportações dos países latino-americanos.

o grande tema da política interamericana neste fim de século

Uma nova divisão internacional do trabalho, mais ajustada às realidades do mundo contemporâneo, deve orientar-se no sentido de que as nações altamente desenvolvidas, que dispõem de uma tecnologia complexa e altamente sofisticada, avancem no processo de abrir seus mercados não somente aos produtos primários ou de origem tropical, mas também às manufaturas daqueles países em desenvolvimento que já ingressaram nas etapas iniciais da industrialização. Isso contribuirá para o incremento e o equilíbrio do comércio mundial e afiançará um tipo de relações econômicas mais eqüitativas entre o Norte e o Sul do planeta e concretamente entre o Norte e o Sul do hemisfério ocidental. A natureza dessas relações, e os ajustes que serão necessários introduzir em suas pautas tradicionais no continente americano, constituirão o grande tema da política interamericana no último quarto do século XX.

Tudo parece indicar, pela mesma razão, que o mundo se aproxima de uma alternativa de consequências decisivas para a humanidade: ou se encontram soluções de compromisso que permitam construir um consenso que dê legitimidade à ordem internacional, ou se persiste em manter as antigas desigualdades com o risco evidente de que, em escala mundial, se desatem situações antagônicas que devolvam afualidade à arrogância do poder como instrumento predominante da política exterior.

Face a estas alternativas, a seus perigos e a suas soluções, o Brasil tem um papel destacado a desempenhar, pela merecida influência internacional

de que desfruta, pela inteligência de sua gente, por sua antiga vocação intemacionalista, a grandeza de seus recursos e a magnitude do esforço de seu povo para eliminar gradualmente antigas dependências. A Colômbia se propõe, igualmente, não permanecer à margem de um processo no qual estão em jogo elementos essenciais da civilização,- de uma civilização que tem-se refinado, substituindo o reinado da força pelo império do direito e consagrando a igualdade em vez de consolidar as desigualdades. Assim o estabeleceram os estatutos que regulam toda a ordem jurídica internacional, a cujo espírito e letra a Colômbia se tem esforçado em prestar e tem prestado importantes contribuições.

conflitos raciais podem prejudicar a convivência internacional

No trabalhoso processo de estabelecer a nova ordem internacional, existe uma área crítica que requer experiência e sabedoria no seu tratamento. Refiro-me aos conflitos e às tensões raciais que emergem hoje no mundo e podem perturbar, se exacerbados, a reconstrução da convivência internacional. O Brasil e sua sociedade racialmente pluralista têm uma tradição vivida sobre a natureza desses conflitos e de seu sábio tratamento, que os capacitam a prestar contribuição decisiva nas soluções a que se deve chegar, a fim de evitar perigosas fragmentações nas sociedades contemporâneas.

A propósito, vem-me à memória a histórica sessão do Parlamento brasileiro ocorrida no dia 28 de setembro de 1871. Nela devia ser votado o projeto de lei que libertava os filhos das escravas negras, e, em torno de seu conteúdo, moviam-se poderosos interesses, que o favoreciam ou o repudiavam. As galerias estavam totalmente tomadas por uma multidão que com grande entusiasmo arremessou flores e rosas no recinto, no momento em que se pôde verificar que o voto dos legisladores favorecia a liberdade dos escravos. Terminada a histórica sessão, o Ministro norte-americano — que assistiu à cena — desceu ao recinto, apanhou do chão uma rosa e disse a seus acompanhantes: "Vou enviá-la a meu país, para que vejam lá que aqui se faz com flores o que lá custou tanto sangue."

A Colômbia também aspira a prestar sua contribuição na atenuação das tensões raciais que geram graves conflitos em nossa época, porque não ignora os fatores perturbadores que podem originar-se do não outorgar a essas tensões, no seu devido tempo, a atenção que elas merecem.

Devo acrescentar que julgo igualmente desejável a busca, por nossos dois países, de meios que lhes permitam cooperar — no que for pertinente e oportuno — na pesquisa de soluções para os problemas muito especiais deste Hemisfério, tão próximo a nossos afetos e interesses.

as afinidades de origem ibérica

Descendemos dos povos ibéricos, os quais se estabeleceram nas zonas tropicais e subtropicais de um mundo novo e nele se mesclaram a seus habitantes nativos e a populações transplantadas, em condições muito adversas, de outros continentes.

Acima dos grandes fossos cavados pela geografia, têm existido e existem afinidade espiritual e amizade sem solução de continuidade que nos convidam, a colombianos e brasileiros, a estreitar nossas relações,- a ampliar nosso intercâmbio económico, cultural e científico,- a realizar tarefas comuns no conhecimento e na exploração de nossos recursos naturais e a criar uma infra-estrutura rodoviária e de telecomunicações que faça perdurar esses contatos. E também a sentir idêntica preocupação pelo destino desta nossa América Latina e do Caribe, que buscam, interessados, as raízes de sua autenticidade e cujo desenvolvimento e progressos apresentam problemas e revelam peculiaridades muito próprias, que nem sempre se assemelham ou coincidem com as características de outros continentes ou grupos regionais. Se esta preocupação não pesa suficientemente na política externa dos países latino-americanos, corremos o risco de que um conhecimento truncado do que seja próprio e singular os prive da clareza de ideias indispensável para preservar seus interesses e sua defesa se desvança no conjunto de soluções globais que, por sua excessiva generalidade e por referir-se a situações heterogêneas e a continentes distintos, apenas roçam a superfície de seus problemas autênticos.

É verdade que muitos conflitos do continente americano permanecem latentes no subsolo político do hemisfério, mas isso não autoriza a supor — a nós próprios e aos de fora — que se possam considerar como descartadas as erupções próprias das tensões largamente reprimidas, erupções que parecem ter sido e são a principal justificativa para que se preste atenção esporádica à América Latina e ao Caribe pelas potências sobre as quais recai a responsabilidade de manter a paz e os valores da civilização que, com diferentes graus de aproximação, têm servido de meta à evolução de nossa vida política e institucional.

Provavelmente a visível deterioração dos organismos do sistema interamericano se explica pela carência de tenacidade das nações latino-americanas e do Caribe para insistir sobre os vínculos jurídicos que esse sistema implica para todas as partes contratantes, o qual coincidiu com os momentos em que o Estados Unidos se comprometiam, à margem desses vínculos, em graves conflitos em outras áreas do planeta, conflitos que o conduziram a deixar de ter e de praticar uma autêntica política externa para este Hemisfério.

transformações na América Latina

O processo de gradual desinteresse é de estirpe tão mais duvidosa quanto na América Latina, durante as últimas décadas, ocorreram transformações espetaculares em seu desenvolvimento económico e político, as quais lhe conferem destacadíssima importância como aliada, assim como tem decrescido aparentemente a periculosidade que justificou a atenção que lhe foi dada em outros tempos e que poderia bem reaparecer se nela chegassem a predominar as tendências orientadas a convertê-la em espectador indiferente ou em adversário.

Não é este o momento de descrever os avanços obtidos por todos e por cada um dos países latino-americanos nos últimos tempos.' Este progresso notório torna mais inexplicável e errado o desconhecimento ou a ignorância de seu peso específico real nos assuntos mundiais. **Mas na pre-**

sente oportunidade e nesta Capital, mal poderia omitir uma breve referência ao que representam, como esplêndida realidade, os avanços da Nação brasileira.

O trópico foi a zona geográfica menosprezada pelas civilizações modernas. Julgou-se que sua natureza é desmensurada e angustiada para o homem; que a grandeza de suas magnitudes resulta contristadora para ele e que o meio telúrico exuberante origina compulsões anímicas e materiais difíceis de superar.

uma autêntica civilização tropical

Frente a este grande desafio, o povo brasileiro, — um povo jovial, tenaz, inteligente e imaginativo, — lançou-se à empresa de conquistar o trópico, não com o propósito de arrancar-lhe descuidadamente os recursos, mas de estabelecer-se nele para fundar uma autêntica civilização tropical. Em vez de estabelecer acampamentos transumantes facilmente desmanteláveis, construiu esta esplêndida Capital, em cuja estrutura se combinam a vontade de aproveitar grandes espaços abandonados pelo homem, a tecnologia adequada para esse fim e o refinamento estético. Ela é o núcleo dinâmico do qual parte um sistema radial de vias de penetração, projetadas para consolidar a ocupação humana nas grandes áreas tropicais e para dotá-las de uma logística de serviços, garantia de sua durabilidade.

É uma empresa que admiramos por ser ambiciosa e fecunda, e que nos compraz ainda mais por aproximar geograficamente o Brasil da Colômbia e criar um amplo espectro de possibilidades para a cooperação entre nossos países, em territórios tradicionalmente marginalizados das preocupações habituais dos Governos.

Não ignoro que alguns técnicos e principalmente os entusiastas da ciência da ecologia — provenientes, em sua maioria, de nações que, no passado, devastaram enormes territórios de seus países e de seus domínios coloniais — se preocupam, agora, pelos eventuais efeitos ecológicos derivados da ocupação humana nas zonas selváticas do trópico e distribuem advertências que teriam sido oportunas nas épocas em que as potências imperialistas saquearam continentes inteiros.

Estamos certos, em todo o caso, de que os retos ensinamentos da ecologia terão entre nós a consideração e o acato que merecem, e que a ocupação do trópico americano e o tratamento cuidadoso do equilíbrio ecológico de seus solos apresentarão modalidades bem distintas das que, como exemplos, exibem entusiastas e jornalistas das nações que tardiamente se deram conta dos desastres originados em seus territórios e nos territórios alheios por seus modelos de industrialização e pelo sistemático desperdício dos recursos.

diálogo sobre atualidade e intercâmbio de experiência

Excelentíssimo Senhor Chanceler do Brasil,

Estou consciente de que nada do que disse pode constituir uma novidade para quem representa, como Vossa Excelência, essa refinada seleção humana que prolonga a ilustre tradição da Chancelaria do Itamaraty, que conserva, em meio às mudanças da política no mundo, o espírito e a sabedoria que nela imprimiu um homem por tantos motivos excepcional: Dom José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco. Minha presença em Brasília tem o propósito de abrir um diálogo sobre temas da atualidade e propiciar um intercâmbio freqüente de experiências e pontos de vista, do qual só podem derivar benefícios comuns para dois países — como o Brasil e a Colômbia — que devem ampliar suas relações bilaterais e assumir responsabilidades na órbita do sistema interamericano e no marco da política internacional.

A afável e cordialíssima recepção que me foi preparada no Brasil compromete a gratidão do meu Governo e particularmente de quem foi objeto, como fui eu, das generosas expressões de Vossa Excelência, expressões que me honram e que conservarei como uma lembrança gratíssima de minha presença em Brasília e de minha passagem pela Chancelaria colombiana.

Permita-me Vossa Excelência que brinde pela Nação brasileira, pelo seu Presidente Ernesto Geisel e por Vossa Excelência, a quem o Chanceler da Colômbia dedica merecida admiração e de quem tem o privilégio de ser amigo.

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira,
no Palácio Itamaraty de Brasília,
em 18 de junho de 1976,
ao assinar, com o Ministro
das Relações Exteriores
da Colômbia, Indalecio
Liévano Aguirre, o Acordo

exploração conjunta do carvão gera empreendimentos de vulto

sobre Cooperação Carbonífera e o Convênio sobre Radioamadores. Na mesma ocasião, foram trocados os Instrumentos de Ratificação do Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos e do Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica

Senhor Ministro Liévano Aguirre,

Os atos internacionais que hoje celebramos, sobre cooperação em matéria carbonífera e sobre radioamadores, bem como a troca dos instrumentos de ratificação, que nesta mesma oportunidade efetuamos, relativa ao Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos e ao Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica, constituem mais uma prova eloqüente da firme disposição de que se acham imbuídos nossos Governos de dar cunho operativo aos propósitos de colaboração efetiva e profícua entre o Brasil e a Colômbia, num quadro amplo de integração latino-americana.

Com efeito, o acordo para prospecção e futura exploração conjunta de jazidas carboníferas colombianas prevê empreendimentos de grande envergadura, envolvendo aspectos de vulto nos campos do comércio bilateral, de investimentos e de financiamento. Os benefícios de projeto dessa magnitude, suscetível de atender à crescente demanda brasileira de carvão coqueificável e de dinamizar, ainda mais, o setor mineiro e de exportações da Colômbia, consagram de maneira inequívoca, a atualidade dos princípios de solidariedade económica continental, traduzidos na conjugação de recursos e técnicas, visando à aceleração do processo de crescimento de nossas economias.

Quanto ao Convênio sobre radioamadores, abre ele expressivas possibilidades à maior compreensão e melhor conhecimento entre nossos povos, mediante a colaboração mútua no setor das comunicações radiofônicas de caráter amador. Já os Acordos para Conservação da Flora e da Fauna e para Cooperação Sanitária na Região Amazônica, cujos instrumentos de ratificação trocamos, atingem o amplo campo de intercâmbio para o desenvolvimento da Bacia Amazônica, voltando-se seus objetivos para o estímulo à solução de problemas que envolvem a plena ocupação física daqueles vastos territórios, a exploração integral de suas riquezas e a garantia de adequadas condições de progresso sócio-econômico para suas populações.

A clareza de nossos ideais, a confiança recíproca e a determinação em prol dos objetivos de prosperidade e bem-estar de nossos povos se definem assim. Senhor Ministro, de maneira incisiva, neste conjunto de atos que concluímos com justa satisfação, cõscios de que o espírito que os anima bem reflete o desejo do Brasil e da Colômbia de aperfeiçoar os vínculos de entendimento que tradicionalmente unem os dois países, e que são imperativo histórico de seu destino continental.

Comunicado Conjunto Brasil-Colômbia, . . .py-io
assinado em Brasília, em 18 de junho

de 1976, pelo Chanceler Azeredo
da Silveira e pelo Ministro
das Relações Exteriores da

Colômbia, Indalecio Liévano Aguirre

política em busca de novas áreas de cooperação

A convite do Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, o Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Doutor Indalecio Liévano Aguirre, visitou o Brasil nos dias 17 e 18 de junho de 1976. Durante sua visita, entrevistou-se com Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, com o Senhor Ministro das Relações Exteriores e com outros altos funcionários da Administração Pública brasileira. As conversações versaram sobre assuntos de interesse para os dois países, que aspiram a estreitar suas relações bilaterais, buscar novas áreas de cooperação e estudar, conjuntamente, as matérias que lhes concernem como membro da Comunidade Internacional e do Sistema Interamericano. Essas conversações se desenvolveram em clima de cordialidade e entendimento, que prolonga a tradicional amizade, entre os dois povos, e resultaram, em consequência, altamente produtivas no exame e na busca de soluções para as aspirações comuns.

Os dois Chanceleres reafirmaram sua adesão aos princípios do Direito Internacional que constituem o fundamento das relações entre as nações, em especial àqueles que proclamam a igualdade soberana dos Estados, o respeito à integridade territorial dos Estados, a solução dos conflitos e a não-intervenção nos assuntos internos dos Estados, que consideram fundamentais para a preservação da paz e da segurança internacionais.

Os dois Ministros reafirmaram sua adesão ao princípio da soberania permanente e inalienável

dos Estados sobre seus recursos naturais, para promover seu desenvolvimento econômico e social e o bem-estar de seus povos, sem nenhum obstáculo externo.

Fiéis aos altos ideais de igualdade que nortearam a evolução social de um e outro país, os Chanceleres reiteraram sua repulsa a todas as formas de discriminação racial.

Os dois Chanceleres reconheceram que a Colômbia e o Brasil têm o irrecusável compromisso de estudar a exploração e produção da Bacia Amazônica — vasta região cujos problemas lhes são comuns — e reafirmaram a intenção de seus Governos de empreender as medidas necessárias para integrar a sua população em sistemas mais adequados de produção, investigar as riquezas naturais da região, sua forma mais racional de aproveitamento e avaliar o que ela possa significar para o bem-estar futuro de seus povos.

Realizou-se, entre os dois Chanceleres, uma troca de Notas, mediante a qual se acordou um convênio para a prospecção de jazidas de carvão coqueificável na Colômbia. Esse acordo será implementado, da parte do Brasil, pela Siderurgia Brasileira S/A (Siderbrás), e da Colômbia, pelo Instituto de Investigaciones Geológico-Mineras (Ingeominas). Em um prazo de trinta dias, a partir desta data, será constituída uma Comissão Mista Permanente, com sede em Bogotá, para a execução desse programa, a qual deve terminar, antes de 1978, os estudos de viabilidade econô-

mica, técnica e jurídica da exploração das jazidas de carvão coqueificável na Colômbia. Prevê-se, igualmente, no Acordo, o início de negociações para a constituição de uma sociedade colombiano-brasileira, cujo objetivo será a exploração das jazidas carboníferas que, depois de serem estudadas, forem consideradas como economicamente rentáveis e sobre as quais poder-se-á negociar um convênio entre os dois Estados. Os Governos do Brasil e da Colômbia prevêm, igualmente, a possibilidade de estabelecer-se um comércio compensado de carvão coqueificável da Colômbia e de minério de ferro do Brasil, e, igualmente, julgaram conveniente estudar a possibilidade de explorar conjuntamente o carvão não-coqueificável da Colômbia.

Os dois Chanceleres passaram em revista a conjuntura cafeeiro internacional, examinando os esforços que vêm sendo empreendidos no Brasil para a recuperação das áreas atingidas pelas geadas de 1975. Reconhecendo a importância da estreita colaboração entre os dois maiores produtores mundiais de café, enfatizaram o interesse em que se mantenham as consultas entre as autoridades competentes dos dois países, inclusive no tocante à adoção de uma política mundial de produção, pela qual se evitem os desequilíbrios da oferta observados no passado. Reiterando seu integral apoio ao Acordo Internacional do Café de 1976, manifestaram a confiança de que chegará a bom termo a tarefa de regulamentação ora em curso no seio da Organização Internacional do Café, de modo a que todos os países membros possam cumprir fielmente os compromissos assumidos naquele Convênio.

Reafirmaram, igualmente, seu empenho em coordenar, dentro do possível, suas respectivas posições na Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, com o propósito de obter-se uma convenção justa e equitativa, que harmonize as diversas tendências existentes.

Levando em conta que tanto a Colômbia quanto o Brasil previram a instalação de sistemas próprios de comunicações por satélite para integrar a vida nacional a suas regiões isoladas e melhorar suas comunicações nacionais e internacionais, os dois Chanceleres coincidiram na necessidade

de um contínuo intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os seus Governos nesta área de especial complexidade tecnológica.

Os dois Chanceleres confirmaram seus propósitos integracionistas, expressos em vários acordos e documentos já subscritos pelos dois países, em especial no Acordo Básico de Cooperação Técnica, concluído entre os Governos dos dois países, em dezembro de 1972, e no Acordo Corajllemantar subscrito pelos Senhores Ministros de Estado das Comunicações da República da Colômbia e da República Federativa do Brasil, no dia 12 de maio de 1975, na cidade de Brasília.

No cumprimento destes acordos, os Chanceleres subscreveram um convênio sobre regulamentação dos serviços de radioamadorismo e acordaram continuar estudando outros instrumentos que possam ampliar as áreas de cooperação entre o Brasil e a Colômbia.

Os dois Chanceleres examinaram a conveniência de intensificar os laços de compreensão e amizade entre ambos os povos e, para este fim, consideraram oportuno incrementar programas de assistência técnica no setor do turismo, especialmente com vistas ao pleno desenvolvimento de áreas de interesse turístico comum aos dois países.

Reconhecendo que a extensa fronteira comum entre os dois países vem se desenvolvendo e povoando consideravelmente, os dois Chanceleres acordaram na conveniência de reconstituir-se, com a maior brevidade possível, a Comissão Mista para a inspeção e caracterização da fronteira. As atividades da referida comissão processar-se-ão na forma e nas condições que se estipularem em uma troca de Notas entre as duas Chancelarias. As atividades da Comissão desenvolver-se-ão dentro do tradicional espírito de cooperação e entendimento que, ao longo da história, tem caracterizado os trabalhos de demarcação de fronteira desenvolvidos entre a Colômbia e o Brasil.

Os Chanceleres ressaltaram o especial interesse dos dois Governos em acelerar os estudos referentes à interconexão das redes rodoviárias do Brasil e da Colômbia.

Os dois Chanceleres acordaram em reunir, no presente ano, a Comissão Mista Colombiano-Brasileira, criada em agosto de 1971, para que examine a maneira como são cumpridos os acordos de integração, considere os aspectos das relações entre os dois países que estimulem e facilitem sua mais estreita colaboração e faça recomendações aos Governos sobre as novas áreas de cooperação entre o Brasil e a Colômbia.

Os Ministros acordaram em constituir um grupo misto de trabalho com o objetivo de estudar as possibilidades e condições em que poderia processar-se o abastecimento de energia elétrica à população colombiana de Leticia, desde a cidade brasileira de Tabatinga e, igualmente, ao abastecimento de água potável por parte de Leticia a Tabatinga.

Discursos do Chanceler
Azeredo da Silveira
e do Ministro
dos Transportes
da República Argelina,
Rabah Bitat, por ocasião
da assinatura do Acordo de
Transporte e Navegação Marítima
Brasil-Argélia, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 13 de abril de 1976

acordo de transporte dinamiza comércio com a argélia

chanceler brasileiro

Senhor Ministro,

É para mim motivo de grande satisfação participar, com Vossa Excelência, da cerimônia de assinatura do Acordo sobre Transportes Marítimos concluído, em setembro último, por representantes de nossos dois países.

A importância econômica e o volume do tráfego marítimo existentes entre o Brasil e a Argélia tornaram necessária a negociação de um pacto regulamentador das relações marítimas bilaterais, dentro do espírito da política de reserva de carga, consagrada, por unanimidade, na Conferência Ministerial do Grupo dos 77, em Argel, em 1967. **O pacto, hoje firmado, vem proporcionar às empresas transportadoras dos dois países condições mais favoráveis de participação nas ligações marítimas argelino-brasileiras, sempre de acordo com o objetivo primordial de promover o desenvolvimento da marinha mercante das duas nações.** De fato, a mais auspiciosa de-

corrência do presente documento será, inquestionavelmente, a expansão cada vez maior do comércio entre a Argélia e o Brasil.

pontos de vista coincidentes

São significativas as coincidências de pontos de vista do Brasil e da Argélia no tocante a muitos dos principais problemas que afetam a comunidade internacional. Essas coincidências as encontramos em posições relativas ao comércio internacional, à cooperação econômica, ao direito soberano dos Estados de explorar os recursos naturais de seus territórios, e as encontramos, também, na preocupação com soluções internacionais que preservem a paz, promovam o respeito aos direitos soberanos dos povos e contribuam para uma ordem internacional mais justa.

Tais coincidências certamente facilitam nossos contatos bilaterais e contribuem para sua expansão. **A Argélia é hoje o maior importador de bens e serviços do Brasil no Mundo Árabe e em todo o**

continente africano. Empresas brasileiras participam, hoje, do esforço argelino de desenvolvimento económico. Lembre-se, a este respeito, os contratos firmados com diversas entidades argelinas pela Braspetro e por várias companhias privadas brasileiras de engenharia civil e de consultoria.

Neste contexto, o Governo brasileiro, Senhor Ministro, está consciente da relevância de que se reveste a assinatura do presente documento.

Faço votos, Senhor Ministro, para que o Acordo que ora firmamos assegure crescente êxito comercial às empresas transportadoras do Brasil e da Argélia e possibilite o incremento de nossas relações comerciais e culturais, correspondendo, deste modo, aos objetivos que nos nortearam quando de sua negociação.

ministro argelino

Senhor Ministro das Relações Exteriores,

Senhor Ministro dos Transportes,

Senhoras, Senhores,

É com grande prazer que estou no Brasil, para participar da concretização de uma nova etapa na cooperação argelino-brasileira, cujos resultados já são extremamente satisfatórios. Minha satisfação é ainda maior por ser hoje, no domínio dos transportes, que essa cooperação se estende de maneira especialmente significativa.

O acordo marítimo argelino-brasileiro que acabamos de assinar reveste-se a nossos olhos de uma importância muito especial; inicialmente, por se tratar do primeiro acordo marítimo da Argélia com um país latino-americano, e um dos primeiros acordos que o nosso país assina com um Estado do Terceiro Mundo.

Quis Vossa Excelência, Senhor Ministro, ver, na importância das relações económicas que existem entre a Argélia e o Brasil, mais do que uma coincidência, e sim o resultado de uma vontade

deliberada que existe dos dois lados, que se nutre e tem sua razão de ser na concordância de posições que nossos países adotam em relação a numerosos problemas.

É evidente que a importância e a natureza das relações entre Estados são geralmente explicáveis pelos seus interesses nacionais. Há, talvez, no caso da Argélia — que Vossa Excelência teve oportunidade de conhecer — outras considerações e, sobretudo, uma simpatia que liga nossos dois países e que dá às nossas relações bilaterais uma qualidade especial.

acordo obedece a princípios comuns aos dois países

Afora suas relações bilaterais, a Argélia e o Brasil têm cooperado nas reuniões internacionais, sobretudo nas de caráter económico. Dessa forma, o Acordo que acabamos de assinar é exemplar por mais de uma razão: por ser um dos primeiros do género e também, sobretudo, porque obedece a princípios que nossos dois países defendem vigorosamente.

Trata-se, por um lado, do princípio da reserva da navegação entre os portos dos dois países signatários somente aos navios de bandeira nacional, o que protege nossos interesses e satisfaz nossa preocupação comum de independência em relação às potências marítimas estrangeiras.

Trata-se, por outro lado, do princípio da igualdade de tratamento concedido a nossas duas marinhas mercantes, já que qualquer uma das duas tem o direito de participar em 50% do tráfego marítimo entre os dois países.

Além disso, nosso Acordo Marítimo prevê todo um conjunto de facilidades, que serão concedidas por um país aos navios do outro. Na realidade, mais do que facilidades, trata-se de que cada um dos dois Estados dispense, nos seus portos, aos navios do outro Estado, o mesmo tratamento que dispensaria a seus próprios navios.

Não há dúvida de que a linha regular que esperamos inaugurar proximamente será um meio muito apreciável que colocaremos à disposição

dos operadores comerciais de nossos dois países, para lhes permitir uma melhor organização do desenvolvimento de suas trocas. Desta forma, o comércio exterior entre a Argélia e o Brasil virá a experimentar um aumento sensível.

Paralelamente à conclusão deste Acordo, gostaria de aproveitar a oportunidade para assinalar a existência de vínculos entre minha Pasta e os organismos a ela subordinados com numerosos setores da economia brasileira.

argélia vê no brasil um parceiro de qualidade

Estou convencido de que a Argélia encontra no Brasil um parceiro de qualidade e que nossas relações crescerão dentro do respeito mútuo e da proteção de nossos interesses recíprocos.

Senhor Ministro,

As relações duráveis entre países nem sempre se baseiam em simples questões de aritmética ou de lucros imediatos, mas dependem, em maior escala, de uma visão global dos interesses superiores de cada uma das partes.

Com isso, gostaria, Senhor Ministro, de explicitar o desejo que anima a Argélia na sua vontade de aprofundar a cooperação com o Brasil, da mesma forma que apreciamos, no seu valor exato, a vontade do Governo de Vossa Excelência de consolidar os vínculos que existem entre nossos dois países.

Permita-me, finalmente, Senhor Ministro, agradecer a calorosa acolhida que Vossa Excelência propiciou aos membros da delegação que me acompanha, assim como à minha pessoa, acolhida essa que se inscreve na pura tradição de hospitalidade que caracteriza o Brasil.

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira,
durante as solenidades
comemorativas do Dia
do Diplomata, no Palácio
Itamaraty de Brasília, em 20 de abril de 1976

diplomacia, uma arte do possível

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
General Ernesto Geisel,

Meus colegas diplomatas aprovados no Concurso
de Provas e Concluintes do Curso de Preparação
à Carreira de Diplomata,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Senhor Presidente,

É esta a terceira vez que Vossa Excelência honra
esta Casa com sua presença no Dia do Diplomata.

Em 1974, Vossa Excelência aqui esteve, passadas
poucas semanas da sua alta investidura como
Supremo Mandatário do País. Vossa Excelência
havia, pouco tempo antes, anunciado o seu pro-
grama de Governo, do qual constavam tarefas
precisas afetas ao Itamaraty. Tive a oportuni-
dade, então, de convidar os concluintes da turma
de 1973 a engajarem seus esforços na obra que
Vossa Excelência oferecia à diplomacia brasileira.
A eles alertei, também, para as dificuldades que
iriam encontrar em razão da própria natureza da
atividade diplomática e das circunstâncias obje-
tivas dentro das quais iriam atuar no mundo
contemporâneo. Repito, aqui, algumas daquelas

palavras que permanecem válidas como advertên-
cia aos meus jovens colegas que agora se iniciam
como funcionários diplomáticos: "A tarefa do
diplomata é necessariamente discreta e até
mesmo, muitas vezes, tanto mais eficaz quanto
obscura. Flexível e adaptável, desvia-se ela dos
modelos programáticos que facilitam a contabi-
lidade dos êxitos *tiu* a definição dos sucessos.
Imaginativa e versátil, pode parecer expediente
quando está sendo tática, inconsciente quando
pragmática, fria quando realista. E, por ser
eminentemente política, é, sobretudo, uma arte
do possível"

Ainda nessa ocasião, interpretando as diretrizes
básicas formuladas por Vossa Excelência, apre-
sentei aos novos diplomatas o que já transparecia
como a visão que tinha, do papel do Brasil no
mundo, o Governo de Vossa Excelência. Disse,
então:

"Por suas dimensões, por suas potencialidades,
o Brasil tende a aumentar o peso específico do
sua presença no mundo. Essa presença nunca
será negativa, matizada por antagonismos ou im-
pregnada por preocupações de preponderância.
Não nos movem, tampouco, preconceitos herda-
dos ou impostos. País de um povo generoso, o

Brasil busca a convivência e a cooperação e entendemos a nossa simpatia a todos os que comungam conosco aspirações semelhantes. Zelosos de nossa independência, entendemos e apoiamos aqueles que aspiram manifestar, livres de imposições exógenas, os legítimos anseios nacionais. Abominamos toda sorte de prepotência, mas, mesmo com a brandura que é um dos apanágios históricos do Brasil, estaremos sempre, como no passado, preparados para enfrentá-la firmemente. Tranquilos em nossas fronteiras, negociadas pacificamente com vizinhos que hoje são todos amigos e irmãos, vemos com inquietação a violação territorial contra a vontade dos povos. E acreditamos que os caminhos da paz e do progresso, pela compreensão e pela convivência, são numerosos e acessíveis."

previdentes hoje, eficientes amanhã

Em 1975, quando Vossa Excelência deu à turma de concluintes do ano anterior o privilégio de sua presença nesta Casa, já era possível fazer um balanço de como respondeu o Itamaraty ao desafio lançado pelo Governo para uma ampliada e crescente participação brasileira no cenário internacional. Fomos além disso, porém. Confrontados com a imensidão da tarefa, nos demos conta de que não bastava ao Itamaraty estar apto hoje a cumpri-la, mas importava estar preparado a poder continuar a exercê-la no futuro. **Disse, então, que "para sermos eficientes amanhã temos que ser providentes hoje" e, prometendo equipar o Itamaraty para preparar os Embaixadores do Brasil do ano 2000, assumi, perante Vossa Excelência, o compromisso de apresentar sugestões de reforma do Instituto Rio-Branco que aumentassem a representatividade regional e social dos diplomatas, modernizassem as técnicas de preparação para a Carreira e possibilitassem a reciclagem e o aperfeiçoamento dos funcionários desta Casa.**

Hoje, Senhor Presidente, Vossa Excelência tem diante de si a turma de concluintes de 1975 e os diplomatas aprovados no Concurso de Provas. Na simultaneidade dessa presença há um involuntário simbolismo.

Disse que um dos objetivos que o Itamaraty pretende alcançar no sistema de recrutamento é o de aumentar a representatividade regional e social dos diplomatas. Para esse fim estão contribuindo duas séries de medidas. Uma é a reestruturação da forma de exame para ingresso no Concurso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) e das condições em que se opera o próprio Curso em Brasília. A outra é a projetada regularização do Concurso de Provas para acesso direto à Carreira, pelo menos na fase de crescimento por que passa o Itamaraty.

No caso dos exames para o CPCD, que são o instrumento principal de recrutamento de que dispõe o Instituto Rio-Branco, a prática da realização das provas preliminares em diversos Estados da União tem contribuído para aquele resultado. A exigência de apenas dois anos de qualquer curso universitário permite, também, grande diversificação da preparação de base. **Mas são as mudanças da própria técnica dos exames que pretendem melhorar o recrutamento, com a ênfase colocada na capacidade intelectual e não apenas no inventário de conhecimentos.** No Curso propriamente dito, as mesmas reformas estão sendo introduzidas, de modo a caracterizá-lo como a fase profissionalizante de sua formação de nível universitário. Ao cabo do CPCD, temos formado um agente diplomático de alto nível intelectual e plenamente familiarizado com os deveres profissionais. Ao lado disso, maiores bolsas concedidas aos alunos e facilidades de alojamento, alimentação e transporte, tomam, agora, a frequência ao Instituto acessível a estudantes de qualquer parte do País e de qualquer situação financeira.

Quanto aos Concursos Diretos, pretendem eles permitir o acesso à Carreira a candidatos situados em área de recrutamento distinta da do CPCD: pessoas de maior idade e experiência, portadores de diploma universitário e que tragam para o Itamaraty o benefício da diversidade de sua formação fundamental. Tais pessoas, por já terem, geralmente, situações pessoais e profissionais estabelecidas, não têm condições de cursar o CPCD mesmo com as vantagens fornecidas aos alunos do Instituto, perfeitamente adequadas para as categorias de estudantes. Muitas vocações diplomáticas poderão, dessa forma, ser identificadas e aproveitadas.

De Vossa Excelência, Senhor Presidente, tive, também, o apoio para que pudessem ser instituídos o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata e o Curso de Altos Estudos previstos em lei, mas, até hoje, nunca regulamentados. Graças aos recursos fornecidos pela Secretaria de Planejamento, está o Instituto Rio-Branco habilitado a tomar os passos definitivos para a instalação daqueles cursos em futuro quase imediato.

inovações no instituto rio-branco

Uma importante inovação ocorrida no presente ano é a abertura do Instituto Rio-Branco à presença de bolsistas estrangeiros. Temos, já frequentando o Instituto, bolsistas da África e da América Latina. Estamos certos de que sua presença no Instituto, se a eles poderá servir, muito contribuirá igualmente, para as relações entre o Brasil e seus países de origem.

O Instituto começa este ano, ainda, seus programas de preparação em novas línguas estrangeiras. Mais e mais se diversificam os interesses da nossa diplomacia e a habilitação dos diplomatas em línguas pouco comuns se torna importante

instrumento para a diplomacia bilateral. Tem, pois, grande significado o esforço que o Instituto está procurando desenvolver nesse sentido.

Como vê Vossa Excelência, os últimos doze meses foram férteis em atividades do Itamaraty no que respeita ao Instituto Rio-Branco. Foram feitas reformas, foram introduzidas novas atividades e foram plantadas muitas sementes. É com orgulho que dessas inovações fazemos o inventário.

Meus jovens colegas.

Os Senhores têm o privilégio de ingressar na Carreira Diplomática num momento de excepcional vitalidade da nossa política externa. **Graças à orientação que à diplomacia brasileira vem dando o Presidente Ernesto Geisel, o Brasil emerge de uma relativa indiferenciação internacional para uma posição de primeiro plano no concerto das nações. Essa crescente projeção brasileira se acompanha de uma acentuada responsabilidade para os que somos profissionais da diplomacia. O momento exige de nós capacidade de sacrifício, perspicácia, imaginação, tenacidade e também modéstia. Estas são as qualidades que farão dos Senhores os construtores, no plano das relações internacionais, do Brasil uno, forte e próspero, que é o objetivo de todos nós.**

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira,
no Palácio Itamaraty de Brasília,
em 22 de abril de 1976, por ocasião
da assinatura dos Acordos
Relativos ao Comércio de Têxteis
e Produtos Têxteis de
Algodão e ao Comércio de Têxteis e Produtos
Têxteis de Fibras Artificiais entre
Brasil e Estados Unidos da América.

Pelo lado norte-americano, assinou o Encarregado de Negócios da
Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília, Richard E. Johnson

o primeiro passo para a liberalização do comércio de têxteis com os eua

Senhor Encarregado de Negócios,

Creio poder afirmar que o Acordo ora formalizado pela troca de Notas a que procedemos já reflete, em grande medida, o novo espírito de colaboração que vem marcando as relações entre nossos países.

O Brasil, como Vossa Senhoria tem tido a oportunidade de presenciar, vem realizando um grande esforço de desenvolvimento, com o objetivo de que possamos atingir, em futuro próximo, um estágio de progresso compatível com o nível de vida a que aspira o povo brasileiro.

exportações dinâmicas e diversificadas

Para tanto, um dos principais instrumentos de que temos lançado mão é o de exportações dinâmicas e diversificadas e a afirmação cada vez maior de nossa presença no comércio internacional de manufaturas e semimanufaturas.

O movimento atual não tem sido propício para os países em desenvolvimento, particularmente

para os importadores líquidos de petróleo. Temos sofrido os efeitos da inflação internacional, da diminuição dos recursos financeiros externos disponíveis para o desenvolvimento, do preço acrescido dos bens de capital necessários para a manutenção do processo de industrialização, do espírito protecionista crescente nos mercados dos países desenvolvidos e, como corolário de todos esses fenômenos, de dificuldades de balanço de pagamentos.

Os Estados Unidos continuam, sendo, enquanto país individual, o principal mercado para nossas exportações e o maior fornecedor das mercadorias que importamos. No entanto, a difícil situação internacional a que aludimos tem causado problemas no intercâmbio bilateral entre os dois países, resultando num déficit crescente e substancial em nossa balança comercial. Nossas exportações de manufaturados têm enfrentado dificuldades cada vez mais graves, que podem ser explicadas, em parte, pela diferença entre as condições de um país, como o Brasil, necessitado de maximizar suas oportunidades de exportação, e de outro, as de um país como os Estados Unidos, que enfrentam grandes pressões iprotecionistas internas, em virtude da conjuntura de recessão.

caminhos para uma solução

No entanto, a compreensão da natureza das dificuldades não exime da responsabilidade de procurar enfrentá-las de modo pragmático e de superá-las dentro de um espírito de boa vontade e de cooperação recíproca. E é esse espírito. Senhor Encarregado de Negócios, que, a partir do Memorando de Entendimento, que assinei com o Secretário de Estado Henry Kissinger, começa a render frutos em nossas relações.

O Acordo bilateral de comércio de têxteis de algodão que ora assinamos, enquanto acordo restritivo para as exportações brasileiras, não constitui ainda o ideal que perseguimos, que é o da liberalização completa do comércio de produtos têxteis, que permita aos países em desenvolvimento utilizarem plenamente a vantagem comparativa de que dispõem no caso de indústrias intensivas de mão-de-obra. No entanto, e isto é o que creio importante frisar, considero que esse Acordo já constitui um passo nesse sentido.

Ao decidir se vincular ao Acordo Multifibras, assinado no GATT, o Brasil o fez por considerar que seus termos eram favoráveis à liberalização do comércio e à alocação mais racional, em termos internacionais, da produção têxtil, favorecendo o esforço de industrialização dos países em desenvolvimento.

nova divisão internacional do trabalho

Nosso grande objetivo, que temos afirmado em todos os foros económicos internacionais, é o de obter uma nova divisão internacional do trabalho, que quebre o tradicional padrão de países exportadores de matérias-primas, em oposição a países exportadores de produtos manufaturados e de serviços. Por esse meio, poderemos construir um mundo caracterizado pela verdadeira interdependência — ou seja, por relações horizontais de coordenação e cooperação, e não por relações verticais de subordinação.

Senhor Encarregado de Negócios,

Quando afirmei que considerava o presente Acordo de têxteis entre o Brasil e os Estados Unidos da América como um primeiro passo na direção de nossos objetivos, fi-lo justamente em virtude do espírito de respeito mútuo, cooperação e boa vontade que marcou nossas negociações, permitindo que se vencessem os obstáculos existentes e que se chegasse a um texto que considero justo e satisfatório, nas condições atuais. **Se com o mesmo espírito formos capazes de enfrentar as demais dificuldades que persistem em nosso comércio bilateral, estaremos dando um exemplo de maturidade à comunidade internacional, para o encaminhamento de soluções para o problema crucial da pobreza e dos desníveis entre as nações.**

Discurso
do Chanceler
Azeredo da Silveira, no Palácio
Itamaraty de Brasília,
em 16 de junho de 1976, ao assinar
com o Embaixador norte-americano

maior integração da indústria aeronáutica nacional no mercado externo

no Brasil, John Hugh Cimmins,
o Acordo para Aceitação Recíproca
de Certificados de Aeronavegabilidade Brasil-Estados Unidos

Excelentíssimo Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América,

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Aeronáutica,

Excelentíssimo Senhor Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica,

Excelentíssimos Senhores Oficiais-Generais,

Meus Senhores,

Com grande satisfação, assinei este Acordo com os Estados Unidos da América para Aceitação Recíproca de Certificados de Aeronavegabilidade. Nos termos do Acordo, o organismo homologador de cada Governo signatário reconhecerá, como se por ele próprio expedidos, os certificados de aeronavegabilidade passados pelo organismo equivalente da outra parte. Não há restrições quanto à natureza dos produtos a que a mútua aceitação se aplicará: o Acordo alcança todos os aviões, motores, hélices, equipamentos e componentes fabricados ou que venham a ser fabricados em cada um dos Estados contratantes.

Este instrumento é resultado significativo, ao mesmo tempo que encorajadora comprovação do êxito de um processo de avanço industrial e tecnológico de singular importância para o desenvolvimento nacional. Tendo acompanhado, como acompanhei, com permanente interesse, inclusive em suas prestigiosas repercussões no exterior, a criação e consolidação do parque de fabricação de material aeronáutico no País, sou testemunha entusiástica de seu progresso e dos méritos daqueles que, em tão pouco tempo, lograram implantá-lo e já assegurar-lhe precoce, mas vigorosa, maturidade econômica e técnica. Ao propor ao Governo dos Estados Unidos da América o início das negociações que deram origem ao Acordo hoje firmado, assinalava o ritmo acelerado com que a indústria brasileira pôde desenvolver sua capacidade de projeto e produção. Assinalava, igualmente, o esforço que não se deixou de realizar, paralelamente ao crescimento da indústria, para dotar a autoridade homologadora — o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica — das condições necessárias para o desempenho ótimo de suas funções de verificação e certificação de aeronavegabilidade.

normas do cta são adequadas às exigências norte-americanas

Desde 1974, com efeito, no quadro do bem sucedido projeto de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Organização de Aviação Civil Internacional, o CTA vem cumprindo programas intensivos de aperfeiçoamento de suas técnicas de homologação, bem como de treinamento de recursos humanos, implantação de normas e equipamentos adequados para os ensaios e controles de sua responsabilidade. Em fins daquele ano, e conforme contrato assinado com a **Federal Aviation Administration (FAA)**, o Centro recebeu missão técnica da entidade homologadora norte-americana, cujas sugestões foram de alta utilidade para o aprimoramento e ajustamento das atividades da autoridade homologadora e das normas de homologação brasileira. **Nova missão da FAA, em fevereiro último, e já no quadro das negociações iniciadas com o Governo de Washington, comprovaria a adequação dos modelos normativos, organizacionais e operacionais observados no CTA aos níveis de exigência da indústria aeronáutica dos Estados Unidos, os quais constituem, sabidamente, o grande padrão de referência para a produção de equipamento de voo em todo o mundo ocidental.**

Ao mesmo tempo que decorrência e confirmação de êxitos alcançados, o Acordo hoje concluído justifica a esperança de novos progressos. Facilitará ele a articulação e execução de programas de cooperação industrial e comercial em todas as faixas da produção aeronáutica, tal como o já concertado e em andamento entre a Embraer e um dos principais fabricantes norte-americanos de aeronaves de portes pequeno e médio. Representa, em suma, passo decisivo para maior integração da indústria brasileira no mercado internacional, capaz de gerar benefícios econômicos e tecnológicos de considerável impacto no desenvolvimento de nossas fábricas.

memorando de entendimento inspira-se na compreensão recíproca

Permitam-me, igualmente, salientar a importância deste Acordo no plano de nossas relações com os Estados Unidos da América. As negociações

que o precederam fortalecem a certeza a que me referi, quando da visita do Secretário de Estado norte-americano ao Brasil, em fevereiro, de que entre o Brasil e os Estados Unidos da América "podemos estabelecer, em bases de completa igualdade, um sistema ativo de entendimento, que favoreça a compreensão recíproca e a cooperação possível". É essa a filosofia que inspira o Memorando de Entendimento por mim assinado com o Secretário de Estado, do qual o presente Acordo é ainda um dos muitos resultados já alcançados.

Tanto nos contatos que mantive a respeito, com o Secretário de Estado, em sucessivos encontros, quanto no plano das conversações técnicas entre o CTA e a FAA, as negociações assumiram a feição desejável de diálogo construtivo, franco e de mútuo respeito. O instrumento que hoje firmamos é o primeiro do gênero que os Estados Unidos da América celebram com o Brasil. Esse fato nos conforta e anima, como exemplo de que o acesso a patamares mais elevados de progresso industrial e tecnológico pode perfeitamente contar com a cooperação de países amigos, um exemplo que eleva as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América e pelo qual, creio, temos justos motivos para nos congratularmos. Rogo ao Embaixador John Hugh Crimmins ser intérprete, junto ao Secretário de Estado Henry Kissinger e à direção da FAA, da satisfação do Governo brasileiro pela assinatura deste Acordo, para cuja conclusão tiveram ambas atuações decisivas. E lhe peço, igualmente, aceitar meu reconhecimento por sua tão valiosa participação nas negociações hoje tão felizmente encerradas.

colaboração continuará dando frutos, em proveito dos interesses nacionais

Empenhado no permanente apoio ao desenvolvimento econômico e social do País, o Itamaraty encontrou também motivos de grande satisfação na estreita colaboração que foi possível estabelecer com o Ministério da Aeronáutica e a indústria de material de voo, no curso dos entendimentos de que se originou este instrumento. Estou seguro de que essa colaboração seguirá dan-

do valiosos frutos, para proveito dos interesses nacionais e de cooperação internacional que nos são comuns.

Perdoem-me, o Senhor Ministro da Aeronáutica, oficiais e especialistas, a ousadia de haver falado, em suas presenças, sobre temas de seu melhor domínio; na verdade, apenas quis expressar, também à sua vista, o que meus colaboradores sabem ser objeto de minhas preocupações cotidianas, perfeitamente identificado que me sinto com o grande esforço que realizam.

Muito lhe agradeço, Senhor Ministro e caro amigo Brigadeiro Araripe Macedo, a honrosa presença nesta solenidade, e o felicito, vivamente, pelo que o ato hoje celebrado significa para aqueles que, como Vossa Excelência, e tantos também aqui presentes, partilham o merecido orgulho de haverem contribuído, com sua dedicação, inteligência e eficácia, para que a indústria aeronáutica brasileira tenha existido e, em curto prazo, alcançado o alto desempenho que nos alegramos, todos, de admirar e enaltecer.

Discurso do Embaixador
norte-americano, John Hugh Crimmins,
ao assinar, com o
Chanceler Azeredo da
Silveira, o Acordo

Bilateral de Navegabilidade Aérea Brasil-Estados Unidos, em
solenidade realizada no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de junho de 1976

acordo reflete avanço da tecnologia aeronáutica brasileira

É para mim um motivo de particular satisfação, oficial e pessoal, participar da troca de Notas que constitui o Acordo Bilateral de Navegabilidade Aérea entre o Brasil e os Estados Unidos.

Durante esses últimos meses, os debates, a preparação e a negociação deste Acordo têm-se constituído em importante tarefa e sua conclusão um objetivo primário da Embaixada que tenho a honra de dirigir.

Muitos anos antes que começasse a parecer que este Acordo iria tornar-se realidade, em consequência do progresso técnico e industrial do Brasil, tive a oportunidade de saber da alta qualificação e do potencial do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos. Há quase 20 anos atrás, quando fui responsável por assuntos de aviação civil na Embaixada Americana, no Rio de Janeiro, fiz minha primeira visita a São José dos Campos, cujas instalações e equipamentos estavam em seus estágios iniciais, mas cuja importância futura já era evidente.

Contra esse pano de fundo histórico e parcialmente pessoal, a cerimónia de hoje representa para mim uma forte demonstração da rápida expansão da base tecnológica brasileira.

exemplo de empreendimento cooperativo

Quando o Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, que me entregou a cópia da Nota brasileira que pedia a conclusão deste Acordo, a Embaixada em Brasília recomendou que as autoridades americanas do setor, no Governo dos Estados Unidos, envidassem todos os esforços possíveis para satisfazerem os desejos das autoridades brasileiras. A resposta de Washington à Embaixada foi especialmente gratificante. O Secretário de Estado Kissinger tomou um interesse pessoal pelo Acordo. Gostaria de notar, em particular, a eficiente participação técnica da Administração Federal de Aviação de meu Governo.

A cooperação que a Administração Federal de Aviação deu ao Centro de São José dos Campos foi igualada àquela por nós recebida das autoridades de São José, sob o esplêndido comando do Ministro da Aeronáutica.

Assim, considero este Acordo um extraordinário exemplo de empreendimento totalmente cooperativo entre os Governos de nossos dois países, tão dentro do espírito que anima nosso relacionamento mútuo.

O Acordo abre, é certo, largas oportunidades para a indústria aeronáutica brasileira e, repito, reflete os avanços da indústria, que, baseada na adaptação de tecnologia estrangeira, chegou ao desenvolvimento de uma tecnologia puramente brasileira.

Concluindo, gostaria de repetir, nesta auspiciosa ocasião, que é um privilégio para mim ter participado da preparação deste Acordo e vê-lo agora chegar à sua concretização.

silveira fala dos problemas económicos mundiais

Entrevista do Chanceler
Azeredo da Silveira publicada
na edição de 26 de abril de 1976
do **Jornal do Brasil**, Revista Económica, página 11

Pergunta — **Como vê Vossa Excelência a evolução da conjuntura económica internacional no futuro próximo? Acredita numa recuperação rápida, ou prevê um período de semi-estagnação ainda durante algum tempo?**

Resposta — Há alguns indícios de que a economia norte-americana, que, como se sabe, tem um papel preponderante sobre o conjunto da economia no mundo ocidental, estaria entrando numa fase de recuperação mais firme, em 1976. A taxa de desemprego naquele país já sofreu ligeira melhora e muitos analistas prevêem um crescimento do produto real dos Estados Unidos superior a 5% este ano. Isso teria um efeito estimulante sobre as economias desenvolvidas da Europa e do Japão, que continuam a apresentar índices pouco favoráveis. Baseados nessa possibilidade, a OCDE prevê um crescimento real de 4% para um conjunto de 24 nações industriais do Ocidente. Essa cifra não é espetacular, mas dá margem a um moderado otimismo.

Por outro lado, é preciso ter em mente que os reflexos da recuperação nas economias centrais para os países menos desenvolvidos não se farão sentir imediatamente, uma vez que grande parte de suas exportações consiste de produtos primários, cujo comportamento, sobretudo em matéria de preços, está sujeito a certa rigidez inerente à oferta e à demanda desses produtos.

Pergunta — **Como julga Vossa Excelência que vai evoluir a distribuição de papéis entre as empresas multinacionais e os Governos, no que diz respeito ao controle da atividade económica?**

Resposta — A pergunta é extremamente complexa e uma resposta adequada envolveria uma análise social, económica e política em escala global, para a qual temo não haver dados suficientes. Em termos bastante gerais, é possível dizer que, nos últimos anos, tem crescido a preocupação, sobretudo nos países em desenvolvimento, mas não apenas neles, quanto a um controle adequado das atividades de empresas multinacionais (ou transnacionais, como são freqüentemente chamadas), ao mesmo tempo em que se assiste a uma tendência para o reforço do papel do Estado, nesses países, em certos setores, sobretudo os mais ligados à exploração de recursos naturais. Essa tendência foi acompanhada da preocupação com a regulamentação internacional das atividades das empresas, que se manifesta em vários órgãos de âmbito regional e mundial.

O Brasil, que recebe importante contribuição dessas companhias em termos financeiros e técnicos, não se opõe a esses esforços no sentido de resguardar o interesse de nações, sobretudo menos desenvolvidas, de eventuais consequências adversas de operações desenvolvidas por companhias multinacionais. Assim, uma atitude de

cooperação construtiva tem guiado a ação brasileira em foros multilaterais, sobretudo na Comissão sobre Empresas Transnacionais, criada no âmbito do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, onde se estuda, afualmente, a elaboração de um código de conduta aplicável a tais empresas.

Pergunta — Ultimamente, o Brasil tem demonstrado maior iniciativa no campo da política internacional, adotando linhas de ação diferentes das tradicionais. Como se refletiria essa mesma atitude no campo do relacionamento económico internacional?

Resposta — Embora as preocupações de índole económica não esgotem as motivações do Brasil em procurar alargar os horizontes de sua política externa, elas têm, obviamente, um lugar importante nesse processo. **Assim, o novo tipo de relacionamento que o Brasil vem desenvolvendo com várias áreas do mundo não poderia deixar de ter, a par de seu aspecto político, uma expressão económica. Um exemplo bastante eloquente disto é o Acordo Nuclear que assinamos com a República Federal da Alemanha. Além de representar um instrumento sem precedentes no campo da transferência de tecnologia de um país avançado para uma nação em desenvolvimento, esse Acordo terá implicações comerciais e financeiras de tal vulto que o tornam um documento singular, inclusive deste ponto de vista.** Os entendimentos mantidos em alto nível político com outros países desenvolvidos da Europa e com os Estados Unidos também se refletirão em uma intensificação das relações económicas. Novamente, para ficar adstrito a um exemplo, citaria, como consequência no plano comercial de iniciativas políticas, a reunião, que acaba de se celebrar com resultados bastante positivos em Washington, do Subgrupo de Comércio entre Brasil e Estados Unidos, a qual se insere no quadro de consultas previstas no Memorando de Entendimento que assinei com o Secretário de Estado Henry Kissinger.

A intensificação das relações com países e áreas até aqui pouco exploradas pelo comércio brasileiro, como a África, os países árabes, o Leste Europeu e a China, é testemunho da importância atribuída pela nossa diplomacia aos aspectos económicos e comerciais. Essa intensificação

obedece, aliás, a uma clara diretriz do Governo, expressa inclusive no II PND, de diversificar nosso comércio e de procurar orientá-lo para áreas com as quais o Brasil possa manter razoável grau de equilíbrio nas transações recíprocas.

Pergunta — No caso da África, em particular, como pensa Vossa Excelência que poderão evoluir as relações económicas com o Brasil?

Resposta — O crescimento das nossas relações económicas com a África acompanha de perto o estreitamento das relações políticas.

O valor do intercâmbio de mercadorias, nos dois sentidos, ultrapassou a cifra de um bilhão de dólares em 1974, último ano para o qual se dispõe de estatísticas completas. As cifras relativas ao primeiro semestre de 1975 revelam que a tendência ascendente se manteve e que as previsões para o corrente ano são igualmente favoráveis. Note-se que este substancial acréscimo do comércio, que se caracteriza, ademais, pelo relativo equilíbrio das trocas, não reflete apenas o aumento do custo de alguns dos produtos, como o petróleo, e vem se processando em período de relativa recessão do comércio internacional.

Para esse crescimento, têm contribuído nossa participação em feiras naquele continente e as visitas recíprocas de autoridades governamentais e de missões técnicas e empresariais que se vem realizando em ritmo crescente nos últimos anos. Tais visitas têm propiciado um levantamento adequado de oportunidades comerciais.

Tais cifras, entretanto, estão longe de representar enormes potencialidades do intercâmbio entre o Brasil e continente africano. O fato de que o Brasil, embora partindo de condições geográficas e sócio-econômicas semelhantes, já atingiu maior grau de desenvolvimento, cria enormes possibilidades para cooperação, sobretudo no campo da tecnologia. Com efeito, a nossa tecnologia é mais facilmente adaptável às necessidades dos países africanos do que a mais sofisticada e baseada no uso intensivo de capital, que se origina dos países desenvolvidos. Ainda há poucos dias, o Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministro Reis Velloso, ressaltou, de modo bastante enfático, as

potencialidades do mercado africano, ao referir-se, durante o Seminário patrocinado pelo **Financial Times** no Rio de Janeiro, às dificuldades da hora presente que se levantam nos mercados tradicionais do Brasil.

Pergunta — Na reunião do Grupo dos 77, em Manila, o representante do Brasil enfatizou a necessidade de os países em desenvolvimento unirem esforços para sustentar suas reivindicações junto aos países industrializados. Como seria concretizada essa união? Em torno de que pontos?

Resposta — Os próprios resultados da reunião de Manila já espelham a unidade dos países em desenvolvimento em torno de alguns pontos considerados fundamentais. Na referida reunião, foi aprovada uma declaração de caráter político, em que os países em desenvolvimento reafirmam certas posições de princípio, no que tange aos problemas económicos mundiais, e voltam a enfatizar a importância da criação de uma nova ordem económica internacional. Além disso, adotou-se um programa de ação que compreende diretrizes para negociação com os países desenvolvidos, além de recomendações sobre medidas internas e de cooperação entre os países em desenvolvimento. Entre estas diretrizes, que orientarão a negociação com os desenvolvidos, que terá lugar em Nairobi, durante a IV UNCTAD, estão posições comuns em matéria de sistemas de preferências para manufaturados, de produtos de base, de financiamento e de transferência de tecnologia.

Pergunta — Quais serão os pontos que o Brasil vai sustentar na próxima assembleia geral da UNCTAD, a realizar-se em maio, em Nairobi?

Resposta — Na resposta à pergunta anterior, mencionei alguns dos pontos em torno dos quais os países em desenvolvimento chegaram a um consenso na reunião de Manila. Esses pontos, com algumas nuances novas, decorrentes em parte do novo tipo de relacionamento existente entre um certo número de países em desenvolvimento (os Chamados ACP, da Ásia, do Caribe e do Pacífico) e a Comunidade Europeia, são, basicamente, os mesmos pelos quais o Brasil já vem

se propugnando desde a criação da UNCTAD. É claro que, em alguns deles, já houve uma certa evolução. Um sistema de preferências para manufaturas, por exemplo, foi adotado pelos países desenvolvidos mais importantes, embora com características e limitações que não atendem plenamente aos desejos da maioria dos países em desenvolvimento. Nesse caso, a atuação do Brasil será no sentido de tentar uma melhoria, um aperfeiçoamento desse sistema. Em outros campos, como o da transferência de tecnologia, já se realizaram avanços consideráveis, a nível técnico, e trata-se agora de obter a decisão política de elaborar-se um código de conduta que tenha efeito mandatário. Por outro lado, a UNCTAD, embora careça de capacidade operativa — uma vez que não se trata de um organismo, mas de mera Conferência: das Nações Unidas — serve como foro para a expressão dos reclamos dos países em desenvolvimento com relação a assuntos cujas decisões escapam ao âmbito estrito da Conferência. Assim, o Brasil não deixará de mencionar, em Nairobi, a sua preocupação com as atitudes protecionistas dos países desenvolvidos e com a lentidão do processo das Negociações Comerciais Multilaterais, que se processam no GATT. Finalmente, o Brasil pretende se valer da reunião da UNCTAD para esclarecer e refinar certos conceitos de sua proposta relativa a um Acordo Geral de Comércio Norte-Sul, feita perante a VII Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas. Na verdade, embora não vise a substituir os foros existentes, nem pretenda ser mera consolidação de acordos neles negociados, a proposta brasileira tem por objetivo justamente resolver, dentro de um processo negociador, alguns dos problemas mais sérios, sobretudo na área do comércio, que a UNCTAD tem tratado apenas ao nível declaratório.

Pergunta — Como vê a evolução do diálogo Norte-Sul, entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos? A chamada Nova Ordem Económica deve ser considerada como um objetivo visível, ou é mais uma filosofia, como tantas outras surgidas em conferências internacionais?

Resposta — O diálogo Norte-Sul se processa, atualmente, em vários foros. Já falei sobre a UNCTAD e mencionei, de passagem, as Negociações Co-

merciais Multilaterais, que se realizam no âmbito do GATT, em Genebra. **Nosso interesse nessas negociações é, inicialmente, o de definir regras que possibilitem tornar efetivos os princípios contidos na Declaração de Tóquio sobre tratamento diferenciado e procedimentos especiais para os países em desenvolvimento.** Também, na Conferência sobre Cooperação Económica Internacional — a chamada Conferência de Paris — está criada a oportunidade para a discussão e eventual resolução de problemas imediatos, decorrentes da rápida deterioração dos termos de troca dos países em desenvolvimento (sobretudo os não produtores de petróleo). Questões de mais longo prazo, como acordos internacionais de produtos de base e problemas de acesso a mercados desenvolvidos dos produtos manufaturados dos países em desenvolvimento, podem ter sua solução encaminhada através da Conferência.

Os esforços conduzidos nesses três foros não devem ficar dispersos. No entender do Brasil, eles devem culminar na adoção de procedimentos que permitam a negociação de um Acordo Geral sobre Comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento (Acordo Norte-Sul), que foi objeto da proposta brasileira à VII Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU. O Acordo, como já tive ocasião de acentuar, não seria mais um instrumento abrangente, de valor meramente declaratório. Seu objetivo seria o de fornecer uma matriz jurídico-política precisa para a negociação de concessões recíprocas, mas não equivalentes, entre aqueles dois grupos de países. A ideia central do acordo seria garantir aos países em desenvolvimento condições adequadas de acesso e de preços para seus produtos de exportação dos mercados desenvolvidos. Por outro lado, as nações industrializadas teriam assegurado o suprimento de matérias-primas, em condições de razoável estabilidade de preços. Tratar-se-ia, assim, de levar os países desenvolvidos, através de mecanismos que seriam negociados, a ter um interesse direto na adoção de medidas que os países em desenvolvimento vêm reclamando com insistência há mais de uma década.

A presente crise, durante a qual ficou revelada a fragilidade do arcabouço de regras em que repousam as relações económicas internacionais, in-

clusive para os próprios desenvolvidos, forneceu a ocasião para a busca de soluções concretas, como as contempladas na proposta brasileira. **Tenho a esperança de que todos esses esforços, que se desenvolvem paralelamente e de maneira até certo ponto conjugada, terminem por levar à criação de uma nova ordem económica internacional, fundada em princípios de justiça e equidade.** Esta não seria, portanto, meramente "mais uma filosofia, como tantas outras" mas um objetivo tangível, cuja consecução, contudo, exige de nós constantes e vigorosos esforços.

Pergunta — O Brasil apoia as propostas dos países desenvolvidos para a realização de acordos globais sobre matérias-primas?

Resposta — Não existem, pelo menos oficialmente, "propostas de países desenvolvidos para a realização de acordos globais sobre matérias-primas". Os Estados Unidos, que são os principais importadores desses produtos, são claramente contrários a um tratamento generalizado para os produtos de base, e só demonstraram disposição até agora de negociar sobre quatro deles: café, cacau, estanho e açúcar. A Comunidade Europeia, por seu turno, tem arranjos específicos com os países da África, Caribe e Pacífico, firmados na chamada Convenção de Lomé. Por outro lado, a iniciativa para os acordos existentes ou em negociação partiu sempre dos países em desenvolvimento.

O Brasil tem apoiado a negociação de acordos sobre produtos específicos de seu interesse, como café, cacau e açúcar. Os dois primeiros já estão negociados. O acordo sobre o açúcar deverá sê-lo neste ano ou no próximo. O importante é que esses acordos se caracterizem por contemplar de modo equitativo os interesses em jogo, suprimindo garantias que satisfaçam a ambos os lados. Os acordos do café e do cacau se revestem dessa característica e estamos empenhados em que o mesmo ocorra em relação ao acordo do açúcar. O tratamento integrado dos produtos de base tem sido objeto de discussões na UNCTAD, mas o problema se cerca de grandes dificuldades técnicas e políticas, inclusive devido ao fato de que os países desenvolvidos são, ao mesmo tempo, produtores e grandes consumidores de um elevado número desses produtos.

Pergunta — A possibilidade de adotar medidas retaliatórias diante da atitude protecionista de certos países desenvolvidos (em particular os Estados Unidos) vem sendo levantada freqüentemente por autoridades do Governo brasileiro. Como vê Vossa Excelência o problema?

Resposta — Em vista da tendência manifestada por países desenvolvidos no sentido de adotarem medidas protecionistas e outras restrições que afetam de modo discriminatório algumas das exportações brasileiras, o Governo baixou, no ano passado, medidas legislativas adequadas para a eventualidade de ter de recorrer a ações retaliatórias contra as exportações provenientes desses países. O Decreto 76 084, de 5 de agosto e o Decreto-Lei 1 428, especialmente em seu parágrafo 2.º, fornecem o quadro jurídico para esse recurso extremo. Nosso interesse, entretanto, é evitar que tal ocorra e procurar, através de soluções negociadas, meios que tornem desnecessárias tais represálias. Mesmo porque elas envolveriam certo custo também para o Brasil, na medida em que nos obrigaria a certas adaptações no aparelho produtivo.

Os entendimentos mantidos com o Secretário de Estado dos Estados Unidos da América por várias autoridades do Governo brasileiro, quando de sua recente visita, são de molde a inspirar certo otimismo no que toca a esse país. **Caso, entretanto, os países desenvolvidos permaneçam inflexíveis às nossas justas reivindicações de um tratamento equânime para as exportações brasileiras, o Brasil não terá outro remédio senão reorientar suas compras para aqueles países com os quais mantém saldo na balança comercial ou que se comprometem a adquirir produtos bra-**

sileiros em proporções aproximadamente iguais. É claro que, se isso ocorrer, estará havendo, na prática, uma represália implícita contra os fornecedores tradicionais, ainda que o ânimo de retaliar não esteja presente. A consequência seria um afastamento gradual dos nossos parceiros tradicionais, o que não pode ser um objetivo.

Pergunta — Como vê Vossa Excelência o futuro da ALALC?

Resposta — O futuro da ALALC está assegurado por uma concepção realista da cooperação econômica regional, que ganha, dia a dia, corpo e substância entre os países da América Latina, e se traduz numa série de empreendimentos de cooperação para o desenvolvimento de indiscutível impacto na região. A ALALC, com suas atividades adstritas ao comércio, na base de preferências tarifárias e da cláusula da nação mais favorecida, e aos convênios de pagamentos entre os bancos centrais, para a facilitação desse intercâmbio, é peça indispensável no relacionamento econômico regional. A própria crise internacional, na medida em que fecha mercados tradicionais, vem sublinhar a importância desse acordo entre nações em desenvolvimento, que oferece alternativas para o relacionamento externo das economias latino-americanas.

Aliás, a convicção de que o comércio regulado pela ALALC deve ser preservado está, hoje, tão arraigada em nosso país, que, mesmo nas atuais dificuldades de balanços de pagamentos, os produtos negociados pelo Brasil na ALALC vêm sendo sistematicamente excetados das medidas de restrição às importações tomadas ultimamente pelo Governo.

Discurso do Presidente
angolano, Agostinho Neto,
ao receber, em 25 de maio de 1976,
em Luanda, as credenciais do
primeiro Embaixador brasileiro
na República Popular de
Angola, Rodolpho Godoy
de Souza Dantas; e discurso do Embaixador brasileiro

primeiro embaixador brasileiro em luanda apresenta credenciais

presidente angolano

Senhor Embaixador,

Consideramos extremamente honrosa para o povo angolano a formalização das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola.

Ao acreditar Vossa Excelência como primeiro Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil, junto à República Popular de Angola, exprimimos o nosso desejo de ver desenvolver os laços de uma cooperação multiforme entre os povos brasileiro e angolano, ligados, desde há séculos, por laços de sangue, de cultura e pela própria história. A colonização portuguesa provocou em Angola uma hemorragia demográfica, fornecendo ao Brasil uma força de trabalho escravo, que contribuiu para as atuais afinidades entre os nossos povos, especialmente nos **planos cultural e afetivo**. O fato de haver uma língua oficial comum aos dois países é, também, um elemento que facilitará o contato a vários níveis.

opções políticas diferentes não são obstáculo à cooperação

Seguindo o desejo comum, a nossa cooperação basear-se-á no respeito pela independência e pela soberania de cada um dos Estados; no princípio de não-ingerência nos assuntos internos e numa cooperação com vantagens recíprocas. Não se trata, por isso, apenas de coexistir pacificamente, mas de ultrapassar a passividade e o formalismo, para oferecer, aos nossos povos, reais possibilidades de contacto e de cooperação. As opções políticas diferentes não são um obstáculo à cooperação. Na nossa concepção, a dinâmica na vida dos povos segue determinadas leis. Para nós, a humanidade está a desenvolver-se dentro de um processo evolutivo bem determinado e ao qual todos estamos e estaremos subordinados. Temos de respeitar estas leis que regem a sociedade humana. Por isso, a República Popular de Angola não hesita, nem hesitará em estabelecer ligações positivas com outros povos. E estamos certos de que, entre os povos brasileiro e angolano haverá uma aproximação rápida e frutífera, resultado dos fatores já enuncia-

dos, e, ainda, do interesse comum. Este é, também, o resultado da nossa independência, da luta vitoriosa do nosso povo, da vitória da África sobre o colonialismo. Aliás, os colonialistas portugueses compreenderam, na devida altura, que não seria possível continuar o seu império com fórmulas políticas obsoletas, dentro das quais os nossos países independentes seriam mais uma vez subjugados à vontade de continuar a exploração.

Esperamos, Senhor Embaixador, que no domínio da economia, do comércio, da tecnologia, da cultura, seja satisfeita a aspiração do nosso povo, de cooperar com o povo brasileiro, através dos organismos competentes. Afirmo, em consequência, que Vossa Excelência encontrará em nós a colaboração necessária ao exercício das suas funções como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federativa do Brasil e espero que um desenvolvimento real e plurifacético entre os povos brasileiro e angolano se verifique num futuro breve.

Felicitando-nos por esta formalização de relações diplomáticas, pedimos-lhe, Senhor Embaixador, que transmita à Sua Excelência o Presidente Ernesto Geisel, as nossas melhores saudações e a expressão da nossa simpatia.

embaixador brasileiro

Senhor Presidente,

Tenho a honra de fazer entrega a Vossa Excelência das cartas credenciais com que o Presidente da República Federativa do Brasil formaliza a indicação do meu nome na qualidade de Embaixador junto ao Governo da República Popular de Angola.

O Governo brasileiro não vacilou em reconhecer este novo Estado africano no próprio dia da proclamação de sua independência, o que demonstra sua determinação de estreitar ainda mais os laços de amizade e de cooperação entre os nossos dois países.

O crescente interesse do Brasil na afirmação e no progresso dos Estados africanos, cujo processo de emancipação teve início após o término da Segunda Guerra Mundial, sempre se pautou pelos princípios fundamentais de não-intervenção nos assuntos internos de outros países, da autodeterminação dos povos e do respeito mútuo.

No que tange às relações angolano-brasileiras, meu país muito se orgulha das afinidades que, no curso da história, forjaram, de um lado e de outro do oceano, nações que não temem enfrentar a responsabilidade de moldar livremente seu futuro. Recentes declarações do Chanceler brasileiro, António F. Azeredo da Silveira, bem espelham o sentimento do meu povo: "Com a África nos empenhamos em instaurar o diálogo direto e a solidariedade operativa, que estava no nosso destino em razão das profundas afinidades históricas, étnicas e culturais que temos com os seus povos. Era uma imperdoável herança do colonialismo a distorção que nos isolava dos povos africanos, que deram origem a tão considerável parte de nosso população. Como é ainda sua triste consequência que, às custas de tanto sofrimento, tenham de se construir como Estados os povos recém-libertados."

Senhor Presidente,

Ao passar às suas mãos as cartas que me credenciam, faço-me intérprete do Presidente Ernesto Geisel e do povo brasileiro ao desejar toda a felicidade a Vossa Excelência e ao nobre povo angolano. Posso assegurar que não pouparei esforços para incrementar a colaboração futura entre nossos dois países, que refletirá, estou certo, o mútuo e livre assentimento, bem como a confiança e o respeito recíprocos.

repartição de conhecimentos encurta os caminhos do desenvolvimento

Discurso do Chanceler
Azeredo da Silveira,
no Palácio Itamaraty
de Brasília, em 1.º de junho
de 1976, durante a solenidade
em que foi feita a entrega do
II Programa Nacional de Cooperação Técnica
com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)
ao Diretor Regional para a América Latina desse organismo, Gabriel Valdés

Senhor Diretor Gabriel Valdés,

Reunimo-nos, hoje, o Ministro João Paulo dos Reis Velloso e eu, para passarmos às mãos de Vossa Excelência o II Programa Nacional de Cooperação Técnica. Apresenta características muito singulares este conjunto integrado de 62 projetos, que deverão ser executados em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Como certamente terá percebido Vossa Excelência, não é apenas pela presença de dois Ministros de Estado nesta cerimônia que pretende o Governo brasileiro demonstrar a importância que confere ao novo programa de cooperação técnica. Tal demonstração é ainda mais nítida quando se considera o aumento da contrapartida em cruzeiros às contribuições financeiras esperadas do PNUD. Enquanto no programa anterior a contrapartida nacional era cinco vezes maior do que aquelas contribuições, no programa atual os recursos nacionais envolvidos são quase nove vezes maiores.

o maior programa preparado pelo Brasil

O Governo brasileiro não põe em dúvida, pois, a capacidade germinativa das aplicações do PNUD; não hesita em cometer-se a um programa de cooperação técnica, que, ao longo de cinco anos, implicará em dispêndios em cruzeiros equivalentes a mais de US\$ 250 milhões. É este o maior programa já preparado pelo Brasil e talvez seja este o maior programa já submetido, até agora, à apreciação do PNUD.

O Brasil, Senhor Diretor, vem dando ênfase crescente à criação de estruturas que lhe permitam gerar tecnologia própria, no entendimento de que, nesse campo, talvez resida um dos obstáculos mais difíceis de transpor antes de chegar-se ao desenvolvimento autônomo. Esse esforço não exclui, mas, ao contrário, pressupõe a cooperação internacional para a transferência e para a adaptação de tecnologia estrangeira, como estágio preliminar da geração de tecnologia nacional.

É de assinalar, nesse sentido, o alcance do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aprovado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, no dia 31 de março passado, que prevê, para os três anos próximos, investimentos nesse setor superiores a Cr\$ 22 bilhões. **Esse plano, que põe em relevo a criação de novas tecnologias, não descarta a cooperação internacional, especialmente no que concerne ao seu papel catalisador.** É esse papel que se pode identificar no conjunto integrado de projetos que, hoje, através de Vossa Excelência, encaminhamos ao PNUD.

difusão de conhecimentos e ativação da criatividade nacional

Notará Vossa Excelência, Senhor Diretor, que quase 80% das despesas planejadas neste Programa destinam-se a projetos de caráter científico e tecnológico, que, em última instância, implicam na difusão de conhecimentos e na ativação da criatividade nacional. **Nesse contexto, é possível e desejável que os frutos das contribuições do PNUD e das aplicações correlatas de recursos nacionais permitam reduzir os gastos em divisas, crescentemente onerosos, a título de prestação de assistência técnica e de compra de tecnologia estrangeira.**

Mas, como bem sabe Vossa Excelência, não se esgotará no Brasil a transferência de tecnologia que possibilitará este conjunto de 62 projetos. **Nosso país não se tem eximido de responsabili-**

dades de cooperação técnica com outros países. Aos programas tradicionais que temos mantido com muitos países latino-americanos, somam-se, agora, novos programas com países africanos, aos quais procuraremos servir em toda a extensão das nossas disponibilidades.

Estou plenamente convencido, Senhor Diretor, de que é nessa prática solidária de repartição de conhecimentos científicos e tecnológicos que se encontra um dos atalhos para encurtar os caminhos para o desenvolvimento.

Tenho acompanhado, com particular satisfação, os trabalhos desenvolvidos sob os auspícios do PNUD para acelerar e ampliar a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Rogo transmitir ao Senhor Bradford Morse — cuja visita é esperada no Brasil ainda no corrente ano — o apoio do Governo brasileiro para que concentre esforços nessa área. Buscaremos, com o mesmo objetivo, participar da Conferência Internacional de Buenos Aires, no próximo ano.

Felizmente, para o sucesso da nova atividade, temos contado com o apoio de Vossa Excelência, à frente do Escritório Regional para a América Latina. Igualmente, dispomos da inestimável ajuda do Embaixador Ramirez Boettner, para que os projetos constantes do II Plano Nacional de Assistência Técnica sejam executados com o mesmo êxito do Plano a concluir-se neste exercício.

A ambos quero agradecer, neste momento tão significativo para as relações entre o Brasil e o PNUD.

O Sesquicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá foi comemorado pelo Brasil, no dia 21 de junho de 1976, com uma sessão solene no Itamaraty, que contou com a presença do Presidente da República, Ernesto Geisel. Na solenidade, falaram o Ministro de Estado das Relações Exteriores, António F. Azeredo da Silveira, e o Embaixador e historiador Álvaro Teixeira Soares

sesquicentenário do congresso anfictiônico é comemorado no itamaraty

azeredo da silveira

Senhor Presidente da República,

Permita-me Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, que me desincumba do alto e honroso encargo que me conferiu para dar por inaugurada esta sessão solene comemorativa do Sesquicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá, lendo as palavras com que Vossa Excelência houve por bem apresentar a plaquete que, sobre essas comemorações, está sendo hoje publicada:

"O Brasil não poderia estar ausente das comemorações com que toda a América celebra o Sesquicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá, realizado em 1826.

Os ideais de fraternidade e colaboração, então apresentados, desenvolveram-se de maneira extraordinária e constituem hoje o mais valioso património do continente.

O Governo brasileiro, ao unir-se às homenagens que ora se prestam à figura de Simon Bolívar e a seu ideário pan-americano, e conhecendo o desejo dos Governos dos países bolivarianos, decidiu depositar, junto ao Governo da República do Panamá, no monumento que, para tal fim, será erigido naquele país, os únicos originais existentes das Atas daquele Congresso, conservados no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores."

A fim de concretizar essa decisão. Sua Excelência o Senhor Presidente da República após à Exposição de Motivos n.º 163, de 16 do corrente, que sobre o assunto, tive a honra de submeter-lhe, o seguinte despacho:

"De acordo. Em 21 de junho de 1976.

(Assinado) **Ernesto Geisel.**"

Tem a palavra o orador oficial desta cerimónia, meu colega e amigo, Embaixador Álvaro Teixeira Soares.

álvaro teixeira soares

No tratado que Bolívar celebrou com o Peru, em 6 de julho de 1822, no seu Artigo 3.º já se falava numa Assembleia Geral dos Estados Americanos; e no Artigo 4.º se encontrava em poucas linhas, o traçado do grande plano.

"Siendo el Istmo de Panamá una parte integrante de Colômbia y el más adecuado para aquella augusta reunión, esta República se compromete gustosamente a prestar a los Plenipotenciários que compongan la Asamblea todos los auxilios que demanda la hospitalidad entre pueblos hermanos y el caracter sagrado e inviolable de sus personas."

Contudo, o plano de Bolívar não encontrou receptividade absoluta. Assim, Buenos Aires enxergou inconvenientes nesse plano, e o disse claramente a Bolívar "Hemos demostrado que la idea de establecer un autoridad suprema o sublime, que regle los negocios más importantes entre los Estados del Nuevo Mundo, es, bajo todos aspectos, peligroso, y no sería extraño que Negara a ser el gérmen de guerras destructoras entre pueblos que tanto necessitan del sosiego de la paz."

convite para formar uma confederação

A notável campanha militar de 1824 proporcionou a Bolívar a emancipação do Alto e do Baixo Peru e o colapso dos espanhóis da América do Sul. Em 7 de setembro de 1824, Bolívar entrou em Lima como absoluto triunfador. Foi de Lima que Bolívar, como Libertador da Colômbia e Encarregado do Mando Supremo do Peru, passou circular aos Governos das Repúblicas Americanas, em 7 de dezembro de 1824. Nessa circular, após haver-se referido aos quinze anos de sacrifícios consagrados à causa da liberdade da América, ele afirmou haver, em 1822, convidado, como Presidente da Colômbia, os Governos do México, Peru, Chile e Buenos Aires para que formassem uma confederação e se reunissem no Istmo do Panamá ou alhures. Bolívar demonstrava especial apreço geopolítico pelo Istmo, porque em 1815, na famosa **Carta a um Cavalheiro**

da Jamaica, ele já havia afirmado: "Esta porção magnífica da América, situada entre os dois oceanos, será, no futuro, o empório do universo. Seus canais encurtarão as distâncias do mundo e fortalecerão os laços comerciais da Europa, América e Ásia." Recorde-se que Francisco de Miranda, o grande patriota venezuelano, propusera a Pitt, Primeiro-Ministro da Inglaterra, em 22 de dezembro de 1797, a abertura de um canal através do Istmo do Panamá à navegação mundial.

Nessa circular, Bolívar afirmou: "El dia que nuestros Plenipotenciários hagan el canje de sus poderes, se fijará en la historia diplomática de America una época imortal. Cuando después de cien siglos. la posteridad busque el origen de nuestro Derecho Publico, y recuerde los pactos que consolidaron su destino, registrará con respeto los protocolos del Istmo. En ellos se encontrará el plan de las primeras alianzas, que trazarán la marcha de nuestras relaciones con el Universo. Que será entonces el Istmo de Corinto, comparado con el de Panamá?"

o libertador anteviu as linhas de uma nova sociedade americana

Descortinavam-se aos olhos do Libertador, em portentosa antevisão, os lineamentos de uma nova sociedade americana. O ideal da continentalidade teria de ser pragmático, ademais de condensador de energias novas ao serviço dos propósitos de uma ação profundamente humana e democrática. O aperfeiçoamento político e social dessa nova sociedade seria o fito definitivo a fazer pensar naquele conceito de Goethe: "Je besser wir sind, desto besser werden die Menschen um uns her."

Pelo ofício n.º 63, de 18 de junho de 1825, Gameiro Pessoa, Ministro do Império em Londres, comunicou, por cópia a Carvalho e Melo, Ministro dos Negócios Estrangeiros, a nota recebida de Manuel José Hurtado, Ministro da Colômbia na Capital inglesa, pela qual seu Governo manifestava o vivo desejo de que o Imperador mandasse plenipotenciários ao Congresso a reunir-se no Istmo do Panamá (Ver "Arquivo Diplomático da Independência", vol. II, tomo II, página

278). A 30 de outubro, Gameiro Pessoa comunicou ao Ministro Hurtado que o Imperador aceitara o convite do Governo da Colômbia para fazer-se representar no Congresso do Panamá.

É muito curioso que Hurtado, em conferência que mantivera com George Canning, em 7 de novembro de 1825, e durante a qual lhe comunicara a adesão do Brasil ao Congresso, houvesse consignado em sua correspondência oficial: "Canning me dijo que la Gran Bretaña había hecho uso de todo su influjo con el Emperador, para decidirle a este paso" (Ver "El Congreso de Panamá en 1826", de Fabián Velarde e Felipe J. Escobar, obra publicada no Panamá, sem data, página 52).

uma aliança ofensiva e defensiva com a Inglaterra

A Inglaterra fora convidada a participar das deliberações da Assembleia por Santander, Vice-Presidente da Colômbia. A justificativa desse convite foi a seguinte: "Como a la Gran Bretaña, situada, en cierto modo por la naturaleza de su poder y de su política, entre el Antiguo y el Nuevo Continente, interesa acaso más que a ninguna otra potencia el mantenimiento del equilibrio entre uno y otro..." Logo a seguir, Santander (conforme informaram Velarde e Escobar) deu instruções ao representante diplomático da Colômbia em Londres para propor ao Governo britânico uma aliança ofensiva e defensiva entre a Confederação americana que iria surgir e a Inglaterra. Por nota circular de 5 de novembro de 1825, Santander passou o assunto ao conhecimento dos Estados americanos, propondo alguns acréscimos, de pouca monta aliás, à circular anterior.

É sabido que Bolívar, como Libertador, fora eleito Presidente vitalício da Colômbia e do Peru; mas, dedicado às suas companhias militares, delegara poderes aos Vice-Presidentes Santander e Sucre.

Raul Porras Barrenechea, em sua obra "El Congreso de Panamá" (Lima, 1930), dá a respeito a seguinte versão: "Bolívar era, desde antiguo, partidário de una alianza o protección de la Gran

Bretaña a los pueblos americanos. Inspirándose en sus ideas, Colômbia invitó a la Gran Bretaña a asistir al Congreso de Panamá. Esta invitación, aunque fuera luego criticada por el propio Bolívar, creía este que, en el caso de ser aceptada, daría gran relieve al Congreso de Panamá e incitaría a entrar en la liga a los países remisos. Se quejaba Bolívar de que la invitación se hubiera hecho pública porque quería preparar, como un gran golpe teatral, la inesperada Negada de los delegados ingleses a Panamá" (*Ibidem*, páginas XLVII e XLVIII).

A Inglaterra nomeou seu representante ao Congresso do Panamá a Edward James Dawkins. Porras Barrenechea definiu-o como uma "espécie de rígido e solene convidado de pedra, que não abriu a boca oficialmente para nenhum assunto". Contudo, teve instruções para impedir a formação de uma liga americana sob a égide dos Estados Unidos.

ela não aceitavam o caráter legislativo

Henry Clay, o famoso Secretário de Estado do Presidente John Quincy Adams, **champion of Latin-American independence**, como o definiu o historiador Samuel Flagg Bemis, em suas instruções de maio de 1826 aos delegados norte-americanos Richard C. Anderson, Ministro em Bogotá, e J. Sergeant, sublinhou que os Estados Unidos não aceitavam o caráter legislativo internacional do Congresso do Panamá; e que toda ideia de Conselho Anfictiônico deveria ser repelida, como informou Porras Barrenechea.

Talvez o Congresso do Panamá houvesse assumido outro caráter, se os Estados Unidos tivessem participado dos seus trabalhos. O Ministro Anderson morreu em Cartagena, quando se dirigia ao Panamá; e Sergeant chegou ao Panamá depois do encerramento do Congresso.

Em 11 de fevereiro de 1826, o Comendador Teodoro José Biancardi, português de nascimento mas brasileiro de adoção, que foi Oficial-Maior da Secretaria dos Negócios do Império, bem como da Câmara dos Deputados, autor de umas "Cartas Americanas", publicadas em Lisboa em 1809, foi nomeado Plenipotenciário ao Congres-

so do Panamá, como tivemos ensejo de verificar pelo códice do Arquivo Histórico do Itamaraty, **Minutas** à Legação do Império em Londres (minuta n.º 121, de 11 de fevereiro de 1826). E também verificamos, pela pasta de **Despachos** à Legação em Bogotá, que nas instruções passadas a José Alexandre Carneiro Leão (Visconde de São Salvador de Campos), nomeado em 13 de setembro de 1826 Ministro do Brasil na Colômbia, se lê no seu parágrafo 5.º o seguinte: "Não deverão também merecer a V. Excia. menos cuidados os passos que tem dado esse Governo relativamente ao Congresso do Panamá a fim de explicar as disposições que ele tenha tomado a tal respeito e se será necessária a nossa cooperação para as suas decisões." Biancardi partiu, chegou a São Salvador e aí adoeceu. De maneira que os países remissos ao Congresso do Panamá, por este ou aquele motivo, foram o Chile, as Províncias Unidas do Rio da Prata, o Brasil e os Estados Unidos. Acrescente-se que o Rei dos Países Baixos nomeou um representante, o Coronel Van Veer, que, pelo fato de não haver apresentado credenciais, foi tratado como mero observador.

em 1826, bolívar inaugura o congresso

O Congresso do Panamá foi solenemente inaugurado por Bolívar em 22 de junho de 1826. A Colômbia fez-se representar por Pedro Gual, Ministro das Relações Exteriores, e pelo General Pedro Briceño Méndez. O Peru, por Manuel Lorenzo Vidaurre, Presidente da Suprema Corte de Justiça, e Manuel Pérez de Tudela, membro da mesma Suprema Corte. O México, pelo General José de Michelena e pelo magistrado José Domínguez. A Centro América, por Antônio Larrazábal e Pedro Molina.

O Congresso realizou dez sessões, de 22 de junho a 15 de julho. Do Congresso, resultou o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua, documento de 31 artigos e um artigo adicional. Esse Tratado só foi ratificado pela Colômbia. Também resultou do Congresso a Convenção de Contingentes entre as Repúblicas da Colômbia, Centro América e Estados Unidos Mexicanos, baseada no Artigo 3.º do Tratado dantes mencionado (Octávio Méndez Pereira, em sua obra **Bolívar y las Rela-**

ções interamericanas, publicada no Panamá em 1960, deu o texto integral desse Tratado, que hoje não é fácil de se encontrar).

Qual teria sido o motivo do posterior alheamento do Brasil ao Congresso do Panamá? Acreditamos que motivo relevante tenha sido o prosseguimento do estado de guerra entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Esse estado de guerra tivera início em 10 de dezembro de 1825. O historiador e diplomata peruano Porras Barrenechea, em sua obra já citada, assinou que o estadista peruano José María Pando, em nota ao colombiano Armero, entendia que a Assembleia do Istmo deveria exercer, entre os beligerantes, o "honroso papel de mediador" (**Ibidem**, às páginas XXVIII).

Outro motivo, talvez importante para o Brasil, teria sido o que Lord Ponsonby dissera ao Visconde de Inhambupe, em nota de 4 de junho de 1826, e que se resumia no seguinte: a questão da Cisplatina seria discutida no Congresso, a despeito do Brasil. A seu turno, Canning, com sua extraordinária perspicácia de haver valorizado o Novo Mundo, queria evitar a todo o transe que Cuba e Porto Rico fossem ocupados ou pelos Estados Unidos ou pela França. E, de longe, Canning não deixava de manifestar suas simpatias pelo andamento do Congresso do Panamá.

foram poucos os resultados

Certa vez, Herman Melville, o extraordinário escritor, em carta a Nathaniel Hawthorne, escreveu: "Failure is the true test of greatness". Foi exatamente o que ocorreu com o Congresso do Panamá, quando hoje temos a nosso favor a longa perspectiva da História. Por que motivo fracassou o Congresso? O Congresso lançou sementes? O Congresso representou uma contra-manobra à Doutrina de Monroe, ou tentou ser essa contra-manobra? O Congresso foi um desafio à filosofia da Santa Aliança legitimista e ultramontana? O Congresso chegou cedo demais? Indagações que repontam na análise desse assunto fascinante. Mas, desde logo, como um clarão genial, manifesta-se o ideal da continentalidade bolivariana, com tendência à criação de um Direito Público próprio.

Ao lançar o plano do Congresso do Panamá, o Libertador sonda o futuro e teme o flagelo das discórdias e da desunião. É preciso que a América Latina seja coesa, orgânica, vigilante. Por isso, o Congresso do Panamá procurou lançar os alicerces de um pensamento político ativo, que só surgiria, talvez timidamente, em 1889, com a Primeira Conferência Internacional Americana, de Washington, lançada pelo Secretário de Estado Blaine. O ideal da paz perpétua, baseado num Direito Público pragmático e evolutivo, foi um dos norteios de Bolívar. O escritor norte-americano Graham H. Stuart afirmou: "Looking back, we are compelled to admire the sheer audacity of Bolívar in attempting to give the States of the western Hemisphere an international law for their mutual relations almost simultaneously with the establishment of their internal governmental organizations."

O Professor Eugène Mac Cormac afirmou que "os resultados do Congresso foram poucos, mas teriam sido diferentes se os Estados Unidos hou-

vessem comparecido e tivessem assumido papel preponderante". Se os Estados Unidos houvessem comparecido, teriam por certo dado seu valioso apoio fático ao Congresso do Panamá; e os resultados do Congresso teriam sido outros. "Chamei um novo mundo à existência para servir de contrapeso ao antigo!", exclamara Canning, num arroubo profético, em 12 de dezembro de 1826, na Câmara dos Comuns. Igual, ou talvez maior que Canning, foi aquele que, pela espada e pela palavra, pelo impressionante magnetismo pessoal, pela audácia das concepções políticas traçadas antes e depois de grandes batalhas, comandou soldados, aventureiros, marujos, mercenários estrangeiros, juristas, engenheiros, colonizadores, que ativamente participaram da construção dessa soma gigantesca de realizações que é a nossa América. A grandeza do Congresso do Panamá é tão flagrantemente atual que temos a sensação de estarmos sendo concitados, pela presença anímica do Libertador entre nós, a pensarmos todos numa América coesa, orgânica, vigilante.

alguns aspectos da política

Entrevista do Ministro de Estado
das Relações Exteriores, Antônio F. Azeredo
da Silveira, a jornalistas da Associação
de Imprensa de Hamburgo, em abril de 1976

exterior do brasil

1) Qual a posição do Brasil no Terceiro Mundo?

Resposta — A constante mutação da realidade contemporânea nos obriga a atualizar permanentemente os conceitos que usamos para analisá-la. É discutível a validade de afirmações que se baseiam na divisão do mundo em compartimentos mais ou menos estanques ou que supõem que um país pertença exclusivamente a uma única comunidade de nações. O Brasil que, por sua fidelidade aos valores humanísticos, se filia ao chamado mundo ocidental, integra também outros agrupamentos de nações com os quais tem afinidades específicas. Repartimos com as nações em desenvolvimento as mesmas aspirações por uma melhoria, absoluta e relativa, dos padrões de vida bem como o desejo de ver reformadas as estruturas atuais da distribuição da riqueza e do poder mundiais. Isso nos leva a ter uma participação ativa em todas as questões que interessam as nações em desenvolvimento, e a prestar-lhes a solidariedade necessária. Este comportamento não exclui, é claro, um relacionamento cordial e proveitoso com os países industrializados.

2) Qual a posição do Brasil no jogo de forças Estados Unidos-Comunidade Europeia?

Resposta — O Brasil mantém as melhores relações tanto com os Estados Unidos quanto com as

nações que integram a Comunidade Europeia. Recentemente, assinamos com alguns desses países importantes atos que evidenciam nosso desejo de desenvolver com eles uma cooperação intensa e mutuamente vantajosa. Em suas relações com outros países, o Brasil não procura acentuar eventuais divisões nem pretende — o que parece implícito na pergunta — servir de peão num "jogo de força" entre terceiros. Pretende apenas utilizar ao máximo as oportunidades que se abrem para um intercâmbio diversificado que atenda aos seus interesses. Conforme assinali há poucos dias no Seminário patrocinado pelo **Financial Times**, no Rio de Janeiro, a política externa brasileira se projeta em vetores que não são mutuamente excludentes ou conflitantes. A Europa e os Estados Unidos são vetores igualmente importantes. O que ocorre é que somente há pouco aumentaram-se de forma notória as possibilidades de cooperação com a Europa. O acordo de cooperação em matéria nuclear com a República Federal da Alemanha é um exemplo da importância que essa cooperação pode ter para ambas as partes.

3) Quais os resultados da visita do Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger ao Brasil?

Resposta — A visita do Secretário de Estado norte-americano ao Brasil permitiu que se desse

uma forma precisa a contatos que até aqui se vinham processando de modo não sistemático. O Memorando de Entendimento que assinei juntamente com o Secretário J(issinger representa o reconhecimento do grau de maturidade a que chegaram as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, o que por sua vez reflete o nível de autonomia e responsabilidade alcançado pela nossa política externa. O Memorando abre, por outro lado, perspectivas para uma intensificação dos contatos entre as autoridades dos dois países, em vários níveis. Nesse quadro se insere a já anunciada visita do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, aos Estados Unidos, para discutir temas relacionados com a intensificação da cooperação brasileiro-americana no campo energético. Por outro lado, a realização, nestes dias, em Washington, de reunião do subgrupo de comércio entre os dois países, já se insere no espírito das consultas previstas no Memorando. Embora planejada anteriormente, esta reunião ganhou maior substância e teve sua realização acelerada em virtude dos entendimentos mantidos por ocasião da visita do Secretário de Estado. No plano político, a realização de reuniões semestrais a nível de Chanceler permitirá uma visão mais clara das posições de cada país. Esse exercício ganha em importância, quando se tem em vista que, embora pertencendo ambos à comunidade ocidental e à interamericana, os dois países não têm necessariamente interesses ou pontos de vista coincidentes sobre todas as questões internacionais.

4) Quantos anos o Brasil precisará para chegar à independência completa no setor nuclear? Vinte anos ou mais?

Resposta — A decisão do Governo brasileiro de lançar-se num programa de construção de centrais nucleares em larga escala, com o objetivo de suprir com essa fonte 10 milhões de kws dos 70 milhões que deveremos estar consumindo em 1990 demonstra claramente a preocupação do Brasil em desenvolver este ramo vital da indústria moderna. O Acordo negociado com a República Federal da Alemanha é uma peça importante desse esforço. É sabido que justamente uma das principais razões de termos dado preferência à RFA para a cooperação nuclear se deve ao fato de que esse país nos ofereceu a possibilidade de um acordo abrangente, que cobrisse todas as fases da produção de energia atômica e inclusive a

transferência progressiva dos conhecimentos tecnológicos pertinentes, bem como a utilização em escala crescente de recursos humanos e de capital brasileiros.

A execução do Acordo terá como efeito prático imediato a elevação da demanda por técnicos e cientistas nacionais e estimulará a pesquisa em campos conexos ao da energia nuclear. A preocupação com a progressiva autonomia do Brasil nesse setor está pois presente nos planos do Governo e se expressa nos próprios termos do Acordo. O que não me parece ser um exercício útil, entretanto, seria a tentativa de fixar prazos rígidos para uma tarefa de tal magnitude, que envolve variáveis tão complexas como o próprio desenvolvimento científico e tecnológico do País.

5) Não alinhamento do Brasil?

Resposta — Tenho afirmado várias vezes, reiterando uma orientação do próprio Presidente da República, que a política externa do Brasil não se deixa constranger por conceitos apriorísticos ou por alinhamentos automáticos. As expressões "não alinhamento" e "não alinhado", entretanto, têm uma conotação negativa, oriunda da guerra fria, ligada ao universo conceitual de blocos estanques, que não corresponde com precisão à realidade contemporânea. Melhor que esse conceito negativo seria definir a política brasileira como multidimensional, conceito que expressa de modo mais adequado o fato de que ela se projeta em vetores com várias direções, que têm como denominador comum o interesse nacional do Brasil.

6) Ou aproximação com a OTAN?

Resposta — Já expressei, em resposta à primeira pergunta, que o Brasil se sente parte integrante da comunidade das nações ocidentais. Por isso mesmo, mantemos intensas relações de cooperação com esses países, como ilustram nossos contatos com a Europa e os Estados Unidos. Devo frisar, entretanto, que o conceito de Ocidente para nós é muito mais o de um conjunto de valores filosóficos e éticos, que têm no humanismo o seu ponto central, do que uma ideia puramente geográfica ou política, no sentido estrito. Muito menos se confunde ele com alianças militares

criadas para enfrentar situações específicas. O Brasil já participa hoje de um sistema bem definido de segurança coletiva dentro do continente americano, fornecido pelo TIAR, o qual por sua vez se inscreve no sistema mais amplo das Nações Unidas. No momento estes esquemas parecem suficientes do ponto de vista da segurança nacional e não haveria razão para procurarmos associar-nos a outros sistemas defensivos.

7) Existe uma supremacia do Brasil na América Latina?

Resposta — O Brasil, que lutou contra o colonialismo político muito cedo na sua história e que tem uma crônica de esforço incessante pela independência econômica, não poderia ele próprio pautar sua atuação internacional por normas que condena em outras nações. Nosso relacionamento com a América Latina é baseado num sentimento de fundamental solidariedade que nos liga a países que, a par de afinidades históricas e geográficas, repartem conosco condições similares de desenvolvimento econômico e têm aspirações semelhantes quanto à reestruturação da ordem internacional. Esse espírito de fraternidade, reforçado ao longo dos anos, tem presidido às nossas ações com relação à América Latina, quer no plano da cooperação bilateral, quer no terreno multilateral. Neste último, pode-se destacar, como exem-

plo do nosso desejo de cooperar com as demais **nações do continente, o apoio dado pelo Brasil à criação do SELA**, organismo sub-regional destinado a coordenar esforços dos países latino-americanos, sobretudo no terreno econômico.

8) Está morta a teoria dos Estados ABC (Argentina, Brasil e Chile)?

Resposta — O tipo de relações que mantemos com nossos vizinhos latino-americanos (aí compreendidos mesmo os países com os quais não temos fronteiras) e que esbocei na resposta à pergunta anterior exclui a existência de relacionamentos privilegiados com determinados países em detrimento de outros. Nem a realidade atual do continente é de molde a coonestar tal tipo de relações especiais ou de "eixos". Basta compulsar a lista de acordos recentes firmados entre o Brasil e outras nações latino-americanas ou examinar a relação de visitas oficiais trocadas com esses países para se ter uma ideia de que o Brasil não faz distinções entre os seus irmãos da América Latina. Nosso desejo de cooperar com todos eles em base de igualdade e de vantagem recíproca não sofre nenhuma restrição de qualquer espécie, a não ser aquela que decorre do princípio basilar do respeito mútuo e da não-ingerência nos negócios internos de outros Estados.

relações diplomáticas

estabelecimento de relações com a libéria

Brasil e Libéria decidiram estabelecer relações diplomáticas, em nível de Embaixada, em 8 de junho de 1976, quando o Itamaraty divulgou em Brasília a seguinte Nota, também distribuída, simultaneamente, em Monróvia, a Capital liberiana:

"O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, desejosos de estreitar e de expandir a mútua cooperação, de conformidade com os princípios, por eles reconhecidos, de respeito à igualdade, soberania e integridade territorial dos Estados e da não-ingerência nos negócios internos da outra Parte, consignados na Carta da Organização das Nações Unidas e na Convenção de Viena, decidiram, na presente data, estabelecer relações diplomáticas, em nível de Embaixada."

Situada na costa ocidental da África, com área de 11 269 quilômetros quadrados, a República da Libéria limita-se ao Norte com a República da Guiné, a Leste com a Costa do Marfim, ao Sul e a Oeste com o Oceano Atlântico e a Noroeste com a Serra Leoa. A Libéria tem população de um milhão e 660 mil habitantes, pertencentes a 26 grupos tribais.

criação e extinção de consulados

O Presidente Ernesto Geisel assinou, em 5 de abril de 1976, o Decreto n.º 77 383, criando o Consulado do Brasil em São Francisco, no Estado norte-americano da Califórnia.

No dia 7 seguinte, assinou o Decreto n.º 77 398, criando os Vice-Consulados brasileiros nas cidades de Corrientes, Paso de los Libres e Posadas, na Argentina; Cobija, Cochabamba e Guayará-Merin, na Bolívia; Valparaiso, no Chile; Leticia, na Colômbia; Guayaquil, no Equador; Caiena, no Departamento de Guyane da República Francesa; Concepción, Encarnación, Pedro Juan Caballero e Saltos de Guairá, no Paraguai; Iquitos, no Peru; Artigas, Bella Unión, Chuy, Mello, Paysandu, Rio Blanco e Rivera, no Uruguai; e Bridgetown, em Barbados.

O mesmo decreto do dia 7 de abril criou o Consulado Honorário em Colônia, no Uruguai. Extinguiu os Consulados em Caiena, no Departamento de Guyane da República Francesa, e em Paysandu, no Uruguai. Extinguiu também os Consulados Privativos nas cidades de Alvear, Corrientes, Paso de los Libres e Posadas, na Argentina; Cochabamba e Guayará-Merin, na Bolívia; Leticia, na Colômbia; Pedro Juan Caballero, no Paraguai; Iquitos, no Peru; Artigas, Bella Unión, Chuy, Mello, Rio Blanco

e Rivera, no Uruguai. Extinguiu, ainda, os Consulados Honorários em Cobija, na Bolívia; Guayaquil, no Equador; Concepción e Encarnación, no Paraguai.

Em 15 de junho de 1976, o Presidente Ernesto Geisel assinou o Decreto n.º 77 813 criando o Vice-Consulado em Praia, na República de Cabo Verde, e o Decreto n.º 77 814 extinguindo o Consulado Honorário do Brasil em São Vicente, também em Cabo Verde.

concessão de agrément

O Governo brasileiro concedeu **agrément** aos seguintes Embaixadores estrangeiros:

Tshilumba Kabishi Bendelemuabo, do Zaire, em abril de 1976;

Vishnu Kofi Wassiamal, de **Gana**, em abril de 1976;

Oscar Hector Camilión, da **Argentina**, em maio de 1976;

German Rodriguez Fonnegra, da Colômbia, em maio de 1976;

Maurizio Bucci, da **Itália**, em maio de 1976;

Moshe Erell, de **Israel**, em maio de 1976;

James Howard Stone, do **Canadá**, em junho de 1976.

designação de embaixadores brasileiros

Carlos dos Santos Veras, em 13 de abril de 1976, junto à **República de Uganda**, cumulativamente com a **República do Quênia**,-

Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima, em 2 de maio de 1976, junto à **República do Suriname**,-

Carlos Fernando Leckie Lobo, em 18 de maio de 1976, junto à **República de Malta**, cumulativamente com a **República Árabe da Líbia**,-

Ronald Leslie Moraes Small, em 26 de maio de 1976, junto à **República Popular de Moçambique**,-

Arnaldo Vasconcellos, em 1.º de junho de 1976, junto à **República da Irlanda**, cumulativamente com as **Comunidades Europeias**,-

Marcos António de Salvo Coimbra, em 15 de junho de 1976, junto à **República do Alto Volta**, cumulativamente com a **República da Costa do Marfim**;

Asdrubal Pinto de Ulysséa, em 29 de junho de 1976, junto à **República Cooperativa da Guiana**.

entrega de credenciais

De Embaixadores brasileiros:

Marcos António de Salvo Coimbra, ao Governo de **Serra Leoa**, em 27 de abril de 1976;

Rodolpho de Souza Dantas, ao Governo da **República Popular de Angola**, em 25 de maio de 1976;

João Baptista Pinheiro, ao Governo dos **Estados Unidos da América**, em 22 de junho de 1976.

De Embaixadores estrangeiros.-

Johan Frederick Pretorius, da **África do Sul**, em 1.º de abril de 1976;

Rigoberto Cartagena Díaz, de **El Salvador**, em 1.º de abril de 1976;

Inderdew Sewrajsing, da República do **Suriname**, em 19 de abril de 1976;

Olajide Alo, da **Nigéria**, em 17.º de maio de 1976;

Mocktar Georges Abdoulaye-Mbingt, do **Gabão**, em 17 de maio de 1976.

' intercâmbio cultural

pianista brasileira faz sucesso na europa

A pianista brasileira Belkis Carneiro de Mendonça fez 15 apresentações em concertos na Europa, numa temporada patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores e organizada pelas Embaixadas do Brasil em Portugal, Itália, República Federal da Alemanha, França, Holanda, Espanha e Suíça. A temporada durou cinco semanas em abril e maio de 1976.

Além das apresentações, a pianista realizou quatro gravações para emissoras de rádio da Europa. Tanto nos concertos, como nas gravações, Belkis Carneiro de Mendonça interpretou exclusivamente autores brasileiros, a saber: Villa-Lobos, Camargo Guarnieri, Oswald Lacerda, Mignone, Henrique Oswald e Lorenzo Fernandez.

Em Roma, o recital da pianista brasileira — organizado pela Embaixada do Brasil e pelo Instituto Italo-Latino-Americano — foi incluído na programação da Instituição Universitária de Concertos.

Em Parma, o sucesso do recital levou a direção do Conservatório Arrigo Boito, dessa cidade, a solicitar, através do Itamaraty, o envio de partituras brasileiras para serem incluídas no currículo da escola.

um século de pintura em paris

Uma coleção de 70 quadros de impressionistas famosos ficou exposta no Palácio Itamaraty de

Brasília no período de 21 a 27 de maio de 1976 e foi vista por aproximadamente 9 mil pessoas. A mostra — denominada **Um Século de Pintura em Paris** — reuniu telas de Renoir, Van Gogh, Toulouse-Lautrec, Picasso, Marc **Chagail**, Salvador Dali, Serge Poliakoff e outros.

As obras expostas pertencem aos acervos do Museu de Arte Moderna de Paris, da Galerie de France, do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, do Museu de Arte de São Paulo e de alguns colecionadores particulares. A exposição foi promovida pelo Itamaraty, Air France (transporte internacional), Vasp (transporte nacional) e Rede Globo de Televisão (divulgação).

Coube ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, António F. Azeredo da Silveira, presidir à cerimônia de inauguração da mostra em 20 de maio, às 18h 30m, quando proferiu um discurso. **Um Século de Pintura em Paris** foi apresentada também no Rio de Janeiro e em São Paulo.

exposição de artistas brasileiros em marseille

Formas e Cores do Brasil é o título de uma exposição de artistas plásticos brasileiros que foi montada em Marselha, pelo Banco Crédit Commercial de France, entre 21 de maio e 3 de junho 1976.

A exposição, que apresentou trabalhos dos artistas José Barbosa, Flávio Ferráz, Waltraud Heins, Mozart Pela, Manfredo Souza Neto e Cybele Varela, coincidiu com a visita do navio-escola brasileiro **Custódio de Mello** ao porto de Marselha.

relações comerciais

primeira exposição industrial brasileira na arábia saudita

Com a participação de cerca de 100 empresas expositoras, o Ministério das Relações Exteriores promoveu, de 19 a 28 de abril de 1976, a I. Exposição Industrial Brasileira em Jeddah, Capital da Arábia Saudita, que ocupou uma área de 4 300 metros quadrados e foi inaugurada pelo Governador de Meca, Príncipe Fawaz Bin Abdul Aziz Al Saud.

Depois de percorrer a exposição brasileira, o Governador de Meca afirmou que ela deu uma ideia do "grande esforço que o Governo e o povo brasileiros estão realizando com vistas ao pleno desenvolvimento do Brasil". A mostra reuniu veículos motorizados, máquinas, ferramentas, materiais de construção, têxteis, confecções, produtos alimentícios, eletrodomésticos, móveis e serviços de engenharia e consultoria.

Cálculos preliminares indicam que os resultados comerciais imediatos da exposição totalizaram 3,5 milhões de dólares, excluídos os negócios fechados por empresas que mantinham representantes na Arábia Saudita. Os expositores ficaram satisfeitos com as vendas efetuadas e otimistas com as perspectivas de negócios a curto e médio prazo.

A decisão de organizar essa exposição teve como ponto de partida os resultados promissores verificados em duas promoções anteriores no Coveite e baseou-se, também, em estudos sobre o mercado saudita que demonstraram reais possibilidades de bons negócios.

A Arábia Saudita, com população de 4,5 milhões de habitantes, é o maior produtor da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Em 1975, sua receita em petróleo ultrapassou 22 bilhões de dólares. O país apresenta enorme capacidade de importação em vários setores e, com relação ao Brasil, sua balança comercial é altamente superavitária.

o brasil na feira internacional de bogotá

Empresas brasileiras de diversos setores vão expor seus produtos na XI Feira Internacional de Bogotá, que os colombianos consideram a "vitrine mais vendedora da América" e que é um veículo de penetração comercial e de divulgação de oportunidades de investimento não apenas na Colômbia, mas também nos demais países do Pacto Andino, na América Central e, mesmo, no Caribe.

O pavilhão brasileiro na XI Feira Internacional de Bogotá — que se realizará de 10 a 25 de julho de 1976 — ocupará uma das maiores áreas da mostra, com 3 206 metros quadrados cobertos, além de 600 descobertos que poderão abrigar mais de uma centena de expositores. A supervisão e o controle do pavilhão do Brasil caberão ao Ministério das Relações Exteriores, através de sua Divisão de Feiras e Turismo, enquanto a parte administrativa será de responsabilidade

de uma firma especialmente contratada, a Arquiprom (Arquitetura, Promoções e Comércio Limitado).

Para esclarecimento de qualquer dúvida ou obtenção de informações, os interessados devem se dirigir a essa firma (Rua Caconde, 323, CEP 01425, São Paulo, Capital, fones: 011/2854759, 285-2459, 285-2470, 285-3483 ou 287-3598). Como em todas as mostras promovidas pelo Itamaraty, a participação propriamente dita é gratuita, correndo por conta dos expositores apenas as despesas de documentação, transporte dos produtos e representação.

Pioneira na América Latina, a Feira Internacional de Bogotá foi criada em 1954 e desde 1955 faz parte da União de Feiras Internacionais (UFI), reconhecida como a máxima autoridade mundial no assunto.

A X Feira Internacional de Bogotá, realizada em 1974, ocupou uma área de 180 mil metros quadrados e recebeu a visita de mais de um milhão de pessoas, entre as quais cerca de 30 mil importadores estrangeiros provenientes de países vizinhos. Reuniu 4 500 expositores, sendo 3 mil colombianos e 1 500 estrangeiros, de 42 países, inclusive Estados Unidos, União Soviética, França, as duas Alemanhas, Espanha, Argentina e Venezuela.

Foram fechados, na X Feira, negócios no valor de mais de 300 milhões de dólares, a maioria envolvendo bens de capital: maquinaria para construção, frio industrial, mineração, indústria de plásticos, material elétrico, material de transporte, veículos e material agrícola. Os Estados Unidos resolveram oficializar, pela primeira vez, sua participação numa feira latino-americana, o que indica o prestígio alcançado pela Feira Internacional de Bogotá.

A representação brasileira, em 1974, utilizou um pavilhão de dois mil metros quadrados, 800 dos quais descobertos. As 43 empresas brasileiras expositoras fizeram negócios no valor de 10 milhões de dólares e aproveitaram a oportunidade para nomear representantes idôneos e conhecedores do mercado, das leis e dos usos locais, que pudessem dar continuidade aos negócios contatados. O Brasil comparece a esse evento internacional desde 1970.

indústria leve abre sala de exposições de produtos brasileiros na urss

A Sala Permanente de Exposições do Setor de Promoção Comercial (Secom), da Embaixada do Brasil em Moscou, será inaugurada em julho de 1976 com a realização da I Exposição da Indústria Leve Brasileira. Esta mostra é promovida pelo Itamaraty em colaboração com a Câmara de Comércio e Indústria da União Soviética e representa o primeiro passo para a participação regular do Brasil em feiras internacionais na URSS.

Depois da mostra, os produtos continuarão expostos na Sala Permanente de Exposições do Secom. A I Exposição da Indústria Leve Brasileira visa incrementar a venda de produtos já comercializados e colocar no mercado soviético produtos em fase de sondagem.

Segundo pesquisas feitas pelo Secom da Embaixada em Moscou, são boas as possibilidades de aumento de vendas dos seguintes produtos já comercializados: calçados de couro e borracha (masculinos e femininos), confecções em geral para meia estação e verão (de fibra natural ou sintética), tecidos em geral (de algodão, lã, poliéster, etc), fios têxteis, óleos industriais (oiticica e mamona), soja em grão e em farelo, açúcar demerara, café natural e solúvel, cacau (manteiga, licor e fava), milho, sisal e medicamentos de origem vegetal.

As pesquisas do Secom de Moscou indicam serem boas as possibilidades de colocação dos seguintes produtos ainda não vendidos, mas em fase de sondagem: óleos e essências para a indústria de cosméticos (sassafrás), toalhas de banho e de rosto, fumo em folha e prensado, acessórios para automóveis (espelhos, volantes, limpadores de para-brisa, etc), sucos não concentrados (de laranja, especialmente), artefatos de couro (bolsas, cintos e carteiras) e luvas cirúrgicas.

O intercâmbio comercial Brasil-URSS cresceu consideravelmente nos últimos quatro anos, mas ainda está em nível que não corresponde às potencialidades dos mercados brasileiro e soviético. Estima-se que o intercâmbio bilateral em 1975 ultrapassou 500 milhões de dólares nos dois

sentidos. As exportações brasileiras (FOB), para a URSS, cresceram de 73 milhões de dólares em 1972 para 404 milhões de dólares em 1975. As importações (CIF) passaram de cerca de oito milhões de dólares em 1972 para 112 milhões de dólares em 1975.

Com o intuito de dar impulso às transações comerciais entre Brasil e URSS, as entidades soviéticas de comércio exterior começaram a comprar, no mercado brasileiro, produtos manufaturados e semimanufaturados. Em março de 1975, uma missão especializada soviética visitou o Brasil e concluiu contratos para aquisição de calçados, têxteis, confecções e outros produtos brasileiros não comprados anteriormente.

O principal instrumento financeiro existente entre os dois países, responsável pela recente dinamização de negócios, é um acordo firmado em março de 1975. Por esse acordo, a União Soviética abre linha de crédito ilimitado para a aquisição de maquinaria e equipamentos na URSS, comprometendo-se a utilizar os recursos assim obtidos na compra de mercadorias brasileiras, sendo 30% de manufaturas e semimanufaturas.

As exportações brasileiras para a URSS representam 52% do total exportado para os países do Leste da Europa e 4,8% do total de nossas exportações. A URSS é o quinto maior comprador do Brasil, atrás dos Estados Unidos, Japão, República Federal da Alemanha e Países Baixos. Os principais produtos da pauta de importações brasileiras da URSS são petróleo bruto, óleo diesel, máquinas-ferramentas e rolamentos.

Além de corresponder às potencialidades comerciais existentes, o desenvolvimento do intercâmbio Brasil-URSS tem sido estimulado pelo Governo brasileiro, de acordo com as Instruções para a Disciplina das Importações e para o Apoio às Exportações, baixadas pelo Conselho de Desenvolvimento Económico (CDE), em 19 de novembro de 1974. Essas Instruções referem-se à possibilidade de se utilizar o potencial de compra em determinados mercados fornecedores como elemento de apoio às exportações brasileiras.

Para a arregimentação dos expositores e a coordenação do transporte dos produtos que serão

exibidos na I Exposição da Indústria Leve Brasileira em Moscou, o Ministério das Relações Exteriores contratou a firma Foco (Feiras, Exposições e Congressos Limitada).

curso para formação de técnicos em promoção comercial no exterior

O Itamaraty e o Instituto de Planejamento Económico e Social (IPEA), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, vão realizar, em 14 e 15 de agosto de 1976, as provas de seleção inicial do II Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial (CITRE), cuja seleção final será efetuada em Brasília, em 28, 29 e 30 do mesmo mês.

Podem inscrever-se no CITRE brasileiros maiores de 21 anos e menores de 35, portadores de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Economia, Administração e, também, Agronomia (esta última área foi incluída em virtude da crescente necessidade de especialistas no campo da comercialização externa de produtos agrícolas). Podem inscrever-se, ainda, os que tenham concluído cursos autorizados de pós-graduação em Economia ou Administração, embora não sejam graduados nessas especialidades em nível universitário.

O CITRE é realizado a cada seis meses, pelo Itamaraty e pelo IPEA, que, nesse sentido, firmaram um convênio em 9 de setembro de 1975, objetivando a seleção de candidatos, em âmbito nacional, para treinamento intensivo no Brasil e nos Setores de Promoção Comercial (Secom), instalados em Embaixadas e Consulados brasileiros, e sua posterior reintegração no mercado nacional de trabalho. A iniciativa visa à formação de técnicos na área do comércio exterior, onde há grande carência de pessoal qualificado face às necessidades criadas pelo impulso dado nos últimos anos às exportações brasileiras. Através do CITRE, pretende-se, também, estabelecer mecanismos de cooperação mais estreita e proveitosa entre o Itamaraty, a iniciativa privada e organismos com atuação na área do comércio exterior.

O processo de seleção de candidatos para o CITRE inclui duas etapas. A primeira é realizada em Brasília e nas cidades em que são feitas as inscrições, abrangendo provas escritas de Noções de Matemática e Estatística, Economia e Idiomas Estrangeiros. Essas provas têm nível de curso superior e caráter classificatório. Os primeiros 70 colocados são convocados para a segunda etapa (seleção final), em Brasília, quando passam por entrevistas, provas de redação em português e provas orais em um dos idiomas estrangeiros exigidos na seleção inicial. Os candidatos de fora de Brasília têm pagas as despesas de transporte, alimentação e hospedagem para se submeterem à segunda etapa na Capital Federal.

Os aprovados fazem o curso intensivo de treinamento e estágio pelo período de 16 semanas, no Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Económico (Cendec) e no Itamaraty. Durante sua permanência no Brasil, recebem bolsa de estudos e, se provenientes dos Estados ou Territórios, passagem aérea de ida e volta e auxílio-moradia. Uma vez aprovados no período de treinamento, em Brasília, são encaminhados para treinamento, em serviço, em Setores de Promoção Comercial da rede de Embaixadas e Consulados brasileiros, onde permanecem por dois anos na condição de técnicos-estagiários, retornando em seguida ao Brasil. O técnico-estagiário, no exterior, recebe bolsa de manutenção (compatível com o custo de vida do local para o qual é designado) e ajuda de custo para transporte e mudança.

O II CITRE seguirá, em linhas gerais, a sistemática do primeiro, que está atualmente em sua fase 4 (treinamento em serviço no exterior). A participação do IPEA, por intermédio do Cendec, se dará nas fases 1 (recrutamento), 2 (seleção), 3 (curso intensivo no Brasil) e, eventualmente, poderá estender-se às demais fases: 4 (treinamento em serviço no exterior) e 5 (reincorporação ao mercado nacional de trabalho).

Maiores informações poderão ser obtidas no Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Económico (Cendec), que funciona no campus da Universidade de Brasília, ou na Divisão de Programas de Promoção Comercial do Itamaraty; ou nas demais entidades de apoio ao programa, nas cidades onde são feitas as inscrições: Sudam (Belém), Banco do Nordeste do Brasil (Fortaleza),

Sudene (Recife), Promoexport-Bahia (Salvador), Associação Comercial de Minas Gerais (Belo Horizonte), Fiesp (São Paulo), Fiergs (Porto Alegre), Cexpar (Curitiba) e Escritório do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro (Seção de Assuntos Comerciais).

caracas verá máquinas e equipamentos brasileiros

De 20 a 29 de agosto de 1976, será realizada a III Exposição Industrial Brasileira em Caracas, que exibirá principalmente máquinas e equipamentos em geral. A mostra ocupará uma área de 4 600 metros quadrados na Praça Venezuela e reunirá 130 fabricantes de bens de capital de diversos setores.

A I Exposição Brasileira em Caracas foi realizada em 1972, com uma área de 3 600 metros quadrados, e contou com 62 empresas que fecharam negócios totalizando 352 mil dólares. A II Exposição Industrial em Caracas, promovida em 1974, embora com área menor (2 240 metros quadrados) e número também menor de participantes (59), ensejou negócios no valor de 9 milhões e 382 mil dólares.

arquitetura e construção brasileiras em exposição na nigéria

O Ministério das Relações Exteriores, através de sua Divisão de Feiras e Turismo, promoverá, em Lagos, Capital da Nigéria, de 20 a 29 de agosto próximo, a Exposição Industrial Brasileira, nos ramos de arquitetura e construção. Esta exposição visa possibilitar contatos diretos de exportadores brasileiros com firmas nigerianas importadoras de materiais de construção, e de fabricantes brasileiros de materiais de construção com empresários nigerianos interessados em **joint-ventures**, para instalação de indústrias na Nigéria que utilizem matérias-primas locais e **know-how** brasileiro.

Outro objetivo da exposição é facilitar a candidatura de firmas brasileiras ao projeto e execução das obras da nova Capital da Nigéria. Nesse sentido, um dos setores da exposição focalizará somente a construção de Brasília.

O expositor brasileiro não terá qualquer despesa com aluguel, construção, decoração e administração, pois tudo isso lhe será proporcionado gratuitamente pelo Itamaraty. Correrão por conta do expositor apenas as despesas de viagem e estadia de um representante da empresa, e transporte das amostras, incluindo seguro, taxas alfandegárias, impostos e despachante.

As empresas interessadas em participar da Exposição de Lagos deverão preencher o compromisso de participação fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores, pela Cacex e pela Foco (Feiras, Exposições e Congressos), a firma contratada pelo Itamaraty para organizar a exposição. Esse compromisso deverá ser enviado, em cinco vias, para aprovação do Itamaraty e da Cacex. As firmas que forem expor pela primeira vez precisarão, também, providenciar a ficha de cadastro.

É extenso o leque de oportunidades para a arquitetura e a construção do Brasil. Eis os setores que podem ser contatados: indústria (leve e pesada), portos, pesca, ferrovias, rodovias, eletricidade, turismo, construção civil, saúde, telecomunicações, rede de água, esgotos, drenagem, lixo, habitação, aviação civil, agricultura e planejamento urbano.

O mercado nigeriano é o que tem reagido com mais dinamismo aos esforços brasileiros de exportação. Houve um aumento de 700% nas vendas do Brasil para a Nigéria durante o primeiro trimestre de 1975, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Estima-se que as exportações do Brasil ao mercado nigeriano poderão atingir 90 milhões de dólares em 1976.

Com uma receita de 11 bilhões de dólares só em petróleo e um arrojado plano sexenal de desenvolvimento (da ordem de 50 bilhões de dólares), a Nigéria surge como um mercado de excelentes perspectivas para o Brasil. Mais de 60% do investimento total nigeriano serão aplicados diretamente nos setores produtivos.

Por suas semelhanças climáticas e topográficas, pelo entrelaçamento étnico e cultural, o Brasil

dispõe de condições ideais para se habilitar ao mercado nigeriano. Calcula-se que, com um bom trabalho, as exportações brasileiras para a Nigéria poderão alcançar 800 milhões de dólares, o que transformaria esse país no principal mercado do Brasil em toda a África.

presença brasileira na semana internacional do couro em paris

A Divisão de Feiras e Turismo, do Itamaraty, está promovendo a participação de empresas brasileiras de couro que irão à XXXIV Semana Internacional do Couro, de Paris. A feira será realizada no Palais des Expositions, Porte de Versailles, de 11 a 14 de setembro de 1976, reunindo cerca de 1 500 firmas de todo o mundo, que exporão curtumes, peles brutas, calçados, máquinas para trabalhar o couro, produtos químicos, corantes e artigos manufaturados de couro em geral.

Considerada o mais importante evento internacional no setor do couro, esta feira tem um potencial praticamente sem limites para a efetivação de negócios e contatos. Mostra as tendências da moda e apresenta a última palavra em técnica para a manufatura do couro. Entre outras facilidades, a Semana Internacional do Couro, de Paris, dispõe de serviços de agência de viagens, agência de correios e telex, bancos e sala de imprensa. Além disso, ela promove desfiles de moda.

No ano passado, a representação brasileira contou com 82 empresas que fecharam negócios no valor de 16 milhões de dólares, não computadas as vendas efetuadas após a feira, mas resultantes de contatos iniciados na mostra.

As firmas expositoras contam com mini-escritórios individuais já mobiliados. A parte central dos estandes brasileiros é constituída por depósito, pequena copa e balcão para servir café, além de duas áreas próprias para administração e estar. Recomenda-se ao expositor brasileiro o desenvolvimento de um trabalho promocional antes da feira, com o envio de convites aos contatos e importadores para visitarem seu estande, e preparação de folhetos em inglês e francês para facilitar a divulgação.

Hoje, quase 80% do volume total das exportações brasileiras de couro são canalizados para apenas um país, impondo-se, portanto, a necessidade de se diversificar o mercado importador e elevar as vendas a outros países. A Semana Internacional do Couro, de Paris, reúne todas as condições para que as indústrias brasileiras alcancem esse objetivo.

As empresas interessadas devem procurar a Foco (Feiras, Exposições e Congressos Limitada), a firma contratada pelo Itamaraty para administrar a participação do Brasil na feira. Ela está sediada no Rio de Janeiro (fones: 021/224-0039, 2244511 e 221-2391) com escritórios em São Paulo (fone- 011/210-2960) e Porto Alegre (fone- 0512/22-4714).

produtos brasileiros no salão nacional de mercadorias de nova york

O Setor de Promoção Comercial (Secom) do Consulado-Geral do Brasil em Nova York está coordenando a participação de empresas brasileiras fabricantes de ferramentas, pisos e azulejos no Salão Nacional de Mercadorias, que será realizado de 12 a 15 de setembro de 1976 no New York Coliseum. Segundo recentes pesquisas, há boas perspectivas de colocação de ferramentas, pisos e azulejos no mercado norte-americano. O Salão Nacional de Mercadorias de Nova York reúne todas as condições para que as empresas brasileiras possam disputar esse mercado.

O expositor não terá qualquer despesa com aluguel, construção, decoração e administração do

estande brasileiro, pois isso lhe será propiciado pelo Itamaraty. Os custos de participação das empresas brasileiras se limitarão apenas às despesas de viagem e estada de um representante, bem como do transporte das amostras, incluindo seguros, taxas alfandegárias, impostos e despachante.

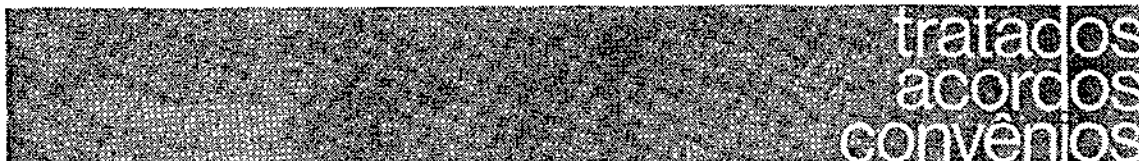
As firmas brasileiras interessadas devem providenciar o compromisso de participação e preencher a ficha de cadastro, para a atualização do arquivo da Divisão de Feiras e Turismo do Ministério das Relações Exteriores.

A empresa contratada pelo Itamaraty para a arrematação dos expositores e a coordenação dos transportes é a Foco, a quem os interessados devem se dirigir para quaisquer informações.

indústrias brasileiras mostram produtos no México

Uma área de 3 mil metros quadrados já está reservada para a montagem da I Exposição Industrial Brasileira no México, que será realizada de 10 a 15 de dezembro de 1976. A área está situada no Palácio dos Esportes da Cidade do México.

Essa mostra é uma iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, através de sua Divisão de Feiras e Turismo, do Departamento de Promoção Comercial. Cerca de 80 empresas brasileiras do setor de indústrias em geral deverão participar desse evento comercial.



"O importante e fundamental é procurar explicitar as convergências tácitas e maximizar o produto das negociações inspiradas no interesse nacional das partes, uma vez que os tratados só são realmente estáveis e duradouros na medida em que representam a harmonização de posições, condição imprescindível à perenidade dos pactos" — Azeredo da Silveira.

transporte e navegação marítima com a argélia

Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima entre o Brasil e a República Argelina, assinado no Palácio Itamaraty de Brasília, no dia 13 de abril de 1976, pelo Chanceler Azeredo da Silveira e pelo Ministro dos Transportes da Argélia, Rabah Bitat.

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Argelina Democrática e Popular,

Desejosos de promover de forma harmoniosa o intercâmbio comercial entre os dois países e desenvolver suas frotas mercantes,

Convêm no que segue:

artigo I

1. O transporte marítimo das mercadorias entre os portos dos dois países, especialmente o decorrente do seu intercâmbio comercial, será necessariamente efetuado em navios de bandeira brasileira e argelina.

2. Ambas as Partes Contratantes acordam em que suas respectivas frotas comerciais efetuem o transporte em partes iguais, estabelecidas com base na tonelagem e no valor global do frete.

3. Caso uma das Partes Contratantes não se encontre em condições de efetuar o transporte que lhe compete, conforme estabelecido no parágrafo 2 deste Artigo, cederá, sempre que possível, o transporte em apreço à outra Parte.

4. Os armadores de ambos países determinarão as modalidades práticas para a aplicação dos parágrafos 2 e 3 deste Artigo.

5. Para o cumprimento do disposto no Artigo I deste Acordo, as autoridades competentes de ambas as Partes tomarão as providências necessárias no sentido de que, na documentação referente às mercadorias objeto de intercâmbio entre os dois países, conste uma indicação da obrigatoriedade do transporte em navios de bandeira brasileira e argelina.

6. Os transportes a granel de petróleo e seus derivados não estão incluídos no presente Acordo.

artigo II

1. Na execução do presente Acordo, ambas as Partes deverão procurar estabelecer taxas de frete justas e deverão concordar, de um lado, em não recorrer a

práticas discriminatórias no que se refere à carga transportada e, de outro, em impedir demoras além de um prazo razoável no embarque das mercadorias.

2. O prazo de embarque será determinado de comum acordo pelas autoridades marítimas de ambos países.

artigo III

As autoridades marítimas de ambos países designarão os armadores que efetuarão o transporte marítimo entre o Brasil e a Argélia, e vice-versa, e darão a conhecer uma à outra a lista desses armadores.

artigo IV

1. Consideram-se, para efeitos deste Acordo, navios da bandeira brasileira ou de bandeira argelina os navios matriculados em cada uma das Partes Contratantes, de acordo com a sua respectiva legislação, com exclusão de:

- a) navios de guerra e outros navios a serviço exclusivo das Forças Armadas;
- b) navios de pesquisa (hidrográfica, oceanográfica e científica);
- c) navios de pesca.

2. Os navios afretados por uma das Partes Contratantes serão considerados como navios de bandeira dessa Parte Contratante enquanto perdurar o afretamento.

3. As autoridades marítimas dos dois países fornecerão, reciprocamente, todas as informações relativas a navios afretados empregados no tráfego marítimo entre os dois países.

artigo V

1. Cada Parte Contratante concederá aos navios da outra Parte Contratante o mesmo tratamento que concede a seus próprios navios empregados em transportes internacionais, no tocante à liberdade de acesso aos portos, à sua utilização e de todos os serviços relacionados com a navegação e as operações comerciais para os navios e os membros de sua tripulação, as mercadorias e os passageiros.

2. As disposições do parágrafo 1 do presente Artigo não se aplicarão aos portos, navegação, atividades e transportes que, de acordo com a legislação de cada Parte, sejam reservados a seus próprios organismos e, especialmente, aos serviços de portos, reboque, pilotagem, cabotagem nacional, nem às formalidades referentes à entrada e permanência de estrangeiros.

artigo VI

As Partes Contratantes tomarão, nos limites de sua legislação e regulamentos portuários, as medidas necessárias para diminuir, tanto quanto possível, o tempo de estada dos navios nos portos e simplificar o atendimento das formalidades administrativas, aduaneiras e sanitárias em vigor em tais portos.

122

artigo VII

1. Os certificados de arqueação emitidos ou reconhecidos pelas autoridades competentes serão reconhecidos pelas duas Partes.

2. O cálculo e o pagamento dos direitos e taxas de navegação serão feitos com base nos certificados de arqueação, sem que seja necessário proceder a nova arqueação.

artigo VIII

1. Cada uma das Partes Contratantes reconhecerá os documentos de identidade dos tripulantes, emitidos pelas autoridades competentes da outra Parte Contratante.

2. Esses documentos de identidade serão:

Para os navios da República Federativa do Brasil:

— "Caderneta de Inscrição e Registro";

Para os navios da República Argelina Democrática e Popular:

— "Fascículo de Navegação Marítima".

3. A expressão "membro da tripulação" refere-se a qualquer pessoa empregada, durante a viagem a bordo do navio, no exercício de funções ligadas à exploração ou à manutenção do navio e incluída no rol da tripulação.

artigo IX

1. Se um navio de uma das Partes Contratantes naufragar, encalhar ou sofrer qualquer outra avaria próximo à costa da outra Parte, as autoridades competentes da referida Parte Contratante concederão aos passageiros, assim como ao navio e à carga, a mesma proteção e assistência concedidas aos navios de sua própria bandeira.

2. A carga e o material de bordo de um navio que tenha sofrido uma avaria não estarão sujeitos à cobrança de direitos aduaneiros se não forem destinados ao consumo ou utilizados no território da outra Parte Contratante.

artigo X

1. As duas Partes Contratantes encarregarão os armadores respectivos, mencionados no Artigo III do presente Acordo, de levar a cabo a organização do tráfego entre os dois países.

2. Com essa finalidade, os armadores se reunirão regularmente com vistas a assegurar uma exploração racional e eficaz dos transportes marítimos objeto do presente Acordo.

3. A organização mencionada nos parágrafos anteriores será submetida à aprovação das autoridades

marítimas competentes que zelarão pela salvaguarda do equilíbrio dos interesses de todas as partes interessadas nos transportes marítimos entre os dois países.

artigo XI

1. De conformidade com a legislação em vigor em ambos países, as tarifas de frete e as condições gerais de transporte estabelecidas de comum acordo pelos armadores dos dois países serão submetidas à aprovação das autoridades marítimas.

2. As modificações e revisões dessas tarifas e das condições gerais de transporte serão submetidas à aprovação das autoridades marítimas da mesma forma.

3. A aprovação, reservas ou a não aceitação de tarifas e condições gerais pelas autoridades marítimas competentes serão estabelecidas dentro de um prazo que será ulteriormente determinado, de comum acordo, pelas duas Partes.

4. As autoridades marítimas dos dois países trocarão informações sobre suas decisões quanto às tarifas de frete e condições gerais e quanto à demora das notificações dos armadores aos carregadores.

artigo XII

Em caso de divergência entre os armadores das duas Partes Contratantes quanto à determinação ou revisão das tarifas de frete e das condições gerais de transporte, tal divergência deverá ser submetida às autoridades marítimas competentes com vistas à sua resolução.

artigo XIII

1. Para a perfeita execução das disposições dos Artigos do presente Acordo, as Partes Contratantes concordam em realizar consultas e trocar informações.

2. Para a execução do presente Acordo, as duas Partes convêm em se reunir, anualmente, em sessão ordinária e, se necessário, em sessão extraordinária a pedido de uma das Partes.

artigo XIV

1. As empresas e companhias de navegação marítima estabelecidas no território de uma das Partes Contratantes não estão sujeitas, no território da outra Parte Contratante, aos impostos sobre rendas e lucros auferidos como resultado de suas operações de transporte marítimo.

2. As Partes Contratantes comprometem-se a facilitar, com base na reciprocidade, a rápida liquidação e transferência das importâncias resultantes do pagamento dos fretes aos armadores dos dois países autorizados a participar do tráfego, de acordo com a sua legislação nacional.

artigo XV

As Partes Contratantes se comprometem a facilitar, em caso de necessidade, os vistos de entrada e permanência temporária aos representantes dos armadores autorizados a participar do tráfego marítimo, entre os dois países, quando o deslocamento desses representantes se efetuar no âmbito de execução do presente Acordo.

artigo XVI

1. Para a aplicação do presente Acordo, as duas Partes convêm em que são as seguintes as autoridades marítimas competentes:

— para a República Federativa do Brasil: Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunamam), do Ministério dos Transportes,-

— para a República Argelina Democrática e Popular: o Ministério de Estado encarregado dos Transportes — Divisão da Marinha Mercante dos Portos e Pesca.

2. Se, em decorrência de mudanças legislativas no território de uma das Partes Contratantes, a competência da autoridade marítima mencionada no parágrafo 1 do presente Artigo for modificada, a designação da nova autoridade marítima será comunicada à outra Parte Contratante por Nota diplomática.

artigo XVII

1. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra Parte do cumprimento das formalidades requeridas por sua Constituição para a vigência definitiva do presente Acordo, o qual entrará em vigor três meses após a data da última notificação.

2. As disposições do presente Acordo poderão ser objeto de modificações acordadas entre as duas Partes.

Essas modificações só entrarão em vigor após troca de Notas diplomáticas.

3. O presente Acordo é concluído por um período de cinco anos a partir da data de sua entrada em vigor e será renovado automaticamente cada ano.

O acordo poderá ser denunciado a qualquer momento por uma das Partes Contratantes, através de notificação, com seis meses de antecedência.

4. A data da entrada em vigor do presente Acordo será comunicada aos armadores autorizados, que deverão, no prazo de dois meses, submeter à aprovação das autoridades marítimas competentes dos dois países os projetos de documentos referentes à organização mencionada no Artigo X do Acordo. Esses documentos entrarão em vigor imediatamente após sua aprovação pelas autoridades marítimas competentes dos dois países.

brasil e honduras incrementam cooperação científica e técnica

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica Brasil-Honduras, assinado em 11 de junho de 1976, no Palácio Itamaraty de Brasília, pelos Chanceleres Antônio F. Azeredo da Silveira e Roberto Perdomo Paredes.

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República de Honduras,

Animados pelo espírito de cooperação e fraternidade ibero-americano, que estimula as relações e entendimento entre ambos Estados, formalizam o presente Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, que será regulado pelas disposições que seguem:

artigo I

As Partes Contratantes desenvolverão a cooperação científica e técnica entre ambos os países com o objetivo de contribuir para a melhor avaliação de seus recursos naturais e humanos, esforçando-se para que os programas que surjam do presente Acordo Básico se ajustem às políticas e planos globais, regionais ou setoriais de desenvolvimento nos dois países, como apoio complementar a seus próprios esforços internos para atingir seus objetivos de desenvolvimento econômico e social.

artigo II

A cooperação entre as Partes Contratantes poderá assumir as seguintes modalidades:

- a) intercâmbio de informações, contemplando-se a organização dos meios adequados à sua difusão;
- b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas de visitas ou estágios de especialização e através de concessão de bolsas de estudo para especialização técnica;
- c) projetos conjuntos de pesquisa em áreas científicas e técnicas que sejam de interesse comum;
- d) intercâmbio de peritos e cientistas;
- e) organização de seminários e conferências;
- f) remessa e intercâmbio de equipamentos e de material necessário à realização de projetos específicos;
- g) qualquer outra modalidade de cooperação que for acordada entre as Partes Contratantes.

artigo III

Os programas e projetos de cooperação científica e técnica a que faz referência o presente Acordo Básico

serão objeto de convênios complementares que especificarão os objetivos de tais programas e projetos, os procedimentos de execução, bem como as obrigações, inclusive financeiras, de cada uma das Partes Contratantes.

artigo IV

Os programas de cooperação científica e técnica estabelecidos em virtude do presente Acordo Básico procurarão, na medida do possível, abranger períodos de 3 a 5 anos, em consonância com os planos de médio e curto prazo que elaborem as Partes Contratantes.

artigo V

As Partes Contratantes, através dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores, avaliarão, anualmente, os programas conjuntos de cooperação científica e técnica, a fim de realizarem os ajustes que forem necessários. Excepcionalmente, essas avaliações poderão efetuar-se em prazos diferentes, quando as circunstâncias o justificarem, mediante consultas por via diplomática.

artigo VI

O financiamento dos programas ou projetos será feito da seguinte forma:

- a) o que corresponda aos diferentes meios de cooperação científica e técnica, definidos no Artigo II, será convencionado pelas Partes Contratantes em relação a cada projeto;
- b) as Partes Contratantes poderão solicitar, com consentimento mútuo, a cooperação financeira e a participação de organismos internacionais para a execução dos programas e projetos resultantes da aplicação do presente Acordo Básico.

artigo VII

O intercâmbio de informações científicas e técnicas será efetuado por via diplomática entre os órgãos autorizados, em cada caso, pelas Partes Contratantes, que determinarão, ainda, os alcances e limitações do seu uso.

artigo VIII

As Partes Contratantes facilitarão o ingresso, em seus respectivos territórios, dos técnicos e peritos, para que cumpram seus objetivos e desempenhem suas funções dentro do quadro do presente Acordo Básico; da mesma forma, procederão com os bolsistas e pessoas que assistam a cursos ou façam, oficialmente, visitas de capacitação profissional.

artigo IX

Aplicar-se-ão aos funcionários e peritos de cada uma das Partes Contratantes, designados para trabalhar no território da outra Parte, as normas vigentes no país sobre os privilégios e imunidades dos funcionários e peritos de acordo com as normas estabelecidas.

artigo X

Os equipamentos, máquinas e quaisquer implementos destinados à execução dos projetos gozarão de todas as facilidades alfandegárias que permitam a livre entrada no território da Parte Receptora dessa cooperação. Da mesma forma, as Partes Contratantes concordam em conceder livre entrada — desde que sejam respeitados os regulamentos sanitários correspondentes — a elementos de difusão ou melhoramento no campo animal ou vegetal obtidos em decorrência dos projetos de cooperação a serem realizados pelas Partes Contratantes.

artigo XI

As Partes Contratantes, de acordo com o estabelecido no Artigo VI, concordam em assegurar que as entidades vinculadas à execução dos programas e projetos derivados do presente Acordo Básico, proporcionem aos peritos e técnicos visitantes o apoio logístico e facilidades de transporte e informação que necessitem para o cumprimento de suas funções específicas, de acordo com os orçamentos de cada país. Da mesma forma, serão proporcionadas aos peritos e técnicos, quando necessário, as adequadas facilidades de alojamento e manutenção.

artigo XII

Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra da conclusão das formalidades necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, o qual terá vigência a partir da data da última dessas notificações. O presente Acordo terá uma duração de cinco anos, prorrogáveis tacitamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes Contratantes comunicar à outra Parte, com antecedência mínima de seis meses, sua decisão em contrário.

artigo XIII

A denúncia ou expiração do Acordo não afetará os programas e projetos em execução, salvo quando as Partes Contratantes convierem diversamente.

artigo XIV

O presente Acordo Básico poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes e seus efeitos cessarão seis meses após a data da denúncia.

cooperação científica e técnica com a Guatemala

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre Brasil e Guatemala, assinado no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de junho de 1976, pelos Chanceleres António F. Azeredo da Silveira e Adolfo Molina Orantes.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Guatemala,

Animados pelo desejo de fortalecer os tradicionais laços de amizade existentes entre ambos os Estados,

Considerando o interesse comum em acelerar o desenvolvimento social e econômico de seus respectivos países, e conscientes de que o estímulo à colaboração científica e técnica e ao intercâmbio de conhecimentos científicos e técnicos entre ambos contribuirão para a consecução desses objetivos,

Concordam no seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes desenvolverão a cooperação científica e técnica entre ambos os países com o objetivo de contribuir para a melhor avaliação de seus recursos naturais e humanos, esforçando-se para que os programas que surjam do presente Acordo Básico se ajustem às políticas e planos globais, regionais ou setoriais de desenvolvimento nos dois países, como apoio complementar a seus próprios esforços internos para atingir seus objetivos de desenvolvimento econômico e social.

artigo II

A cooperação entre as Partes Contratantes poderá assumir as seguintes modalidades:

- a) intercâmbio de informações, com vistas à organização dos meios adequados à sua difusão;
- b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas de visitas ou estágios de especialização e através de concessão de bolsas de estudo para especialização técnica;
- c) projetos conjuntos de pesquisa em áreas científicas e técnicas que sejam de interesse comum;
- d) intercâmbio de peritos e cientistas;
- e) organização de seminários e conferências;
- f) remessa e intercâmbio de equipamentos e de material necessário à realização de projetos específicos;
- g) qualquer outra modalidade de cooperação que for acordada entre as Partes Contratantes.

artigo III

Os programas e projetos de cooperação científica e técnica a que faz referência o presente Acordo Básico serão objeto de convênios complementares, que especificarão os objetivos de tais programas e projetos, os procedimentos de execução, bem como as obrigações, inclusive financeiras, de cada uma das Partes Contratantes.

artigo IV

Os programas de cooperação científica e técnica estabelecidos em virtude do presente Acordo Básico procurarão, na medida do possível, abranger períodos de 3 a 5 anos, em consonância com os planos de médio e curto prazo que elaborarem as Partes Contratantes.

artigo V

As Partes Contratantes, no âmbito da Comissão Mista Brasil-Guatemala ou através das respectivas Chancelarias, avaliarão, anualmente, os programas conjuntos de cooperação científica e técnica, a fim de realizarem os ajustes que forem necessários. Excepcionalmente, essas avaliações poderão ser realizadas em prazos diferentes, quando as circunstâncias o exigirem, mediante entendimento por via diplomática.

artigo VI

a) O financiamento das formas de cooperação científica e técnica definidas no Artigo II será conveniado pelas Partes Contratantes em relação a cada projeto,-

b) As Partes Contratantes poderão solicitar, por consentimento mútuo, o financiamento e a participação de organismos internacionais para a execução dos programas e projetos resultantes da aplicação do presente Acordo Básico.

artigo VII

O intercâmbio de informações científicas e técnicas será efetuado por via diplomática entre os órgãos autorizados, em cada caso, pelas Partes Contratantes, que determinarão, ainda, os alcances e limitações do seu uso.

artigo VIII

As Partes Contratantes facilitarão em seus respectivos territórios tanto a entrada quanto o cumprimento dos objetivos e funções dos técnicos e peritos no desempenho das atividades realizadas no quadro do presente Acordo Básico.

artigo IX

Aplicar-se-ão aos funcionários e peritos de cada uma das Partes Contratantes, designados para trabalhar no território da outra Parte, as normas vigentes no país sobre o privilégio e isenções dos funcionários e peritos das Nações Unidas.

artigo X

Os equipamentos, máquinas e qualquer dos implementos que possibilitem a cooperação técnica, gozarão de todas as facilidades alfandegárias que permitam a entrada livre na Parte Receptora dessa cooperação. Da mesma forma, as Partes Contratantes concordam em conceder entrada livre — desde que sejam respeitados os regulamentos sanitários correspondentes — a elementos de difusão ou melhoramento no campo animal ou vegetal, que sejam obtidos em decorrência dos projetos de cooperação a serem realizados pelas Partes Contratantes.

artigo XI

As Partes Contratantes, de acordo com o estabelecido no Artigo VI, concordam em assegurar que as entidades vinculadas a execução dos programas e projetos derivados do presente Acordo Básico proporcionem aos peritos e técnicos visitantes o apoio logístico e facilidades de transporte e informação, requeridas para o cumprimento de suas funções específicas. Da mesma forma serão proporcionadas aos peritos e técnicos, quando necessário, as devidas facilidades de alojamento e manutenção.

artigo XII

Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra da conclusão das formalidades necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, o qual terá vigência a partir da data da última dessas notificações. O presente Acordo terá uma duração de cinco anos, prorrogáveis tacitamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes Contratantes comunicar à outra Parte, com antecedência mínima de seis meses, sua decisão em contrário.

artigo XIII

A denúncia ou expiração do Acordo não afetará os programas e projetos em execução, salvo quando as Partes Contratantes convierem diversamente.

artigo XIV

O presente Acordo Básico poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes e seus efeitos cessarão seis meses após a data da denúncia.

**certificados de aeronavegabilidade
entre brasil e estados unidos**

Acordo por troca de Notas Brasil-Estados Unidos sobre a Aceitação Recíproca de Certificados de Aeronavegabilidade, firmado no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de junho de 1976, pelo Chanceler Antônio F. Azeredo da Silveira e pelo Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Hugh Crimmins.

A Sua Excelência o Senhor John Hugh Crimmins
Embaixador dos Estados Unidos da América

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a propósito de sua Nota desta data, com o seguinte teor:

"Excelência,

Tenho a honra de referir-me às conversações havidas entre representantes de nossos dois Governos

acerca da aceitação recíproca de certificados de aeronavegabilidade, em cujo transcorrer foram mantidos entendimentos quanto a medidas adequadas, necessárias com vistas a objetivos comuns de segurança e ao estabelecimento de padrões tão semelhantes quanto possíveis. É meu entendimento que nossos dois Governos chegaram a um acordo nos termos abaixo. Também é meu entendimento que o citado acordo não se refere a requisitos de redução de níveis de ruído e anti-poliuição.

1. Este Acordo se aplica aos produtos de uso na aviação civil (adiante referidos simplesmente como "produtos") e a certos componentes definidos no parágrafo 3 deste Acordo, quando esses produtos ou componentes forem fabricados em um dos Estados contratantes (referidos a seguir como "Estado exportador") e exportados para o outro Estado contratante (referido a seguir como "Estado importador"), bem como aos produtos fabricados em um terceiro país, com o qual ambos os Estados contratantes tenham acordos similares com o objetivo de aceitação recíproca de certificações de aeronavegabilidade.

2. A. Se as autoridades aeronáuticas competentes do Estado exportador certificarem que um produto fabricado naquele Estado está de acordo seja com suas leis, regulamentos e requisitos aplicáveis, bem como quaisquer requisitos adicionais que tenham sido estabelecidos pelo Estado importador conforme previsto no parágrafo 4 deste Acordo, seja com as leis, regulamentos e requisitos aplicáveis no Estado importador, tais como notificados pelo Estado importador como aplicáveis no caso específico, o Estado importador atribuirá a tal certificação a mesma validade que esta certificação teria se houvesse sido emitida por suas próprias autoridades aeronáuticas competentes, de acordo com suas próprias leis, regulamentos e requisitos aplicáveis.

B. No caso de um produto fabricado em outro Estado, com o qual ambos os Estados contratantes tenham acordos similares com o objetivo de aceitação recíproca de certificações de aeronavegabilidade, se as autoridades aeronáuticas competentes do Estado exportador do produto fornecerem um certificado de que o produto está em conformidade com o projeto coberto pelo certificado ou aprovação emitida pelo Estado importador, e certificarem que o produto está em condições adequadas de aeronavegabilidade, o Estado importador atribuirá a tal certificação a mesma validade que esta certificação teria se houvesse sido emitida por suas próprias autoridades aeronáuticas competentes, de acordo com suas leis, regulamentos e requisitos aplicáveis.

3. No caso de um componente que é fabricado no Estado exportador, para exportação e emprego em um produto que é ou possa ser certificado ou aprovado no Estado importador, se as autoridades aeronáuticas competentes do Estado exportador certificarem que o componente está em conformidade com os dados de projeto aplicáveis, satisfaz os requisitos de teste aplicáveis e foi fabricado de acordo com os requisitos de controle de qualidade aplicáveis, que tenham sido notificados pelo Estado importador ao Estado exportador, o Estado importador atribuirá a tal certificação a mesma validade que esta certificação teria se houvesse sido emitida por suas próprias auto-

ridades aeronáuticas competentes. Esta disposição só se aplicará aos componentes produzidos por um fabricante no Estado exportador conforme acordo entre tal fabricante e o fabricante do produto no Estado importador. A presente disposição só se aplicará, ademais, nos casos em que, a juízo do Estado importador, o componente for de tal complexidade que a determinação da conformidade e o controle de qualidade não possam ser prontamente realizados no momento da montagem do componente no produto.

4. As autoridades aeronáuticas competentes do Estado importador terão o direito de condicionar a aceitação de qualquer certificação emitida pelas autoridades aeronáuticas competentes do país exportador a que o produto satisfaça quaisquer requisitos adicionais que o Estado importador julgue necessários para garantir que o produto alcance nível de segurança equivalente àquele proporcionado por suas leis, regulamentos e requisitos aplicáveis, em vigor para um produto similar no Estado importador. As autoridades aeronáuticas competentes do Estado importador informarão prontamente as autoridades aeronáuticas competentes do Estado exportador acerca de quaisquer desses requisitos adicionais.

5. As autoridades aeronáuticas competentes de cada Estado contratante manterão as autoridades aeronáuticas competentes do outro Estado contratante plenamente informadas de todas as modificações obrigatórias em matéria de aeronavegabilidade e inspeções especiais que considerem necessárias com relação aos produtos importados ou exportados aos quais este Acordo se aplica.

6. As autoridades aeronáuticas competentes do Estado exportador auxiliarão, no que concerne aos produtos fabricados naquele Estado, as autoridades aeronáuticas competentes do Estado importador a determinar se grandes modificações de projeto ou grandes reparos executados sob o controle das autoridades aeronáuticas competentes do Estado importador estão em conformidade com as leis, regulamentos e requisitos sob os quais o produto foi originalmente certificado ou aprovado. Aquelas autoridades auxiliarão, também, na análise dos incidentes mais importantes ocorridos com os produtos aos quais este Acordo se aplica, que sejam de natureza a levantar questões técnicas referentes à aeronavegabilidade de tais produtos.

7. As autoridades aeronáuticas competentes de cada Estado contratante manterão as autoridades aeronáuticas competentes do outro Estado contratante constantemente informadas de todas as leis, regulamentos e requisitos pertinentes de seu Estado.

8. No caso de interpretações conflitantes das leis, regulamentos e requisitos referentes a certificações ou aprovações emitidas em conformidade com este Acordo, prevalecerá a interpretação das autoridades aeronáuticas competentes do Estado contratante cujas leis, regulamentos e requisitos estiverem sendo interpretados.

9. Para os propósitos deste Acordo:

- A) "Produtos" significa aeronaves, motores, hélices e equipamentos;

- B) "Aeronaves" significa aeronave civil de qualquer categoria, utilizada para o transporte público ou para outras finalidades, incluindo para esse fim peças de modificação e reposição;
- C) "Motores" significa motores destinados ao uso em aeronaves como definidas em (B), incluindo para esse fim peças de modificação e reposição;
- D) "Hélices" significa hélices destinadas ao uso em aeronaves como definidas em (B), incluindo para esse fim peças de modificação e reposição,-
- E) "Equipamento" significa qualquer instrumento, dispositivo, mecanismo, aparelho ou acessório utilizado ou destinado a ser utilizado na operação em vôo de uma aeronave, que seja instalado, destinado a ser instalado ou fixado em uma aeronave conforme definida em (B), mas que não é parte integrante de uma célula, motor ou hélice, incluindo para esse fim peças de modificação e reposição;
- F) "Componente" significa um material, peça ou subconjunto não coberto por (B), (C), (D) ou (E), para uso em aeronave, motores, hélices ou equipamentos de emprego civil;
- G) "Fabricado em um Estado contratante" significa que o produto ou componente, como um todo, é fabricado no Estado exportador, ainda que algumas partes do mesmo tenham sido fabricadas em outro Estado;
- H) "Leis, regulamentos e requisitos aplicáveis" significa-
- (I) — aquelas leis, regulamentos e requisitos de aeronavegabilidade que estejam em vigor na data em que o fabricante requerer a certificação do produto no Estado importador,- ou
- (II) — para produtos atualmente em produção, os requisitos de aeronavegabilidade em vigor na data da última emenda aos requisitos de aeronavegabilidade que tenham sido exigidos para certificação do produto no Estado exportador, ou os requisitos de aeronavegabilidade do Estado importador aplicáveis a um produto similar, certificado segundo requisitos de aeronavegabilidade;
- (III) — para produtos não mais em produção, os requisitos de aeronavegabilidade que as autoridades aeronáuticas competentes do Estado importador considerarem aceitáveis para o caso específico.

10. As autoridades aeronáuticas competentes de cada Estado contratante ajustarão, mutuamente, os procedimentos que julgarem necessários para a implementação deste Acordo e assegurar sejam evitadas certificações, testes e análises redundantes.

11. Cada Estado contratante manterá o outro Estado contratante informado da identidade de suas autoridades aeronáuticas competentes.

12. Qualquer dos Estados contratantes poderá pôr termo a este Acordo ao final de prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar de notificação ao outro Estado, por escrito, desse propósito.

Ao recebimento de Nota de Vossa Excelência com indicação de que as disposições anteriores são aceitáveis para o Governo brasileiro, o Governo dos Estados Unidos da América considerará que a presente Nota e sua resposta constituem Acordo entre nossos dois Governos nessa matéria, a entrar em vigor na data de sua resposta."

2. Em resposta à transcrita Nota de Vossa Excelência, tenho a honra de confirmar-lhe a concordância do Governo brasileiro com seus termos, bem como o entendimento de que aquela Nota, e a presente, constituem Acordo entre nossos dois Governos, com vigência a partir desta data.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antônio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores

acordo pelo qual o brasil vai extrair carvão na colômbia

Acordo por troca de Notas entre o Brasil e a Colômbia para a prospecção de carvão coqueificável colombiano, assinado pelo Chanceler Azeredo da Silveira e pelo Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Indalecio Liévano Aguirre, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 18 de junho de 1976.

A Sua Excelência o Senhor
Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência, datada de hoje, cujo teor, em português, é o seguinte:

